

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MIRELA NOGUEIRA DE ALENCAR

A CONSTRUÇÃO DA PAZ PELA ONU NO HAITI: UMA ANÁLISE DE SEU
DESCOMPASSO

CURITIBA

2016

MIRELA NOGUEIRA DE ALENCAR

A CONSTRUÇÃO DA PAZ PELA ONU NO HAITI: UMA ANÁLISE DE SEU
DESCOMPASSO

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco
Co-Orientador: Prof. Dr. Alexandro Eugênio Pereira

CURITIBA

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Alencar, Mirela Nogueira de

A construção da paz pela ONU no Haiti : uma análise de seu
descompasso. / Mirela Nogueira de Alencar. – Curitiba, 2016.

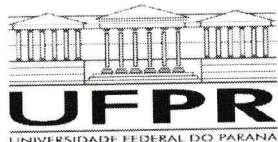
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Ramon Blanco

Co-orientador : Prof. Dr. Aleksandro Eugênio Pereira

1. Construção de paz - Haiti. 2. Violência - Haiti. 3. Segurança
Nacional – Haiti. 4. Nações Unidas. I. Blanco, Ramon. II. Pereira,
Aleksandro Eugênio, 1972-. III. Título.

CDD – 972.9407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MIRELA NOGUEIRA DE ALENCAR** intitulada: **A Construção da Paz pela ONU no Haiti: Uma Análise de seu Descompasso**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação Nota 8,5.

Curitiba, 14 de Fevereiro de 2017.

RAMON BLANCO DE FREITAS

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

FERNANDO JOSÉ LUDWIG

Avaliador Externo (UFT)

ALEXSANDRO EUGÊNIO PEREIRA

Avaliador Interno (UFPR)

Dedico aos meus amigos haitianos, que com muita luta, força e coragem amam o Haiti. Também dedico a todos, que como eu, amam o povo haitiano.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão para todos aqueles que fizeram o meu tempo de mestrado uma realidade. Primeiramente à minha família, que, com muito amor e companheirismo me incentivaram neste tempo. Em especial minha irmã Mirna, que foi uma verdadeira companheira nas entrevistas em campo no Haiti. Agradeço também aos meus amigos, em especial Isadora, que foi uma verdadeira psicóloga nos momentos em que precisava desabafar as minhas dificuldades nesta jornada. Agradeço a todos os entrevistados que, com muita abertura, me receberam com dedicação para a colaboração da minha pesquisa. Também agradeço aos meus colegas, dos quais foram apoio e companhia nos dois anos de mestrado. E por fim, não menos importante, agradeço aos meus orientadores, Alexandro, que me acompanhou no início dessa jornada, e Ramon, que me guiou e acreditou em mim apesar das minhas dificuldades.

RESUMO

A presente dissertação analisa a operacionalização da paz das Nações Unidas no Haiti. Esta análise é feita a partir da perspectiva de, se este modelo de paz operacionalizado no país corresponde ao tipo de paz que os haitianos necessitam. A hipótese da pesquisa é que existe um descompasso entre o tipo de paz operacionalizado pela ONU, através das operações de paz no Haiti, com o tipo de paz que a população de fato necessita. A paz negativa corresponde a superação da violência direta, da qual busca eliminar as ameaças físicas. A paz positiva, por sua vez, busca superar a violência estrutural, que são as ameaças que atingem as estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade, gerando desigualdade. Neste sentido, o descompasso existente é que a ONU operacionaliza a paz negativa no Haiti, porém a paz positiva é o tipo de paz que a população de fato necessita. Esta análise é feita a partir de indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos períodos de 1980 a 2015. Este período inicial foi escolhido para ter uma visão mais alargada do processo. A pesquisa tem como referencial temático os estudos de Segurança Internacional e Segurança Humana. Além dos conceitos de violência e paz, que de acordo com os conceitos estes entendimentos são cognitivos, e podem ser definidos como violência direta e estrutural, e paz positiva e negativa. A metodologia adotada pela presente dissertação é qualitativa. Tendo como fonte de análise fontes primárias, de organizações internacionais, e fontes secundárias. Os instrumentos metodológicos são estudo de caso, análise documental, entrevistas e observações em campo. Para tal, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo aborda os conceitos de Segurança Internacional, Segurança Humana e as tipologias de violência e paz, divididos em violência direta e estrutural, e paz negativa e positiva. Além de como se dá a operacionalização da paz e da segurança das Nações Unidas no cenário internacional. O segundo capítulo aborda o contexto histórico haitiano, desde a independência até a atualidade. Este capítulo também descreve as cinco operações de paz da ONU já estabelecidas no Haiti, abordando como se encontrava o país em cada operação e quais eram as atividades realizadas em cada uma delas. Por fim, o terceiro e último capítulo analisa a operacionalização da paz negativa no país, e como este modelo de paz não corresponde ao tipo de paz que a população necessita. Para tal, o capítulo analisa as violências estruturais que o país enfrenta.

Palavras-Chave: Violência. Paz Segurança Humana. Operações de paz. ONU.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the operationalization of United Nations peace in Haiti. This analysis is made from the perspective of, if this model of operationalized peace, in the country corresponds to the kind of peace that Haitians need. The research hypothesis is that there is a mismatch between the type of peace operationalized in the UN, through the peace operations in Haiti, and the kind of peace that in fact the population needs. Negative peace corresponds to an overcoming of direct violence, from which it seeks to eliminate as physical threats. Positive peace, in turn, seeks to overcome structural violence, which is as threats that strike as social, political and economic structures of a society, generating inequality. In this sense, the existing mismatch is that the UN operates a negative peace in Haiti, but a positive peace is the kind of peace that in fact the population needs. This analysis was made from Human Development Index (HDI) indicators from 1980 to 2015. This initial period was selected for a broader view of the process. The research has as a thematic reference of the studies of International Security and Human Security. In addition to the concepts of violence and peace, which agree to conceive of these understandings as cognitive, they can be defined as direct and structural violence, and positive and negative violence. The methodology adopted by the present dissertation is qualitative. Based on primary sources, from international organizations, and from secondary sources. The methodological tools are case study, documentary analysis, interviews and field observations. For that, a dissertation is divided into three chapters. The first chapter deals with concepts of International Security, Human Security and as typologies of violence and peace, divided in direct and structural direction, and negative and positive peace. In addition to how the implementation of peace and security of the United Nations takes place in the international arena. The second chapter deals with the Haitian historical context, from an independence to the actuality. This chapter also describes how the five UN peace operations already established in Haiti, how the country was found in each operation and what activities were performed in each one. Finally, the third and final chapter analyzes the negative peace operationalized in the country, and how this model of peace does not correspond to the type of peace that the population needs. To this end, the chapter analyzes how the structural violence the country faces.

Keywords: Violence. Peace Human Security. Peace operations. UN.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CATEGORIAS DE SEGURANÇA E AMEAÇAS DOS INDIVÍDUOS.....	25
TABELA 2 – SUPORTE PESSOAL E FINANCEIRO DAS OPERAÇÕES DE PAZ NO HAITI.....	63
TABELA 3 – NÚMERO DE VÍTIMAS DE CRIMES EM ZONAS POPULARES DE BAIXO STATUS SOCIOECONÔMICO NO HAITI EM 2011 E 2012.....	65
TABELA 4 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB NO HAITI.....	72
TABELA 5 – PORCENTAGEM DE HAITIANOS QUE VIVEM COM MENOS DE \$1 DÓLAR POR DIA.....	73
TABELA 6 – INDICADORES DE CLASSIFICAÇÃO DE ALERTA.....	74
TABELA 7 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO HAITIANO (IDH)..	76
TABELA 8 – INDICADORES DE SAÚDE DO HAITI NOS ANOS DE 1980 A 2014.....	78
TABELA 9 – ÍNDICE DE EDUCAÇÃO NO HAITI.....	84

LISTA DE SILGAS

CEP - Conselho Eleitoral Provisório

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

EDH - Electricité d'Haiti

ESI - Estudos de Segurança Internacional

FL - Fanmi Favalas

FMI - Fundo Monetário Internacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INURED - Interuniversity Institute for Research and Development

MINUSTAH - United Nations Stabilization Mission in Haiti

MIPONUH - United Nations Civilian Police Mission in Haiti

MSF - Médicos Sem Fronteiras

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Nações Unidas

OPAS - Organização Panamericana de Saúde

PIB - Produto Interno Bruto

PNEF - Plano de Educação e Formação Nacional

PNH - Polícia Nacional Haitiana

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

UNESCO - Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional

UNMIH - United Nations Mission in Haiti

UNSMIH - United Nations Support Mission in Haiti

UNTMIH - United Nations Transition Mission in Haiti

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	18
2.1. O que são os estudos de segurança internacional?	20
2.1.1. O debate de Segurança Humana nos estudos de Segurança Internacional	23
2.2. Conceito de violência e paz de Johan Galtung	29
2.3. Superação da violência e construção da paz: operacionalização da paz das Nações Unidas no cenário internacional	35
2.4. Conclusão	40
3. AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU NO HAITI	42
3.1. História haitiana: da independência haitiana à chegada da UNMIH.....	43
3.2. As operações de paz da ONU no Haiti: da UNMIH a MINUSTAH.....	49
3.3. Conclusão	60
4. INSEGURANÇAS HAITIANAS: UM DESCOMPASSO ENTRE O MODELO DE PAZ DA ONU NO HAITI E O TIPO DE PAZ QUE A POPULAÇÃO HAITIANA NECESSITA	61
4.1. A ONU e a superação da violência direta no Haiti	63
4.2. Situação socioeconômica do Haiti: pobreza, saúde e educação	69
4.2.1. Pobreza	70
4.2.2. Saúde	77
4.2.3. Educação	84
4.3. Conclusão	89
5. CONCLUSÃO	90
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
7. LISTA DE ENTREVISTADOS	104

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa a atuação das Nações Unidas no Haiti, através de suas operações de paz¹, em específico a operacionalização da paz e da segurança no país. O argumento central da mesma é que há um descompasso entre o entendimento de paz operacionalizado pelas operações de paz da ONU no Haiti, com o tipo de paz que a população haitiana de fato necessita. Pois, a paz negativa, modelo operacionalizado pela ONU, busca superar a violência direta, porém a população haitiana necessita de superação da violência estrutural, que corresponde ao estabelecimento da paz positiva. De modo a operacionalizar o seu argumento, analisa-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 1980 a 2015, através dos indicadores de saúde, educação e pobreza, com a finalidade de observar quais foram os avanços da segurança humana desses indicadores após a chegada da primeira operação de paz no Haiti.

Nas Relações Internacionais o tema de Segurança Internacional é constantemente abordado, seja em períodos do século XVIII, por exemplo, até a atualidade, sendo a mesma um tema inevitavelmente político (WILLIAMS, 2003, p. 1). Por isso, o tema da segurança internacional é abordado de diferentes formas. A visão realista tradicional, por exemplo, afirma que o cenário internacional é anárquico e que os Estados estão em constante busca por segurança do território nacional, e que a segurança está ligada à poder. Já a visão idealista não vê a segurança apenas como um instrumento de poder, mas também como um meio para o estabelecimento da paz nos Estados. Após o período de Guerra Fria outros conceitos passaram a fazer parte dos estudos de segurança, indo além da visão realista, já que as análises realistas estavam limitadas às análises de segurança de cunho militar, excluindo outras vertentes como segurança ambiental e humana. Sendo assim, com o avanço dos ESI, principalmente após a Guerra Fria, outras vertentes passaram a ser inclusas nos ESI. Por exemplo, questões econômicas, sociais, ambientais, e humanas passaram a ser também pontos de análises de segurança internacional, dos quais abordam que esses assuntos também precisam ser vistos como temas de referência para os estudos de

¹ Operações de paz são uma série de atividades desenvolvidas pelas Nações Unidas, e outros atores internacionais, para a manutenção da paz e da segurança no cenário internacional, que são desenvolvidas através de diferentes instrumentos e atuação. Estas atividades podem ser prevenção de conflito, estabelecimento, consolidação ou imposição da paz (CAPSTONE, 2008, P. 17).

segurança. Neste cenário, o Estado deixa de ser o único foco de análise sobre segurança, e o indivíduo passa também a fazer parte do objeto de análise (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 87). É nesse contexto que o debate de segurança humana passa a fazer parte desses estudos. A segurança humana passa a enxergar o indivíduo como objeto central da segurança no cenário internacional. Pois, não são apenas as ameaças bélicas que comprometem a segurança no cenário internacional, mas também questões como fome, pobreza, desigualdade socioeconômica.

Além de uma abordagem mais plural sobre a segurança internacional, os conceitos de violência e paz colaboram também com a análise da presente dissertação. Tendo em vista que, as tipologias desses conceitos, sendo violência direta e estrutural, e paz negativa e positiva, abordam diferentes perspectivas para explicar de que maneira os indivíduos se encontram em situação de insegurança. Johan Galtung, autor destes conceitos, alarga a ideia de ameaça e superação. Podendo ser a partir de ameaças físicas, sendo a violência direta, ou ameaças que comprometem o bem-estar dos indivíduos, sendo a violência estrutural. Neste caso, as superações destas ameaças estão definidas nos conceitos de paz negativa e positiva. Sendo a paz negativa, apenas a superação como ausência de conflito, e a paz positiva, superação que gera desenvolvimento socioeconômico.

A partir destes entendimentos, a dissertação tem como objeto de pesquisa a atuação das operações de paz da ONU no Haiti. Que tem por objetivo responder a pergunta problema, que argumenta que se há um descompasso entre a paz implementada pelas operações de paz da ONU no Haiti, com a paz que a população necessita? Neste sentido, a partir de relatos coletados em terreno e de dimensões analíticas dos conceitos acadêmicos de segurança, violência e paz a hipótese da pesquisa é que há um descompasso entre o modelo de paz implementado pela ONU no Haiti, através das operações de paz, com o tipo de paz que a população haitiana de fato necessita. O período escolhido para análise dos indicadores foi de 1980, que antecede quatorze anos da chegada da primeira missão de paz, e o ano de 2015. A escolha desses anos foi feita por se tratar de um longo período que antecedeu a chegada da primeira missão, dando margem à pesquisa de analisar como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desenvolveu-se durante esse período. Os objetivos específicos da pesquisa são: i) identificar os instrumentos e o entendimento de paz utilizados pelas operações de paz para o estabelecimento da segurança e da paz no Haiti; ii) descrever quais são as inseguranças que a população haitiana enfrenta; e iii)

analisar se o modelo de paz implementado pela ONU no Haiti corresponde ao tipo de paz que a população haitiana necessita.

Para tal, as operações de paz da ONU foram escolhidas por se tratarem do principal instrumento da ONU de operacionalização da paz no Haiti por mais de 20 anos. Entretanto, a operacionalização se deu principalmente no estabelecimento da paz negativa. Porém, percebe-se que a população haitiana enfrenta outras necessidades, tais como melhoramento da saúde, educação, saneamento básico, desenvolvimento econômico. Neste sentido, o país enfrenta crescente violência estrutural, e conseqüentemente, necessita da operacionalização da paz positiva. Portanto, a pesquisa busca analisar de forma mais aprofundada, e a partir de instrumentos científicos, a atuação das operações de paz e as necessidades dos haitianos no país.

A metodologia escolhida para a pesquisa é a qualitativa, da qual segundo Chizzotti (2003, p. 221) a pesquisa qualitativa possibilita à pesquisa multimétodos de investigação. Da qual busca estudar fenômenos locais, com a tentativa de encontrar sentido e interpretar estes fenômenos (CHIZZOTTI, 2003, p. 222). Para a realização da pesquisa, o instrumento metodológico escolhido para a análise do problema é o estudo de caso. De acordo com Ruzzene (2015, p. 13) o estudo de caso é uma estratégia epistêmica que busca auxiliar na investigação de uma pesquisa, através de interpretações, caracterizações, ou explicações para prever fenômenos (RUZZENE, 2015, p. 13). Desta maneira, a presente dissertação faz um estudo de caso da operacionalização da paz e da segurança das operações de paz da ONU no Haiti. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Haiti é o país mais pobre das Américas e tem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais precário da região, sendo um dos mais baixos do mundo (PNUD, 2013). O Estado Haitiano tem demonstrado nos últimos anos incapacidade em responder e suprir as necessidades mais básicas da sua população, tais como saúde, educação, saneamento e segurança. O Haiti tem passado por crises sociopolíticas desde, pelo menos, a sua independência (FELDMANN; MONTES, 2008, p. 2). Sendo assim, são inúmeras as inseguranças que a população haitiana tem passado ao longo da sua história, tais como crescente violência, instabilidade política e econômica, desemprego, falta de saneamento básico, educação pública, entre outras. A partir desse contexto, o Haiti foi escolhido como estudo de caso pois apresenta inúmeras situações de inseguranças socioeconômicas e que, a partir disso, necessitam de

intervenção também nas estruturas sociais do país. Sendo assim, o estabelecimento da paz positiva também se faz necessária no Haiti, não apenas da paz negativa.

Para a análise do estudo de caso a pesquisa fundamentou-se na análise crítica de fontes secundárias e, sobretudo, de fontes primárias. De modo a ter acesso às fontes primárias, outros instrumentos metodológicos foram utilizados: análise documental, entrevistas e observações não estruturadas de campo. Segundo Pimentel (2001, p. 2) a análise documental consiste na pesquisa baseada em documentos como material principal, sejam de revisões bibliográficas, ou até mesmo de fontes primárias (PIMENTEL, 2001, p. 2). Para a realização do estudo de caso, a pesquisa utilizou as seguintes fontes primárias: i) resoluções do Conselho de Segurança da ONU² e ii) relatórios dos Secretários-Gerais³. Estas fontes foram selecionadas com a finalidade de descrever, a partir da interpretação do conteúdo, como se deram as atividades das operações de paz no Haiti. Tendo em vista que, as resoluções são os documentos oficiais da ONU que constam as características do mandato das missões, assim como o detalhamento das atividades.

A técnica de entrevistas semiestruturadas e abertas são entrevistas onde o entrevistado tem a possibilidade de falar abertamente sobre o tema. Nesta técnica o pesquisador precisa seguir uma série de perguntas definidas, porém de maneira mais informal. Apesar dessa característica o entrevistador deve ficar atento e acrescentar durante a entrevistas perguntas que sempre direcionem o entrevistado ao contexto da entrevista (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75). De acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 75) esse tipo de entrevista possui um índice maior de respostas sobre o assunto, além de uma cobertura mais profunda. A coleta de fontes primárias por meio da pesquisa de campo realizada pela pesquisadora nos anos de 2014, 2015 e 2016⁴ foram feitas de duas maneiras: entrevistas semiestruturadas e abertas, e observação direta. As entrevistas foram semiestruturadas e abertas, e realizadas com membros haitianos de ONGs humanitárias e de desenvolvimento, políticos, acadêmicos, líderes comunitários e sociais, empresários, funcionários de instituições públicas como

² Resoluções do Conselho de Segurança 867 de 1993, 940 de 1994, 975 de 1995, 1048 de 1996, 1063 de 1996, 1086 de 1996, 1123 de 1997, 1141 de 1997, 1212 de 1998, 1277 de 1999, 1542 de 2004, 1892 de 2009, 1927 de 2010, 2012 de 2011, 2070 de 2012, 2119 de 2013, 2180 de 2014, 2243 de 2015 e 2313 de 2016.

³ Relatórios dos Secretários-Gerais 564 de 1997, 300 de 2004, 439 de 2009 e 667 de 2015

⁴ A pesquisadora realizou a pesquisa de campo em 2014 nos meses de janeiro e fevereiro, em 2015 no mês de janeiro, julho e agosto, e em 2016 nos meses de junho, julho e agosto. Foram cinco idas no total da pesquisa.

escolas, universidades e hospitais. Além disso, foram realizados diálogos informais com cidadãos comuns haitianos para entender o contexto histórico, realidade do país e impacto das operações de paz da ONU no local. Foram realizadas, também, entrevistas com membros da MINUSTAH, e outras personalidades internacionais, tais como diplomatas, acadêmicos, antropólogos, voluntários, empresários e representantes de ONGs. As entrevistas foram feitas diretamente e formalmente com trinta e seis pessoas, além de outros vários diálogos informais que não foram registrados.

A técnica de observação direta e não estruturada é uma observação feita de forma livre e sem planejamentos formais. Neste método deve-se anotar as impressões do pesquisador, e também registros fotográficos durante o processo, para recolher dados da realidade no terreno. É importante que, mesmo se tratando de uma observação espontânea, o pesquisador deve saber o que observar (MARCONI; LAKATOS, 2003, P. 192). A observação direta e não estruturada, foi realizada em diversas instituições como, universidades, escolas, hospitais, ONGs, orfanatos, centros de distribuição de alimentos e casas de cidadãos comuns. Além de observações feitas nos centros e ruas das cidades, onde problemas relacionados à falta de saneamento básico, inundações, falta de energia, entre outros, podem ser observados nestes lugares. As pesquisas foram feitas nas cidades de Porto Príncipe, Petionville, Kenskoff, Montrouis e Cité Soleil.

Para a análise dos indicadores socioeconômicos do Haiti foram selecionadas as seguintes fontes: i) relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; ii) relatórios da organização Médicos Sem Fronteiras; iii) relatórios do Banco Mundial; iv) relatórios do FMI; e v) relatórios da OMS. Os dados coletados dos indicadores dos relatórios foram separados em estruturas de tabelas, separados em diferentes categorias e anos. Com a finalidade de mensurar os conceitos abordados na pesquisa.

De modo a desenvolver a análise aqui presente, esta dissertação está dividida em três capítulos. A pesquisa aborda inicialmente os avanços dos estudos de Segurança Internacional, da segurança humana, e os conceitos de violência e paz de Galtung. Como também a forma que as Nações Unidas operacionalizam a paz e a segurança no cenário internacional, sendo através das operações de paz. Além da descrição do contexto histórico do Haiti, antes e depois da chegada da primeira operação de paz da ONU, e como se deu a atuação das cinco operações no país. Por

fim, analisa os indicadores socioeconômicos do país, a partir da perspectiva de que não houve grandes avanços na superação da violência estrutural.

O primeiro capítulo, dividido em quatro seções, descreve as abordagens da evolução dos estudos de Segurança Internacional, dentro das Relações Internacionais. Assim, inicialmente, na primeira seção são expostas as formas em que o tema segurança era abordado no período da Guerra Fria, do qual se desenvolvia principalmente como forma de proteção entre os Estados, ou abordagem bélica, excluindo-se das questões relativas à conflitos internos, ou de cunho econômico e social. Em seguida, a segunda seção aborda o alargamento do conceito de segurança, do qual há o surgimento do conceito de segurança humana. A abordagem de segurança humana é oriunda do período de pós-Guerra Fria, que, diferentemente das abordagens de segurança tradicionais, esta passa a enxergar o indivíduo como o centro da ameaça internacional. Sendo assim, os indivíduos passam a ser o centro das abordagens sobre segurança. A terceira seção do capítulo aborda os conceitos de violência e paz de Johan Galtung. Estes são divididos em diferentes tipologias, sendo a violência direta, que está ligada à violência que atinge o indivíduo de forma física, e a estrutural, que alarga a ideia de violência como apenas física para aquela que atinge as estruturas de uma sociedade. Além disso, esta seção também aborda as tipologias de paz, que são os meios de superação das violências. A paz pode ser negativa ou positiva, sendo a paz negativa é a superação da violência direta, e a paz positiva a superação da violência estrutural. Na quarta, e última seção do primeiro capítulo, é abordado como se dá a operacionalização da paz e da segurança no cenário internacional através de um delineamento das operações de paz das Nações Unidas. Tendo em vista que, as operações de paz são a materialização da paz e da segurança internacional, estas também se modificaram ao longo dos anos, assim como os conceitos de segurança, violência e paz. Este processo de mudança de atuação é abordado nesta seção divididas em quatro gerações analíticas, que consiste em cada período e característica das operações.

O segundo capítulo delinea o objeto empírico da pesquisa, onde será dividido em duas seções. Este capítulo consiste em contextualizar a pesquisa ao contexto histórico do estudo de caso. A primeira seção delinea o contexto histórico do Haiti, desde a independência até a atualidade. Nesta seção, aponta-se de que maneira os problemas sociais, políticos e econômicos do país se encontravam até a chegada da primeira operação de paz das Nações Unidas. Tendo em vista que, a segurança, com

crescente violência direta, do país se encontrava ameaçada, o que levou ao estabelecimento da primeira missão de paz. Na segunda seção é descrito como se encontrava o Haiti em cada momento das cinco operações de paz estabelecidas. As operações de paz são UNMIH, UNSMIH, UNTMIH, MIPONUH e MINUSTAH. Assim como quais eram os mandatos e atividades de cada operação, apontando também em números as tropas e os custos de cada uma.

O terceiro capítulo é o de análise do estudo de caso da pesquisa. O mesmo consiste em analisar o estudo de caso com os argumentos teóricos apontados no decorrer da pesquisa. Sendo assim, o capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção analisa a maneira que a ONU trabalha para a superação da violência direta no Haiti. Esta análise aborda que os índices de violência direta no Haiti, tais como assassinatos, roubos, sequestros, assaltos, entre outros, são constantes no país. Porém, apesar da atuação direta das Nações Unidas, através das operações de paz, nesta violência os indicadores não apontam grandes avanços. Sendo assim, a abordagem nessa perspectiva consiste em analisar que mesmo com todo o investimento pessoal e financeiro na superação da violência direta no país, o estabelecimento da paz negativa não é operacionalizado de fato no país. A segunda seção, que está dividida em três subseções, analisa a situação socioeconômica do Haiti. Esta abordagem analítica consiste na análise dos dados para a comprovação da hipótese da pesquisa. Tendo em vista que apesar dos problemas de violência direta que o Haiti enfrenta, existem outros problemas estruturais que levam a população à insegurança humana. Esses problemas estruturais são fome, pobreza, falta de saneamento básico, falta de acesso à educação, desemprego, entre outros. Neste sentido, a partir do conceito de paz e violência estrutural de Galtung, a paz que a população haitiana de fato necessita é a positiva, já que este modelo aponta para critérios de desenvolvimento e justiça social.

Sendo assim, para analisar quais são as inseguranças socioeconômicas que os haitianos enfrentam, as análises são feitas a partir de três indicadores, que são: pobreza, saúde e educação. Estes indicadores foram divididos em três subseções, sendo a primeira a pobreza, que aponta a situação econômica dos haitianos, dos quais mais de 50% vivem abaixo da linha da pobreza. A segunda subseção é o indicador de saúde, que aborda o sistema precário de saúde do país, além de doenças e epidemias que são fáceis de ser combatidas, porém com a desigualdade social e econômica ainda deixa muitas vítimas no país. Por fim, a terceira e última subseção aborda o

indicador de educação. Este indicador aponta de que maneira o sistema educacional haitiano também é comprometido. Há falta de escolas e universidades públicas no país, sendo maioria particular, porém grande parte da população não pode arcar com os custos. Além disso, há também desigualdade de gênero em relação ao acesso à educação, onde os homens possuem mais oportunidades de ter acesso do que as mulheres. Estas análises também foram feitas a partir dos dados coletados em campo pela pesquisadora, dos quais grande parte dos entrevistados relataram que a maior insegurança que eles enfrentam estão nas estruturas do país. A partir de todas essas análises, é possível observar que existe um descompasso entre o modelo de paz implementado pelas Nações Unidas, através das operações de paz, com o tipo de paz que a população necessita.

1. ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo delinea primeiramente como se deu a evolução do debate de segurança dentro dos Estudos de Segurança Internacional ao longo dos anos, até a introdução do conceito de segurança humana nesses estudos. Em seguida aborda os conceitos de violência e paz de Johan Galtung. Por fim faz uma breve descrição de que maneira as Nações Unidas operacionalizam a paz e a segurança no cenário internacional, sendo através das operações de paz da organização. O objetivo do capítulo é contextualizar de que maneira o debate de segurança humana contribui para o argumento de que o indivíduo e suas vulnerabilidades sociais são o centro da ameaça em um contexto de conflito. Sendo assim, quando os indivíduos estão inseridos em contextos de desigualdade social, baixo desenvolvimento econômico e sob ameaças políticas, estes se encontram em situação de insegurança. Com base nisto, os conceitos de violência de Galtung explicam que o indivíduo está exposto à outros tipos de violência, que não apenas a física, mas também àquela que atinge as estruturas sociais, denominada violência estrutural. E para a superação dessa tipologia de violência estrutural, Galtung conceitua a paz positiva, que não enxerga a paz apenas como a ausência de conflitos, mas sim como desenvolvimento social. A partir disso, o capítulo está dividido em três principais seções.

A primeira seção aborda o debate de segurança dentro dos estudos das Relações Internacionais⁵ antes e depois da Guerra Fria. A mesma aponta que esta temática era vista antes da Guerra Fria de forma realista e tradicional, entendendo a segurança pela ótica estadocência e beligerante. Esta abordagem leva em consideração de como os Estados poderiam se proteger das ameaças externas. Porém, após a Guerra Fria, há o alargamento da visão de segurança, surgindo, por exemplo, o conceito de segurança humana. Este entendimento passa a ver o indivíduo como o centro da ameaça. O que significa que não são apenas as guerras que ameaçam a segurança internacional, mas também ameaças não estatais. Ameaças como, degradação do meio ambiente, pobreza, fome, desemprego, também passaram a fazer parte do debate de segurança, tendo em vista os danos que essas questões podem fazer para o cenário internacional. Sendo assim, a abordagem de segurança humana passa a debater como proteger os indivíduos de ameaças crônicas, como fome, e como protege-los de ameaças como guerras ou genocídios.

⁵ Relações Internacionais com letra maiúscula é a área científica que estuda as relações no cenário internacional, ou seja, estuda as relações internacionais.

A segunda seção aborda o conceito de violência e paz de Johan Galtung. Este autor divide o conceito de violência em três tipologias: a violência direta, a estrutural e a cultural. Nesta seção, são abordadas as tipologias de violência, sendo elas direta e estrutural. A violência direta está ligada às ameaças físicas que os indivíduos sofrem, tais como assaltos, assassinatos, entre outros. A violência estrutural aborda as ameaças que estão embutidas nas esferas estruturais de uma sociedade, tais como desigualdade social, econômica, de gênero, entre outros, que impendem o avanço social. A mesma seção aborda os conceitos de paz negativa e positiva de Galtung, do qual este autor amplia a visão de paz como mera ausência de guerra, para uma visão onde paz é também desenvolvimento e justiça social. Sendo assim a paz positiva supera os problemas estruturais de uma sociedade desenvolvendo-a, não apenas sendo considerada como ausência de conflito.

A terceira e última seção aborda como se dá a operacionalização da paz e da segurança das Nações Unidas no cenário internacional. Tendo em vista que no período da Guerra Fria a atuação da ONU no cenário internacional, através das operações de paz, se dava principalmente de cunho militar e de imposição da paz. Porém, a natureza dos conflitos se modificou ao longo dos anos, e conseqüentemente o modo de atuação das operações de paz. A partir desse processo de mudança os estudos das operações de paz são divididos em quatro gerações analíticas.

2.1. O que são os estudos de segurança internacional?

O tema segurança é constantemente referenciado no mundo, seja em discursos políticos, internet, jornais ou rádios, sendo um elemento importante do cenário internacional. A ideia de segurança liga-se ao fato de que em todo o mundo pessoas são mortas, sofrem violência, ou até mesmo possuem os seus benefícios mais básicos, como educação, negados ou negligenciados. Sendo assim, a segurança é uma temática central na discussão acerca da realidade internacional. Apesar da segurança ser constantemente debatida e citada, dentro dos estudos acadêmicos é considerada como um tema subjetivo, já que pode significar diferentes coisas para diferentes pessoas. Nas Relações Internacionais a segurança pode ser vista de forma geral, por exemplo, como o impedimento de ameaças. Dessa forma, conforme Paul D. Williams (2003, p. 1) aponta, a segurança é inevitavelmente um tema político (WILLIAMS, 2003, p. 1).

Segundo Buzan e Hansen (2012, p. 23), os Estudos de Segurança Internacional (ESI) eram uma área de estudos independente, mas que se tornou uma subárea de Relações Internacionais. Anteriormente a Segunda Guerra (1939-1945), a abordagem predominante dos ESI era fundada principalmente na perspectiva realista, que são temas como: guerras, territórios e militares. Neste período, o debate era voltado sobretudo às ameaças que os Estados passavam, tendo em vista o cenário conflituoso e bélico da época, do qual os Estados buscavam formas de como proteger seus territórios (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 87). O Estado neste caso era o foco das ameaças. Williams (2003, p. 3) aponta que durante o período da Guerra Fria (1947-1991) as abordagens sobre segurança predominavam principalmente sobre os quatro elementos S, sendo em inglês: *states*, *strategy*, *science* e *status quo*⁶ (Idem., p. 3). O foco sobre os Estados apontado por Williams (Idem., p. 3) é que estes eram considerados os agentes de segurança mais importantes na política internacional, sendo assim eram o principal foco de proteção contra ameaças. As abordagens sobre estratégias relacionavam-se às preocupações de como conceber os melhores meios de proteção às ameaças e o emprego do uso da força militar. Isto é, eram debates intelectuais de quais eram as melhores formas de desenvolver planos estratégicos de proteção. A terceira abordagem, que é o foco científico, buscava alcançar conhecimento sobre segurança, porém através de base científica, como na física e na química. Buscavam cientificamente desenvolver estratégias e métodos de segurança e conhecimento confiável para as políticas internacionais. E por fim a abordagem focada no *status quo* buscava medidas de segurança para evitar mudanças radicais na sociedade internacional (Idem., p. 3).

Neste sentido, Walt (1991, p. 212) aponta que os ESI presumiam que conflitos entre Estados eram sempre uma possibilidade, e que a força militar possui um extenso efeito sobre os Estados e as sociedades. Em vista dessa constante possibilidade de eclosão de conflitos entre os Estados, o uso da força seria o meio escolhido por estes para prevenir ou iniciar uma guerra. Portanto, para Walt os ESI poderiam ser definidos como os estudos das ameaças, do uso e do controle da força militar (WALT, 1991, p. 212).

No entanto, no período em que se aproximava o fim da Guerra Fria o entendimento sobre o uso da força militar foi se modificando, já que as ameaças não

⁶ Estados, estratégias, ciência e status quo (WILLIAMS, 2003, p. 3).

se limitavam apenas entre Estados, mas também a grupos não estatais, ou outras ameaças sobre os indivíduos (FIERKE, 2015, p. 30). Como aponta Fierke (2015, p.30) a diplomacia coercitiva ou a intervenção humanitária, por exemplo, se tornaram também opções viáveis para a resolução de conflitos, não se limitando apenas ao uso da força militar (FIERKE, 2015, p. 30). É, portanto, no período do pós-Guerra Fria que os estudos de segurança avançam para outras vertentes. Este avanço se deu pelo fato de que temas como mudança climática ou pobreza, por exemplo, passaram a ser politizados e vistos como questões de segurança internacional (FIERKE, 2015, p. 31). Neste sentido, não eram apenas ameaças militares que arriscavam a integridade dos Estados, mas também ameaças aos indivíduos.

No período da Guerra Fria, abordagens como fornecimento de energia, ciência e tecnologia, e meio ambiente eram incorporados nos debates de segurança internacional. Porém essas áreas eram incorporadas às questões de segurança por serem ameaças, e não por serem por si só questões de segurança (BUZAN, 2012, p. 39). Pesquisadores sobre segurança internacional da década de 1980, tais como Ullman (1989), Buzan (1983) e Mathews (1989) apontavam que havia a necessidade de incorporar abordagens sobre necessidades humanas básicas e da violência estrutural nos estudos acadêmicos sobre segurança (BUZAN, 2012, p. 39). Sendo a partir desse período, e principalmente na década de 1990, que abordagens de aspectos sociais, como questões econômicas, gênero, ambientais, desenvolvimento e saúde, passam a ser abordados nos estudos de segurança internacional (BUZAN, 2012, p. 39).

É no fim da Guerra Fria que os estudos de segurança internacional se tornam mais complexos (CROFT, 2008, p. 501). De acordo com Croft (Idem., p. 501), a guerra civil na Iugoslávia, o genocídio em Ruanda e o desenvolvimento de armas nucleares no sul da Ásia, levantaram debate nos estudos de segurança internacional. O debate argumentava que os ESI precisavam de ampliação e alargamento como um subcampo, isto é, o debate sobre segurança deveria ir além da visão estadocêntrica. Sendo assim, outras referências de segurança foram incorporadas, tais como a sociedade, humanidade e o indivíduo, e dentro dessas referências a economia, política e meio ambiente se tornaram setores da segurança (Idem., p. 501). A pobreza, por exemplo, é um assunto que se tornou uma questão de debate sobre segurança internacional. Como citado por Fierke (2015, p. 31) que comparando a escala de mortes de pessoas por fome, o número é maior do que as mortes causadas por

conflitos terroristas. Neste caso, a falta de acesso à alimentação regular causa mais mortes no mundo do que conflitos armados. Como por exemplo, em 2005, no período da Guerra ao Terror⁷, foram aproximadamente 14.000 mortes causadas por conflitos terroristas, em contraste com o número de vítimas causadas pela fome que foram 18 milhões neste mesmo ano. Portanto, o debate sobre pobreza e fome tornou-se um assunto de segurança nos ESI (FIERKE, 2015, p. 31).

Neste sentido, há um alargamento das esferas do entendimento sobre o que é segurança, e o que são ameaças. Como aponta Ullman (1983, p. 133) que uma ameaça nacional pode ser vista como um conjunto de eventos que podem ameaçar a qualidade de vida dos indivíduos. Essas ameaças, segundo o autor, são aquelas que limitam as ações dos indivíduos. Como por exemplo, a degradação do meio ambiente que pode afetar a distribuição de energia, ou a pobreza, que impede que os indivíduos tenham acesso ao suprimento das necessidades básicas (ULLMAN, 1983, p. 137). A partir dessa visão, estudos sobre segurança passaram a enxergar o indivíduo como o centro da ameaça. Onde inseguranças que afetam os indivíduos como, baixo desenvolvimento econômico, ou violências dentro dos Estados, passaram a ser os desafios conceituais desses estudos. Portanto, a segurança humana passa a ser um elemento central do debate contemporâneo sobre a definição e também de significado para os ESI (KERR, 2009, p. 115). Neste modo, a próxima seção abordará de que maneira se deu o surgimento e debate do conceito de segurança humana.

2.1.1. O debate de Segurança Humana nos estudos de Segurança Internacional

Conforme supracitado, a abordagem de segurança estendeu-se para além da visão puramente militar e estadocêntrica, abordando temas econômicos, sociais e políticos (CROFT, 2008, p. 501). E esta ampliação pode ser vista no debate de segurança humana, que busca afirmar que a segurança do indivíduo é a chave fundamental para a segurança global (HAMPSON, 2008, p. 232). Isto significa que, dentro desse entendimento, quando a segurança dos indivíduos é ameaçada, a

⁷ A Guerra ao Terror (*War on Terror*) foi uma estratégia política contra o terrorismo no período do governo de George W. Bush, que tinha como estratégia atacar países que fossem inimigos dos EUA (LEITE, 2009, 41)

segurança no cenário internacional também está ameaçada. A partir dessa perspectiva, os desafios globais devem ser avaliados levando em conta de que maneira eles podem afetar a segurança dos indivíduos, e não somente dos Estados. Ou seja, a segurança global está intrinsecamente ligada à segurança humana (HAMPSON, 2008, p. 232).

O conceito de segurança humana é proveniente da década de 1990 e surge com a pretensão de analisar os efeitos dos novos conflitos produzidos principalmente no fim da Guerra Fria (CARVALHO, 2012, p. 264). De acordo Fierke (2015, p. 156), o debate sobre segurança humana destacou-se no momento em que foi entendido que os direitos das pessoas eram mais importantes que os Estados. No período que se aproximava o fim da Guerra Fria a maioria das fatalidades da guerra eram de civis, onde mais de trinta milhões de pessoas perderam suas casas, milhares de crianças foram recrutadas como soldados, e estupros se tornaram comuns nesse período. Neste sentido, entendeu-se que os problemas de segurança internacional não são apenas de conflitos entre os Estados, cunho puramente militar, mas também são problemas sociais, políticos e econômicos (FIERKE, 2015, p. 157).

Hampson (2008, p. 230) descreve que o debate de segurança humana pode ser entendido a partir da junção de três diferentes conceitos. O primeiro conceito surge a partir da ideia dos direitos naturais, isto é, dos direitos individuais básicos, dos quais os Estados tem por obrigação protegê-los e garanti-los. O segundo conceito é humanitário, que está ligado aos esforços internacionais para garantir a ordem internacional em situações como genocídio, crimes de guerra ou abolição de armas, que são considerados ameaças aos direitos dos civis. O terceiro conceito, de acordo com Hampson (Idem., p.230), aborda sobre as ameaças reais e potenciais na saúde e sobrevivência dos indivíduos. Sendo assim, temas relacionados à como economia global, saúde ambiental, a atmosfera e os oceanos podem impactar na segurança do indivíduos (HAMPSON, 2008, p. 231).

O *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH) de 1994 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi o primeiro relatório das Nações Unidas a debater o conceito de segurança humana dentro da Organização. É neste Relatório que a ONU levanta o paradigma de que a abordagem de segurança deve expandir de puramente estatocêntrica para o entendimento do humano como o centro da segurança. Isto significa que o ser humano para a ser o centro do debate. O Relatório aborda realidades de insegurança internacional indo também além da visão

de ameaça entre os Estados e fronteiras, como mencionado acima (HDR, 1994, p. 3). De acordo com o Relatório quando ameaças sociais, políticas ou econômicas como, por exemplo, tráfico de drogas, fome, degradação ambiental, terrorismo, conflitos étnicos ou desemprego, acontecem, as consequências no impacto da segurança são globais (HDR, 1994, p. 3). Compreende-se que mesmo que essas realidades aconteçam dentro dos Estados, o impacto na segurança é global. Sendo assim, a garantia da segurança internacional se encontra no combate à essas ameaças (HDR, 1994, p. 3). O Relatório destaca que o conceito de segurança foi por muito tempo focado apenas nas ameaças externas aos Estados, deixando de lado os indivíduos. E quando deixa os indivíduos de lado neste debate, ameaças ao seu bem-estar como garantia do que vai comer, do emprego e de um lar seguro, acabam não sendo vistos como ameaças às inseguranças destes (HDR, 1994, p. 22).

O *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH, 1994) afirma, por conseguinte que é necessário fazer uma transição do conceito restrito de segurança nacional, e ampliar também para a ideia de segurança humana (HDR, 1994, p. 24). Para tal entendimento, o RDH expõe as sete principais categorias da segurança dos indivíduos, que são segurança econômica, segurança alimentícia, segurança na saúde, segurança ambiental, segurança pessoal, segurança comunitária e segurança política, conforme a Tabela 1 (HDR, 1994, p. 24).

TABELA 1 – CATEGORIAS DE SEGURANÇA E AMEAÇAS DOS INDIVÍDUOS

Tipos de segurança	Exemplos de principais ameaças
Segurança econômica	Pobreza persistente, desemprego
Segurança alimentícia	Fome
Segurança na saúde	Doenças infecciosas mortais, alimentos não seguros, desnutrição, falta de acesso a cuidados básicos de saúde
Segurança ambiental	Degradação ambiental, esgotamento de recursos, desastres naturais, poluição

Segurança pessoal	Violência física, crime, terrorismo, violência doméstica, trabalho infantil
Segurança comunitária	Tensões étnicas, religiosas, ou de outra base de identidade
Segurança política	Repressão política, abuso aos direitos humanos

Fonte: Human Security in Theory and Practice Report (CHS, 2009, p. 6)⁸

Conforme a Tabela 1 do PNUD para cada categoria de segurança, existem ameaças que podem afetar os indivíduos. Para entender a definição de segurança humana, segundo a perspectiva do PNUD, é importante descrever o que cada uma das sete categorias significa. A categoria de segurança econômica aborda a ideia de os indivíduos viverem em um ambiente econômico estável, do qual não há escassez de emprego e o crescimento econômico é constante (HDR, 1994, p. 25). Em lugares onde a taxa de desemprego é alta, e o rendimento produtivo é baixo, os indivíduos vivem em situação de insegurança e conseqüentemente acabam vivendo em situação de pobreza (HDR, 1994, p. 25). A categoria de segurança alimentícia significa que pessoas possuem fisicamente e economicamente acesso a comida básica. O Relatório afirma que esse acesso não implica sobre quantidade de comida, mas sim se o indivíduo possui condições suficientes para comprar, e se há distribuição de um sistema público. A insegurança alimentícia provoca fome, e esta insegurança acontece muitas vezes por má distribuição de alimentos e também por situação de pobreza (HDR, 1994, p. 27).

A segurança na saúde, é quando os indivíduos estão livres de adquirirem doenças que são risco de vida, vivem em ambientes seguros e tem acesso à saúde (HDR, 1994, p. 27). Em países em desenvolvimento são aproximadamente 17 milhões de mortes todos os anos, e por doenças infecciosas ou parasitárias, causadas por água contaminada ou má nutrição na grande maioria. A insegurança na saúde é causada principalmente pela pobreza, levando os indivíduos à uma vida vulnerável e sem acesso à saúde. Este fator afeta, por exemplo, os indivíduos mais pobres, dos quais não possuem recursos para consultas médicas, ou compra de remédios. Além disso, a infraestrutura dos hospitais, em muitos casos, é danificada e sem o necessário para responder a demanda. Mas vale acrescentar, que mesmo em países desenvolvidos os indivíduos não estão livres desse tipo de insegurança. Nos EUA, por

⁸ Tradução feita pela autora, originalmente em inglês.

exemplo, pessoas vivem em áreas poluídas por monóxido de carbono (HDR, 1994, p. 28). Outros exemplos de insegurança na saúde citados pelo Relatório é a mortalidade infantil, mortes de mulheres em trabalho de parto e também AIDS/HIV (HDR, 1994, p. 28). A próxima categoria é a de segurança ambiental, que significa que os indivíduos não devem enfrentar consequências oriundas da destruição da natureza. Uma das principais ameaças da degradação da natureza é a poluição da água, além da escassez em alguns casos. Estas ameaças são crônicas e de longo prazo, que podem causar desastres naturais, como enchentes, secas, terremotos, ciclones ou deslizamentos. A degradação ambiental afeta principalmente a qualidade de vida e a saúde dos indivíduos (HDR, 1994, p. 29).

A outra categoria é a segurança pessoal que, de acordo com o Relatório, é a mais importante por levar em conta que o indivíduo está em segurança quando não se encontra em ameaça de violência física (HDR, 1994, p. 30). As ameaças à segurança pessoal podem ser tortura física, guerras entre Estados ou grupos étnicos, crimes, violência doméstica, estupro, abuso infantil, suicídio e uso de drogas (HDR, 1994, p. 31). A segurança comunitária aborda que todo ser humano deriva de uma comunidade ou grupo étnico que é responsável pela formação cultural e de valores, e que deve ser um ambiente de segurança. Porém, mesmo dentro desses ambientes, ameaças são frequentes e são práticas que fazem parte da cultura local. Rivalidades entre grupos étnicos também são comuns, ameaçando a segurança dos indivíduos locais, e são responsáveis por milhares de mortes todos os anos (HDR, 1994, p. 32). A última categoria citada pelo Relatório é a segurança política, que está relacionada à liberdade dos indivíduos quanto aos seus direitos (HDR, 1994, p. 32). A ameaça à segurança política pode ser vista, por exemplo, em países em que o governo usa da força militar para estabelecer suas vontades, levando os indivíduos à uma realidade de repressão e até mesmo morte. Quando o indivíduo está com a sua segurança política ameaçada, este não possui liberdade de escolha ou expressão (HDR, 1994, p. 32).

A Comissão de Segurança Humana das Nações Unidas, definiu no relatório *Human Security Now* de 2003, que segurança humana é:

Proteção vital de toda vida humana de forma a aumentar as liberdades e a realização humana. A segurança humana significa a proteção das liberdades fundamentais, que são essenciais para a vida. Significa proteger as pessoas de críticas (grave) ameaças difundidas (generalizada) e situações. Significa usar de processos para construir força e aspirações das pessoas. Isso

significa a criação de sistemas políticos, sociais, ambientais, militares e culturais para juntos oferecer às pessoas elementos básicos de sobrevivência, subsistência e dignidade (CHS, 2003, p.4).

A Comissão de Segurança Humana também afirma que o conceito de segurança precisa ser revisto a partir de três principais pontos. O primeiro ponto concorda com os autores anteriormente abordados, que é necessário avançar do conceito tradicional de segurança (CHS, 2009, p.5). O conceito de segurança estadocêntrica, onde a segurança dos Estados é a prioridade, deve avançar para o conceito de segurança dos indivíduos, da sua proteção e empoderamento. O segundo ponto sobre o conceito de segurança é que há a necessidade de levar atenção para as ameaças que abrangem diferentes aspectos da vida dos indivíduos, tais como desenvolvimento e direitos humanos. O terceiro ponto é sobre promover uma nova integração e coordenação de abordagens, do qual os indivíduos são o centro, para que tenha o avanço da paz, segurança e desenvolvimento dentro dos Estados (CHS, 2009, p.5).

As Nações Unidas expõem também os elementos da segurança humana, direitos e desenvolvimento. Esses elementos partem das seguintes características interdisciplinares, que são: pessoas como o centro, multi-setorial, abrangência, contexto específico e prevenção orientada (CHS, 2009, p.6). A característica de pessoas como o centro significa que o indivíduo se torna o centro das análises de segurança, e para tal, conforme já abordado acima, diversas condições ameaçam a sobrevivência, subsistência e dignidade dos indivíduos. A próxima característica é que a segurança humana é multi-setorial, isto é, há variedades de inseguranças, que são as sete áreas supracitadas, econômica, alimentícia, saúde, ambiental, pessoal, comunitária e política. Por conseguinte, estas áreas implicam na interconexão de ameaças e repostas. Esta interconexão pode ser entendida como um efeito dominó, termo usado pela CHS, que quer dizer que uma ameaça alimenta outra ameaça. Por exemplo, um conflito violento pode levar à pobreza, que por sua vez à privação de recursos, à doenças infecciosas, à problemas na educação, e assim por diante (CHS, 2009, p.7). Esta interconexão entre ameaça e resposta é importante para as *policy-making*⁹ já que as resoluções das inseguranças humanas não podem ser tratadas isoladamente, através de respostas autônomas (CHS, 2009, p.7).

⁹ Formulação de políticas.

A característica sobre abrangência afirma que as abordagens devem ser amplas, das quais devem enfatizar a necessidade de cooperação e de respostas multi-setoriais. Isto significa que as agenda internacionais responsáveis pela segurança devem ser fortes e integradas para juntas responderem às inseguranças ao redor do mundo (CHS, 2009, p.7). O contexto específico, penúltima característica, significa que as inseguranças variam de contexto, e para a resolução dessas ameaças é preciso está sensível para cada contexto. Neste caso, a natureza das ameaças pode variar de acordo com a região, e conseqüentemente a resolução dessas ameaças devem ir de acordo com o seu contexto. E por fim a característica da prevenção orientada implica na prevenção das inseguranças, e esta prevenção acontece em dois focos, que é na proteção e no empoderamento (CHS, 2009, p.7). Um importante ponto exposto pela CHS é a maneira que a segurança humana pode ser alcançada através de políticas de segurança humana de proteção e empoderamento, que são os dois focos da prevenção orientada (CHS, 2009, p.7).

Segundo o CHS a proteção e o empoderamento são os dois blocos de construção para alcançar os objetivos da segurança humana. A proteção é definida pela CHS, e chamada de abordagem *top-down*, como o meio estratégico que os Estados, organizações internacionais ou não governamentais e o setor privado usam para proteger os indivíduos de ameaças. Esta definição reconhece que os indivíduos enfrentam ameaças que são além do seu controle, como desastres naturais, crises financeiras e conflitos (CHS, 2009, p.7). O empoderamento, chamada de abordagem *bottom up*, é definido como a estratégia que capacita as pessoas para desenvolverem resiliência para situações difíceis. O empoderamento desenvolve a capacidade dos indivíduos e das comunidades a tomarem decisões coerentes e agirem de acordo com seus próprios interesses (CHS, 2009, p.7). O CHS afirma que para que o alcance da segurança humana seja efetuado é necessário que os indivíduos estejam protegidos e empoderados, e estes dois meios são mutualmente dependentes (CHS, 2009, p.7).

A partir do debate acima descrito, é possível perceber que o indivíduo também passou a ser o foco da ameaça nos debates sobre segurança. E isto se deu após o entendimento de que não eram apenas ameaças bélicas, como guerras, que ameaçavam a segurança no cenário internacional. Mas também ameaças políticas, econômicas ou sociais que afetassem o bem-estar dos indivíduos. Temas como baixo desenvolvimento econômico, desigualdade social, ameaças ambientais, entre outros, passaram a fazer parte do debate de segurança, a partir do conceito de segurança

humana. Na mesma perspectiva dos debates sobre a segurança humana outros conceitos também podem ser atrelados para analisar a ideia das ameaças aos indivíduos, como por exemplo, os conceitos de violência e paz de Galtung. Neste sentido, esses conceitos buscam relacionar de que maneira indivíduos estão sofrendo diferentes tipos de violência, podendo ser a direta ou estrutural. E de que maneira a superação dessas violências podem ser vistas dentro dos conceitos de paz negativa ou positiva. Sendo assim, a próxima seção abordará os conceitos de violência e paz de Galtung

2.2. Conceito de violência e paz de Johan Galtung

Conforme abordado anteriormente o conceito de segurança humana significa a garantia de segurança dos indivíduos, seja ela de igualdade social, bem-estar econômico, garantia de acesso de suprimentos básicos, ou segurança física. Sendo assim, os indivíduos não estão limitados à ameaças físicas, ou ameaças relacionadas à posições desfavorecidas de desigualdade social. Neste sentido, a proteção dos indivíduos de ameaças físicas ou ameaças econômicas, políticas e sociais levam a garantia de maior segurança humana. A partir dessa perspectiva, os conceitos de violência direta e estrutural de Galtung apontam conceitualmente quais são as diferentes formas de ameaças a segurança dos indivíduos. Pois, as inseguranças dos indivíduos podem ser causadas tanto por fatores de violência física, como por fatores de violência estrutural. E em resposta a esta visão os conceitos de paz negativa e positiva de Galtung abordam de que maneira essas violências, ou inseguranças, podem ser superadas e garantir a segurança dos indivíduos.

Os conceitos de violência de Galtung, para a análise da segurança humana, apontam de que maneira os indivíduos estão sendo ameaçados, podendo ser de forma direta ou indireta. Neste sentido, Galtung desenvolve essas tipologias divididas em direta e estrutural. Para Galtung, violência pode ser entendida como uma dimensão daquilo que ele descreve como uma realidade real e potencial. Se existe uma realidade que pode ser potencialmente evitada, como por exemplo uma epidemia, e não é evitada por algum motivo, de negligência por exemplo, a violência está presente. Se pessoas morrem por consequência dessa epidemia, e isso não é evitado, essas mortes são vistas como resultado de uma violência. Utilizando ainda o exemplo da epidemia, se em uma determinada sociedade existe um recurso que pode

ser usado para evitar mortes consequentes dessa epidemia, e esse recurso é monopolizado e usado para outros fins, é uma realidade de violência. É precisamente a superação da violência que Galtung entende como a construção da paz.

Por isso, para Galtung (1969) para se estudar a paz é necessário entender antes o que é violência (GALTUNG, 1969, p. 165). Galtung introduz novos conceitos analíticos sobre violência e paz. Ele interrompe com a tradição de analisar a paz apenas como a ausência de guerra, e introduz novos conceitos e visões para as abordagens. Essas concepções de paz só são perceptíveis pelo fato de que Galtung diversifica o conceito de violência. Assim, a definição de violência para Galtung não se restringe apenas à violência física, mas avança no conceito de violência estrutural. Mais adiante Galtung também aborda a violência cultural¹⁰, que é a legitimação ou a justificativa do uso da violência, porém este trabalho se limitará apenas na violência direta e estrutural.

De acordo com a definição de Galtung (1969, p. 167) violência direta é aquela em que o ser humano é diretamente machucado em seu próprio corpo, e no caso mais extremo, a morte. A violência direta não se restringe apenas à agressão física, há também a violência biológica. Esta violência biológica é quando há a redução da capacidade somática, é quando a capacidade de movimento do ser humano, por exemplo, é limitada; como prisão, ou ser acorrentando. É uma forma de paralisação física. A violência direta é perceptível ao olho humano, ela atinge e afeta o corpo diretamente (Ibidem., p. 167). O outro aspecto existente para a violência direta, segundo Galtung, é a que agride a alma, que pode ser lavagem cerebral, ameaças, doutrinações, mentiras, entre outras; das quais são inclusas nas definições das potencialidades de violênciamental, ou seja, a violência psicológica. Todos esses tipos de violência reduzem a capacidade e potencialidades mental dos seres humanos. Se um sujeito se encontra em uma situação em que sofre pressões psicológicas para um determinado fim, este se encontra em situação de violência também (Ibidem., p. 170).

Galtung apresenta as ferramentas que a violência direta utiliza para ser manifestada. Na violência direta a primeira ferramenta citada é o corpo humano, sendo este usado para luta física, como por exemplo brigas ou karatê, sendo o próprio corpo uma ferramenta. Além também do uso de armas, que é feito através de seres

¹⁰ Para violência cultural Cultural Violence, Johan Galtung Journal of Peace Research, Vol. 27, No. 3. (Aug., 1990), pp. 291-305.

humanos. A próxima seria a forma de organização, que corresponde a maneira que o ato de violência se constrói e se organiza. Essa organização pode ser tanto a partir de um único indivíduo, como também em multidões, por exemplo guerrilhas organizadas entre gangues, assassinatos, assaltos, violência sexual, entre outros. Segundo Galtung esses dois tipos de ferramentas são as que formam as guerras militares, já que há a junção desses dois elementos (GALTUNG, 1969, p. 175). Uma observação sobre a violência direta que pode ser feita é que esta é a tipologia de violência que os estudos de segurança tradicionais abordam, já que está relacionado principalmente a ideia de guerras e conflitos puramente militares. A violência direta envolve um ator, isto é, há a ação concreta de um ator e há uma clara relação entre o sujeito e objeto de forma. Isto significa que ela se manifesta através do comportamento humano, sendo assim a violência direta é visível e dinâmica (Idem., p. 175).

Já a violência estrutural, para Galtung, se estende para além da violência física, como entendido nos estudos tradicionais de segurança, indo além da violência que atinge o indivíduo diretamente. Ao ir além da mera conceitualização de que violência é apenas um estado de guerra, a definição de violência estrutural aponta para observações de cunho social (GALTUNG, 1969, p. 171). O aspecto social dessa tipologia é quando a violência atinge as estruturas de uma sociedade, como a política, econômica e cultural, das quais os seus direitos são atingidos (Idem., p. 171). Este conceito pode ser comparado a ideia de segurança humana anteriormente abordado. Já, que não são apenas as ameaças físicas e diretas que atingem os indivíduos, mas também aquelas que atingem o bem-estar da população.

Uma análise que pode ser feita sobre se há a presença de violência ou não seria a distribuição desigual de recursos. Por exemplo, se em uma determinada sociedade os recursos são distribuídos de forma desigual, sejam eles de alfabetização, saúde, renda, ou se existem restrições para que todos tenham acesso de forma igualitária, isto é violência. Ou pode ser também quando o acesso está restrito à apenas alguns grupos, deixando outros grupos excluídos de ter acesso. Ou até mesmo se o poder de decisão do uso desses recursos é distribuído de forma desigual, neste caso há violência (GALTUNG, 1969, p. 171). Galtung ainda afirma que a situação pode ser mais agravante quando essas pessoas estão em situação de baixa educação, saúde e energia, que é o mais comum na realidade, já que essas dimensões estão entrelaçadas em uma estrutura. Isto quer dizer que em uma estrutura uma dimensão leva a outra, ou até mesmo agrava a outra. Diante disso o

que Galtung quer expor é que se há alguém que está passando fome e isso pode ser objetivamente evitado, está ali então uma situação de violência, mesmo que a distinção de sujeito, ação e objeto não sejam claramente identificadas. Na violência estrutural não há necessariamente a presença de um sujeito ou grupo que cause de forma proposital a violência, mas a violência está presente, como o nome sugere, na estrutura do local (Ibidem., p. 173).

Para tanto, quando não há a clara distinção do indivíduo, ou seja, não há essa relação clara entre sujeito e objeto, a violência é estrutural. O exemplo citado pelo autor é de que se um marido agride sua esposa, há um claro caso de violência direta; porém se um milhão de maridos mantém um milhão de esposas em restrição de conhecimento, há violência estrutural (GALTUNG, 1969, p. 171). O outro exemplo é que se numa sociedade a expectativa de vida é duas vezes maior na classe superior do que na classe inferior, a violência é existente mesmo que não existam atores concretos que estejam atacando diretamente esses indivíduos. O ponto central de Galtung é que a violência estrutural se refere às condições de injustiças sociais. O autor afirma que mesmo que esse tipo de violência não atinja diretamente o indivíduo, isto é o seu físico, não significa que não há sofrimento para a pessoa (Idem., p. 171).

Uma outra diferença da violência direta para a estrutural tem a ver com a visibilidade. Conforme visto acima, a violência direta é visível e dinâmica, já a violência estrutural é estática e não é visível, não se mostra. Por essa característica da violência estrutural, de ser invisível de uma certa forma, em uma sociedade estática as características desta violência acabam sendo aceitas e vistas como algo natural. Entretanto, em um certo momento ela se torna aparente pelo fato de ser um impedimento do avanço social (GALTUNG, 1969, p. 174). Apesar de não existir uma clara relação entre o sujeito-objeto-ação na violência estrutural, isto não quer dizer que não exista esta relação. Porém o que significa é que não há uma causalidade direta para a violência. Mesmo que atores influenciem ações estruturalmente violentas não quer dizer que tenha cometido de forma direta (Idem, p. 173).

Para expor as ferramentas da violência estrutural, Galtung questiona se é possível fazer uma tipologia dessa violência, assim como foi feita para a direta, já que as ferramentas são diferentes. De acordo com o autor se o que está por trás da violência estrutural é a desigualdade, e dentro da desigualdade está, por exemplo, a má distribuição de alimentos, a violência estrutural pode ser medida através desses índices. Esses índices podem ser analisados a partir de indicadores como mortalidade

infantil, expectativa de vida, índices de saúde, taxas de analfabetismo, desemprego, entre outros. Sendo assim é necessário analisar quais são os fatores que levam à desigualdade, como também desigual distribuição de recursos e poder. Assim como a ciência militar pode explicar e analisar a violência direta, a ciência social pode explicar e entender a violência estrutural (GALTUNG, 1969, p. 176).

Tendo em conta que, para Galtung, a paz é a superação dos diferentes tipos de violência. A partir das extensas análises e definições de violência, Galtung diz ser necessário uma também extensa definição de paz. Conforme a abordagem de Galtung (1969, p. 183) a paz possui duas tipologias, que é a ausência da violência direta e a ausência da violência estrutural. Para cada tipo, Galtung denomina de paz negativa e paz positiva respectivamente. As tipologias são divididas em negativa e positiva em vista que, em cada sentido há uma definição, como por exemplo, a paz negativa tendo como definição ausência de violência direta, não é uma condição positiva. E no sentido de paz positiva, como a ausência de violência estrutural é visto como uma condição positiva, por se referir a justiça social. Sendo assim, a paz sendo concebida nessa condição positiva não será apenas o controle e redução da violência direta, mas está ligada à ideia de desenvolvimento, como distribuição de poder e recursos (GALTUNG, 1969, p. 183).

A paz negativa pode ser entendida, conforme mencionado acima, como ausência de violência direta. Tendo em vista que a violência direta é a violência física, aquela que atinge diretamente o indivíduo, a noção de paz negativa implica na proteção física dos indivíduos, isto é, que estes se encontrem livres de ameaças, como por exemplo, assassinato. Pode-se dizer que a paz negativa é a mera ausência de violência direta, do qual não leva em consideração aspectos de cunho de desenvolvimento (GALTUNG, 1969, p. 184). A presença da paz negativa o indivíduo encontra-se livre de ameaças que podem leva-lo à degradação física ou morte, porém não está livre de ameaças socioeconômicas. Galtung expõe um exemplo prático de paz negativa, que é o desarmamento (Idem, p. 184).

Galtung acredita que conflitos e guerras são tipos de violência, mas não são os únicos. Neste contexto, o autor faz uma interessante observação sobre o conceito de paz, indo além da ausência de conflitos, mas também na perspectiva de que paz é um elemento de igualdade social e ausência de exploração, sendo esta a paz positiva (GALTUNG, 1967, p. 14). Galtung expõe que a paz positiva é a ausência de violência estrutural. Para tal, a paz positiva caracteriza-se como a paz que elimina as ameaças

à essas estruturas, e que também estabelece a justiça social (GALTUNG, 1969, p. 184). A paz positiva também elimina a violência direta, pois de acordo com Galtung o estabelecimento da paz elimina primeiramente o mal menor, que é a violência direta, e conseqüentemente elimina o mal maior, que é a injustiça social. Ou seja, a paz positiva é uma reestruturação social, que elimina ambas as violências (Ibidem, p. 185).

Os meios de se alcançar a paz positiva para Galtung devem ser através da busca de relações positivas. Essas relações positivas são, presença de cooperação, libertação do medo, liberdade de desejos, crescimento econômico e desenvolvimento, ausência de exploração, igualdade, justiça, liberdade de ação, pluralismo e dinamismo (GALTUNG, 1967, p. 15). A libertação do medo pode ser entendida como uma forma de prevenção, como algo negativo que pode ser evitado; como por exemplo inundações, fome, ou guerras, dos quais esses eventos podem ser evitados no futuro. A liberdade de desejos significa que nem mesmo indivíduos ou nações devem ser insatisfeitas com suas necessidades, como fome, segurança básica, moradia. O valor de crescimento econômico e desenvolvimento pode ser entendido quando há uma organização que promova o aumento dos recursos per capita e boa distribuição desses recursos. Pode ser entendida como uma paz a partir de bases estruturais de valores (Idem., p. 15). Estas relações positivas são entendidas, dentro da perspectiva da paz positiva, como um meio de reconstruir uma sociedade que se encontra com as estruturas comprometidas pela violência estrutural. Neste sentido, em uma sociedade onde há a presença dessas relações positivas, há a superação e eliminação da violência estrutural. A reestruturação social acontece, a partir das relações positivas, quando a sociedade tem acesso à boa educação, saúde de qualidade, distribuição de alimentos, emprego, moradia, entre outros.

Conforme abordado anteriormente a segurança humana compreende diferentes vulnerabilidades que atingem a segurança global, tais como fome, pobreza, desigualdades socioeconômicas, entre outras. Este entendimento argumenta que não são apenas as ameaças bélicas que comprometem a segurança, mas também aquelas que atingem o bem-estar dos indivíduos. Sendo assim, a segurança humana desafia as desigualdades e injustiças sociais de uma sociedade, isto é, abrange questões de desenvolvimento. Neste mesmo sentido a paz positiva denota as mesmas condições de igualdade e desenvolvimento social da segurança humana. A paz positiva possui uma visão mais holística em relação a segurança, e não apenas a ausência de conflitos, assim como a segurança humana também abrange. Portanto,

assim como a segurança humana reconhece condições socioeconômicas para os desafios de segurança, a paz positiva também reconhece condições estruturais da sociedade como violência. Pode-se dizer, neste sentido, que a paz positiva é instaurada através de mudanças sociais que promovem, conseqüentemente, a segurança humana. Desta maneira, a não realização de relações positivas em uma sociedade, os indivíduos se encontram impossibilitados de realizações pessoais, e se encontrarão em níveis de insegurança humana.

2.3. Superação da violência e construção da paz: operacionalização da paz das Nações Unidas no cenário internacional

Como visto anteriormente, as questões sobre segurança e paz são importantes temas de debate dentro das Relações Internacionais. As Nações Unidas, desde a sua criação em 1945, buscam garantir a manutenção da paz e da segurança no cenário internacional, para evitar que conflitos se transformassem em guerra. Conforme o artigo primeiro do parágrafo 1 da Carta das Nações Unidas de 1945 o propósito da ONU é “Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz (...)” (Carta das Nações Unidas, 1945, p. 5). A partir deste ponto de vista, este tópico aborda o modo como a ONU operacionaliza os conceitos de paz e segurança no cenário internacional. Assim como a visão dos Estudos de Segurança Internacional passou por diferentes processos de abordagem, o modo de operacionalização da segurança e da paz no cenário internacional também passou. Conforme supracitado, a natureza dos conflitos se modificou, principalmente no período de pós-Guerra Fria. Tendo em vista que os conflitos eram de cunho militar e interestatais, após esse período centrou-se mais em intraestatais e civil. A partir disso, esses novos conflitos levaram as Nações Unidas a operacionalizarem a manutenção da paz de diferentes formas. Sendo assim, a ONU também passou a superar a violência estrutural a partir de atividades multidimensionais, e não apenas a superação da violência direta tradicional.

O modo como a ONU operacionaliza a manutenção e busca da paz e da segurança são a partir das operações de paz. Logo após a criação da organização, em 1948, a ONU enviou tropas para lugares em situação de guerra e conflito, e neste período as operações eram vistas como tradicionais (ONU, 2016). As operações de

paz do tipo tradicional geralmente envolviam tarefas de observação realizadas por militares, tendo em vista a natureza dos conflitos da época, num cenário de segunda Guerra Mundial (ONU, 2016). De acordo com Yilmaz (2010, p. 13) no período de pós-Guerra Fria houve uma mudança na natureza dos conflitos. Os conflitos interestatais tradicionais declinaram, e os conflitos internos aumentaram. Essa mudança de natureza se caracterizava por conflitos internos, principalmente de lutas étnicas, ou até mesmo problemas governamentais, como golpes de estado (YILMAZ, 2010, p. 13). E para responder à estes conflitos internos as operações foram convocadas a empreender tarefas mais complexas, como ajuda na construção de instituições ou reformar a segurança nacional, mudando também de natureza (ONU, 2016).

Este período de mudança se caracterizou no fim da Guerra Fria, necessitando conseqüentemente de mudança na atuação das operações de paz. Yilmaz (2010, p. 15) afirma que houve um entendimento mais amplo da ONU para a manutenção da paz, que vai além de superar a violência direta e estabelecer a paz negativa. A ONU busca desenvolver e estabelecer uma paz sustentável, que é dá assistência de diferentes formas, como apoio eleitoral, fortalecimento da confiança local ou desenvolvimento econômico e social (YILMAZ, 2010, p. 15). Ao longo dos anos as operações de paz da ONU se modificaram no modo de superação de conflitos violentos no cenário internacional. Para entender a evolução das operações de paz, esse processo é dividido em 4 gerações analíticas. Cada geração aponta mudanças nos mandatos e tarefas, com base de mudança em três principais fatores, que são o nível do uso da força militar, o tipo das atividades realizadas pelos civis e distribuição de cargos da ONU para outras organizações (Ibidem., p. 15).

A primeira geração das operações de paz é originalmente um legado da antiga Liga das Nações. A maneira que se caracterizava esse modelo tradicional de resolução era na tentativa de conter um conflito armado, seja apenas uma trégua ou o cessar fogo (YILMAZ, 2010, p. 125). Dentro deste entendimento, só a partir dessa contenção do conflito armado que existiria um ambiente pacífico. Com este ambiente pacífico alcançado, o objetivo seguinte da missão era criar um ambiente propício para negociação e mediação. Desta maneira as atividades dessas operações poderiam envolver monitoramento de fronteiras e de zonas desmilitarizadas para garantir a manutenção da paz (Idem., p. 125). Essas operações de paz possuem seus mandatos com base no Capítulo VI da Carta da ONU, que se caracterizam pela busca de resolução pacífica de controvérsias juntamente à ONU. Existem princípios básicos

que caracterizavam as atividades das operações da primeira geração: primeiro o consentimento da nação receptora, segundo a imparcialidade entre os envolvidos, e terceiro, o não uso da força das tropas da ONU (Idem., p. 125). As primeiras gerações de operações de paz receberam críticas sobre o seu modelo de atuação na prática por apenas conduzirem um modelo de resolução de controvérsia não duradoura. O que significa que havia apenas, em alguns casos, o congelamento do conflito, e não uma resolução completa (Idem., p. 127). As operações de primeira geração podem ser classificadas como tradicional. Neste sentido, a operacionalização da ONU neste modelo de operação de paz se dá prioritariamente na superação da violência direta, que é o estabelecimento da paz negativa.

A segunda geração das operações de paz é marcada pelo fim da Guerra Fria, o que caracteriza mudança dos conflitos no cenário internacional e na atuação dessas operações. Neste período os conflitos não se limitavam apenas às controvérsias entre Estados, mas apontavam à guerras civis intra-estatais (YILMAZ, 2010, p. 127). No continente africano, por exemplo, as hostilidades tendo uma dimensão étnica importante se tornaram frequentes nesse período, tendo a necessidade de assistência da comunidade internacional nesses processos. Esta segunda geração desenvolvia tarefas mais complexas, que não era apenas o congelamento do conflito, mas uma assistência mais ampla e multidimensional para a transição da paz. A força militar estava em segundo plano de ação, caracterizando mais ações em tarefas civis para a transição política do conflito (Idem., p. 128). Na Agenda para Paz de 1992 de Boutros Boutros-Ghali aponta os novos meios de intervenção das Nações Unidas para as operações de paz no cenário de pós-Guerra Fria. Neste documento é descrito as tipologias para as operações e os tipos de atividade. Essas tipologias são a Diplomacia Preventiva, o *Peacemaking*, *Peacekeeping*, *peacebuilding* e *Peace enforcement* (A/47/277). A Diplomacia Preventiva é ação de evitar que novos conflitos surjam e os já existentes que não se agravem através de ações diplomáticas. O *Peacemaking* é a tentativa de se chegar a um acordo das partes em conflitos, através de meios pacíficos que são previstos no Capítulo VI da Carta da ONU. O *Peacekeeping* conta com a implementação da ONU em terreno, que conta com pessoal militar e/ou polícia da ONU, e também de civis. Esta tipologia tem como técnica a possibilidade de prevenção do conflito como a construção da paz (A/47/277). As atividades dessas operações podem ser organização de eleições, desarmamento, desmobilização e reintegração, promoção

dos direitos humanos, ajuda humanitária, capacitação governamental e assistência a refugiados (Idem., p. 129). Para estes modelos de atuação vale destacar que a forma de operacionalização se dá também através de elementos de superação da violência estrutural, já que busca promover relações positivas.

As operações de paz da terceira geração mudaram a forma de atuação em alguns sentidos, como por exemplo, com a permissão maior do uso da força militar, ficando assim conhecida como *Peace Enforcement* (KENKEL, 2013, p. 130). Apesar do uso da força parecer mais direto, as atividades dessas operações não mudaram muito comparadas às operações de segunda geração. Essa característica de imposição da paz foi vista em três operações de paz dos anos 1990 consideradas fracassadas, que foram as de Ruanda (UNAMIR), Somália (UNOSOM) e Bósnia (UNPROFOR) (KENKEL, 2013, p. 130). Este modelo se baseia no Capítulo VII da Carta da ONU, principalmente nos Artigos 39, 41 e 42 (OLIVER, 2002, p. 101). De acordo com Oliver (2002, p. 101) o *Peace Enforcement* não tem uma definição direta quanto ao uso da força nas operações, pois dentro do próprio relatório Agenda para Paz de 1992 delinea os procedimentos do uso da força, mas não define diretamente este modelo (Idem., p. 101). Como visto acima, Boutros Boutros-Ghali define a Diplomacia Preventiva, o *Peacekeeping* e *Peacemaking*, mas não define o *Peace Enforcement*. O que pode diferenciar de forma mais clara o *Peace Enforcement* do *Peacemaking*, por exemplo, é o consentimento das partes do conflito em questão, porém este modelo é amparado pelo capítulo VII da Carta da ONU (Idem., p. 101).

Após a experiência das operações de paz com caráter mais coercitivo e de impositivo de paz os debates sobre as operações foram mudando de forma. Ainda no período de pós-Guerra Fria, assuntos como intervenção humanitária, direitos humanos e proteção dos civis marcaram os debates sobre as operações. Após o surgimento do conceito de segurança humana, como visto anteriormente em 1994, os indivíduos passaram a fazer parte das preocupações das intervenções no terreno, atuando em diferentes esferas (Idem., p. 130). Estas operações são chamadas de *Peacebuilding*, das quais também estão presentes na Agenda para a Paz (Idem., p. 132). As *Peacebuilding* combinam a permissão do uso da força, com tarefas civis para assegurar um ambiente estável para as ações da missão. As tarefas desenvolvidas podem ser de desarmamento das partes do conflito, restauração da ordem, destruição de armas, repatriação de refugiados, capacitação da segurança local, monitoramento de eleições, promoção dos direitos humanos e fortalecimento das instituições (Idem.,

p. 132). Estes modelos também possuem elementos de relações positivas, por atuarem ações, como por exemplo, de promoção dos direitos humanos.

Conforme abordado neste tópico, as operações de paz da ONU podem caracterizar diferentes formas de atuação e operacionalização da paz e da segurança no cenário internacional. Estas diferentes formas de atuação se deram a partir do processo de mudança da natureza dos conflitos. Conforme abordado, durante o período da Guerra fria a operacionalização da paz e da segurança das operações de paz da ONU era principalmente através de mecanismos estabelecimento da paz negativa. Após este período, as operações de paz da ONU passaram a incorporar elementos da paz positiva.

2.4. Conclusão

Este capítulo evidenciou que a segurança era vista nos estudos das Relações Internacionais com uma visão puramente militar e estadocêntrica, não levando em consideração aspectos sociais e humanitários. Dos quais proteger os Estados de conflitos armados era o principal foco do debate durante esse período. O capítulo evidenciou que, após a Guerra Fria, o debate sobre segurança avançou para outras esferas, enxergando que a segurança não está ligada apenas em proteger os Estados de conflitos armados, mas também os indivíduos de suas vulnerabilidades. É neste ponto que a segurança humana entra em pauta nos Estudos de Segurança Internacional. Com a segurança humana, o ser humano passa a ser o centro da ameaça. Se o indivíduo está ameaçado de alguma maneira, seja com falta de acesso à saúde, educação ou pobreza este se encontra, de alguma forma, inseguro. Isto significa que segurança não é apenas a garantia da ausência de guerra, mas também que o indivíduo se encontre, na sua totalidade, sem fome, com acesso a educação e estável economicamente.

Nesta mesma visão, Johan Galtung faz uma importante contribuição para este debate a partir dos conceitos ampliados de violência e paz. Galtung se distancia da visão puramente militar e realista de violência, e alarga para o conceito de violência estrutural. Do qual esse alargamento do conceito de violência estrutural leva em consideração aspectos políticos, econômicos e sociais. O autor traz uma diferente perspectiva sobre violência e paz. Galtung vai além da visão estatocêntrica de

violência e paz. E como ferramenta de superação a este tipo de violência Galtung também alarga a visão de paz, abordando uma visão mais alargada, da qual não é apenas ausência de guerra, mas também desenvolvimento e justiça social. Neste sentido, é possível analisar que as operações de paz das Nações Unidas também se modificaram ao longo dos anos a forma de operacionalização da paz e da segurança no cenário internacional. Como visto acima, assim como a visão de segurança e de paz evoluíram para outras perspectivas analíticas, o modo de operacionalização da ONU também.

É com base nos conceitos de violência e paz de Galtung que a presente dissertação analisa de que maneira a atuação da ONU, através de suas operações de paz, buscam superar a violência no Haiti. Buscando perceber se há um descompasso entre o tipo de paz que a ONU buscar estabelecer, com o tipo de paz que a população de fato necessita. Para tal análise, o próximo capítulo descreve o cenário político, social e econômico haitiano, e como se caracterizava cada missão de paz já estabelecida no país até a atual MINUSTAH.

3. AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU NO HAITI

O Haiti é a segunda maior ilha do caribe, dividida com a República Dominicana, que tem aproximadamente nove milhões de pessoas. O Haiti enfrenta inúmeros problemas econômicos e sociais, como por exemplo, baixa escolaridade, alto índice de desemprego, alta mortalidade infantil, desnutrição, baixa expectativa infantil, entre outros (ALVARENGA, 2004, p. 1). Por conta disso, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996 das Nações Unidas o Haiti é considerado um país em crise, e que há ameaça à segurança humana (HDR, 1994, p. 3). Após o golpe de Estado do governo Jean-Claude Duvalier em 1986, o país passou por diversos governos instáveis. Quando em 1990 o governo provisório pediu ajuda às Nações Unidas para dá assistência às eleições de dezembro deste ano, marcando assim o início de intervenções e envio de operações de paz da ONU no país (ONU, 2016). Em julho de 1994 a primeira operação de paz da ONU foi autorizada e enviada pelo Conselho de Segurança, sendo esta a *United Nations Mission in Haiti* (UNMIH), que permaneceu no país até março de 1995. Após a saída da UNMH outras operações foram estabelecidas, como a *United Nations Support Mission in Haiti* (UNSMIH), a *United Nations Transition Mission in Haiti* (UNTMH), e a *United Nations Civilian Police Mission in Haiti* (MIPONUH), que ficou até o ano 2000 (ONU, 2016). Em junho de 2004, após um conflito armado o Conselho de Segurança autorizou o envio da *United Nations Stabilization Mission in Haiti* (MINUSTAH), sendo esta a missão que se encontra no Haiti até a atualidade (ONU, 2016).

O presente capítulo contextualiza a história e aspectos do Haiti, e aborda de que maneira as intervenções da ONU, em específico as cinco operações de paz das Nações Unidas que foram estabelecidas, e a atual MINUSTAH. Para tal, a primeira parte do capítulo aborda o contexto histórico do Haiti, descrevendo desde a revolução escrava, até a independência do país. Após esta abordagem, é exposto de que maneira se encontra o Haiti na atualidade, relatando o cenário político, econômico e social do país. A segunda parte do capítulo relata brevemente sobre essas operações, como os mandatos e resultados de cada uma, e qual era o contexto do país no momento da chegada e saída das operações. Por fim, o capítulo aborda a chegada da última e atual missão, que é a MINUSTAH, descrevendo o cenário interno haitiano, a partir de como o país se encontrava na chegada da missão.

3.1. História haitiana: da independência haitiana à chegada da UNMIH

Entender o cenário político, econômico e social do Haiti, é preciso entender primeiramente o passado histórico do país, levando em consideração que o passado reflete na atualidade do país. Ao analisar a história, é possível compreender a fragilidade das instituições, o distanciamento racial e a crise econômica do país. Para tal, a abordagem inicia-se a partir da independência do país.

A ilha Hispaniola, ou também chamada de São Domingos, se tornou oficialmente colônia espanhola em 1493, após a segunda visita de Colombo à ilha (HAGGERTY, 1989, p. 204). A ilha de São Domingos foi para o império espanhol uma importante fonte de recursos, para extração e produção de ouro, café e especiarias. Após muitos anos de dominação espanhola, em 1659 sob o comando do rei Louis XVI, acontece a primeira dominação francesa na ilha de São Domingos. O comércio francês se deu inicialmente com a empresa *French West India Company*, em 1664, no nordeste da ilha, iniciando o processo de comercialização entre a colônia e a França (Idem., p. 206). Em 1670 foi estabelecida a primeira maior comunidade francesa, a Cap François, e em 1697 a Espanha renunciou a soberania da ilha para a França, através do Tratado Ryswick (Idem., p. 206).

São Domingos se tornou, na metade do século XVIII, a colônia do hemisfério ocidental mais rica, que produzia cerca de 60% do café mundial, e responsável por 40% do açúcar importado pela França e Inglaterra. A ilha tinha um papel central na economia da França, do qual dois terços da exportação francesa era para lá, e responsável por 40% do comércio exterior (Idem., p. 206). Em 1789 a ilha de São

Domingos tinha o maior mercado individual para o tráfico de escravos europeu. O seu valor econômico era tão grande, que esta região era o orgulho da França, e causava inveja em outras nações imperialistas (JAMES, 2010, p. 15). Porém, toda produção da colônia, assim como na grande maioria das colônias da época, era realizada a partir de mão de obra escrava. Os escravos de São Domingos eram de origem africana, onde totalizava cerca de 700.000 escravos em 1791. Segundo Haggerty (Idem., p. 206) a sociedade moderna haitiana foi formada dentro de um sistema escravista, formando a sociedade haitiana, entre brancos colonos, mulatos da elite, e os negros escravos, que eram a maioria (Idem., p. 206).

É importante destacar que o sistema escravista haitiano era cruel e rígido. Os escravos eram torturados e forçados à longas jornadas de trabalho (Idem., p. 207). Os escravos não tinham acesso à benefícios que os brancos ou mulatos tinham, como usar roupas de origem europeia, casar com brancos, ou frequentarem lugares onde a elite frequentasse, sendo tudo isso oficializado em estatutos. Esses problemas motivavam conflitos e discriminações raciais, era comum conflitos entre os colonos e os escravos (Idem., p. 207). Os escravos estavam insatisfeitos com o modo em que estavam submetidos, e começaram a planejar rebeliões contra a colônia. Guerrilhas eram organizadas e lideradas pelos próprios escravos, como por exemplo uma rebelião que ocorreu entre 1751-1757, liderada por François Macandal, do qual estima-se que foram aproximadamente 6000 mortos (Idem., p. 208).

Porém, foi em 1791 que marcou o início da revolução escrava haitiana, onde os escravos buscavam os mesmos direitos dos brancos, e outros benefícios que eles não desfrutavam. Foi durante esse período que surge a importante liderança de Toussaint L'Ouverture. De acordo com James (2010, p. 38) Toussaint era de origem escrava, e possuía motivações para promover a rebelião que libertaria os escravos (Idem., p.38). James aborda que Toussaint era motivado por escritos do padre chamado Raynal, sobre doutrinas revolucionárias anti-escravistas afirmando acreditar que a revolução de escravos poderia libertar a África e os africanos algum dia. Estes escritos se encontravam no seu famoso livro¹¹, do qual frases como "a liberdade natural é o direito que a natureza proporcionou para todos disporem de si mesmos de acordo com a sua própria vontade" (Idem., p.38). Este livro revolucionário foi parar nas mãos de Toussaint L'Ouverture, que segundo James (2010, p. 38) era o escravo

¹¹ *História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas duas Índias*, livro do Abade Raynal que teve a primeira edição em 1770.

mais apto a fazer uso dele, pois acreditava na independência negra. Foi a partir das mãos de Toussaint que “os jacobinos negros de São Domingos fariam a história que mudaria o destino de milhões de homens e o curso econômico de três continentes” (Idem., p. 39).

Em 1794, Toussaint tenta acordar com a França a independência do país, pois acreditava que apenas a liderança negra era suficiente para ter autonomia local, porém este acordo foi malsucedido (HAGGERTY, 1989, p. 210). Após acordos frustrados, em 1800 foi traçado um plano de força armada contra a tentativa da França de dominar a colônia novamente, e para a segurança navios e exércitos de negros se posicionaram na ilha. Em 1801 foi aprovada uma constituição que nomeava Toussaint como governador geral, e dois anos depois Napoleão Bonaparte envia cerca de 20.000 homens para invadir a ilha, sendo mesmo número do exército de Toussaint, porém Toussaint se rende e é levado para França, morrendo em 1803, porém seus seguidores continuaram na luta pela independência (Idem., p. 213). Em 1803 Bonaparte concentra suas forças em conflitos que ocorriam na Europa, e em abril deste ano Bonaparte assina um tratado que renunciava as ambições da França em relação ao hemisfério ocidental. No dia primeiro de janeiro de 1804 o Haiti proclama independência, e se torna o segundo país do hemisfério ocidental independente e a primeira república negra livre do mundo (Idem., p. 213). O processo de revolução haitiana se tornou um movimento de inspiração para revoluções anticolonialistas ainda naquele período, como emancipações espanholas no século XIX (NASCIMENTO, 2007, p. 471). Na historiografia o termo *haitianismo* foi criado, ainda no século XIX, para definir ideias relativas à revolução, já que foi um movimento que influenciou ações políticas dos negros, brancos e mulatos (NASCIMENTO, 2007, p. 471).

Declarada a independência do país, havia a necessidade da construção institucional e econômica do país, isto é, quem governaria, como seria governo e de que forma a economia seria. Boa parte da agricultura do país havia sido destruída por conta das rebeliões, e o comércio local era praticamente inexistente, além de que a população era inexperiente e desqualificada para o comércio (HAGGERTY, 1989, p. 213). Diante desse cenário Dessalines, que comandou a rebelião negra após a morte de Toussaint, declarou que era necessário que uma mão firme governasse o país. E em 1804 foi declarado o primeiro chefe de Estado do Haiti, sendo um rigoroso governador ditando as próprias regras, marcando o início de sucessivos governos neste perfil (JAMES, 2010, p. 335). O Haiti deixou de ser o maior exportador de açúcar

do mundo, já que os escravos estavam livres do trabalho no engenho, e passaram a sobreviver da agricultura de subsistência. Sendo assim, o Haiti deixou de progredir em direção ao mercado mundial (Idem., p. 336). Apesar de independente o Haiti se encontrou num período de isolamento internacional, impedindo o progresso econômico do então novo Estado haitiano (Idem., p. 364).

Houve um longo período de instabilidade política e econômica e disputa de poder principalmente entre o período de 1843-1915. De acordo com Haggerty (1989, p. 219), dos vinte dois chefes de Estado, no período de 1843-1915, apenas um cumpriu o período completo de mandato, três morreram durante o período, um teve sua casa incendiada, um foi morto por envenenamento, outro foi esquartejado por uma multidão, um resignado, e os outros quatorze foram depostos no período de revolução. Apesar de toda essa instabilidade, a liderança no Haiti era vista como algo valiosa e competitiva, o que acarretava em conflitos internos de oposição (HAGGERTY, 1989, p. 219). A política era vista como vulnerável, e esta inconstância e vulnerabilidade despertou interesses externos (MATIJASCIC, 2010, p. 2). Além de que dirigentes políticos haitianos pediram ajuda internacional para impedir revoltas populares, o que acabou levando a presença da França, Inglaterra, EUA e Alemanha no país (MATIJASCIC, 2010, p. 2). O general Vilbrun Guillaume Sam estreitou laços comerciais e estratégicos com os EUA com o pretexto de intervir no país, o que aconteceu em 27 de julho de 1915 a intervenção militar norte-americana (HAGGERTY, 1989, p. 223). Os primeiros navios e soldados norte-americanos chegaram em Porto Príncipe no dia 28 de julho de 1915, em seis semanas representantes dos Estados Unidos estavam no controle das instituições administrativas haitianas. Por nove anos os EUA ficaram governando todas as instituições políticas do Haiti, apenas posteriormente que cargos políticos foram ocupados por haitianos (HAGGERTY, 1989, p. 225). A intervenção dos EUA buscava estabilizar os conflitos, e também criar uma polícia local, sendo criada a *Gendarmerie d'Haïti*, para conter rebeliões internas (MATIJASCIC, 2010, p. 3).

Em 1934 os EUA desocuparam o Haiti, e após esse ano, até 1957, houve mais uma vez instabilidade política, sendo por disputa de poder entre negros e mulatos, e intervenção da *Gendarmerie d'Haïti* na política (MATIJASCIC, 2010, p. 3). Em 1957 François Duvalier, conhecido como Papa Doc¹², tomou a presidência do país

¹² Papa Doc era a forma pelo qual o ex-presidente François Duvalier era conhecido pelos haitianos, pois era médico e seus pacientes o chamavam assim (HAGGERTY, 1989, p. 233).

através de um golpe militar, com a ajuda da *Gendarmerie d'Haïti*. Durante o período em que Duvalier estava se candidatando, os militares estavam guiando as eleições de maneira que o colasse em vantagem (HAGGERTY, 1989, p. 223). Duvalier assumiu a presidência e a população haitiana tinha expectativas sobre seu governo. Os discursos de Duvalier possuíam conteúdos sobre liberdade de imprensa e melhorias no governo, além de que ele era negro, e não mulato, pois seu opositor Louis Déjoi era mulato, e a população o rejeitava. Mas apesar dessa popularidade na sua campanha, Duvalier não se mostrou dessa maneira durante o seu mandato (HAGGERTY, 1989, p. 233). O Papa Doc era tirano, perseguia seus opositores, e fez uma nova constituição que lhe dava poderes. *Papa Doc* extorquiu e subornou empresas domésticas em seu próprio favor, roubou fundos nacionais (HAGGERTY, 1989, p. 233). Também extinguiu as forças armadas do país, por acreditar que ameaçavam a segurança do seu governo, e entregou os poderes militares nas mãos de uma milícia rural oficialmente chamada de *Volontaries de la Securite Nationale*¹³, informalmente chamados de *Tonton Makouts*¹⁴. Os *Tonton Makouts*, em 1961, já tinham tanta influência e força dentro do país, principalmente na parte rural, que influenciavam a população em decisões populares, eram vistos como líderes (HAGGERTY, 1989, p. 234).

Duvalier criou sua própria elite política, para que as instituições funcionassem da sua própria maneira, e que fossem capazes de sustentar o seu governo auto nomeado vitalício (Idem., p. 234). Ele fortaleceu ditadores para serem seus apoiadores, que possuíam poder suficiente para fortalecer a antiga elite, que continuavam a competir pelo governo. Duvalier usou verba de doações de ajuda do país para empregar um corpo de fuzileiros navais para treinar e fortalecer os *Tonton Makouts* (HAGGERTY, 1989, p. 234). Tais atitudes corruptas e repressivas, acima citadas, de Duvalier provocaram indignação do então presidente dos EUA, John F. Kennedy, do qual em 1962 Washington suspendeu toda ajuda enviada para o Haiti. Os EUA tentaram negociar a volta de envio de ajuda com Duvalier, em troca que este mudasse de comportamento, porém o presidente haitiano se recusou, e suspendeu toda a ajuda. Entretanto a ajuda enviada pelos EUA para o Haiti constituía parte considerável do orçamento nacional, mas mesmo assim Duvalier foi resistente (Idem., p. 235).

¹³ Voluntários da Segurança Nacional em português.

¹⁴ Tios Makouts em português.

Em 1971 François Duvalier morre, mas antes ele já havia estabelecido seu sucessor, que era Jean-Claude Duvalier, seu filho. Após 14 anos no poder, seu filho Jean-Claude Duvalier, o *Baby Doc*¹⁵, assumiu a presidência. Jean-Claude Duvalier tinha apenas 19 anos quando assumiu a presidência e, de acordo com Haggerty (Idem., 235), ele era ineficaz para o papel, pois nunca demonstrou interesse por questões políticas. O governo de Jean-Claude Duvalier não foi diferente do seu pai, assim como ele, o *baby doc* nomeou-se presidente vitalício do Haiti. Ainda em 1971 os EUA reataram a ajuda financeira que havia sido cortada durante o governo de Duvalier, mas Jean-Claude desviava esses recursos (Idem., p. 236). Haggerty descreve o governo de Jean-Claude como cleptocrático, e de pouco esforço por parte do governo para melhorar setores do país, como reforma na saúde pública ou fortalecimento da economia. Sendo assim, o período de governo de Jean-Claude foi marcado por extrema pobreza, epidemias, como a febre suína africana, crescimento da AIDS, e ele continuou desviado verba (HAGGERTY, 1989, p. 236). Diante desse cenário, principalmente nos anos 1980, a população haitiana começou a se sentir sem esperança, com a situação econômica que só piorava, fome e pobreza (Idem., p. 236).

Durante o governo de Jean-Claude, em 1983, o Papa João Paulo II fez uma visita ao Haiti, e falou a seguinte frase “alguma coisa precisa ser mudada aqui”. O Papa fez o pedido que houvesse mais equilíbrio distribuição de recursos, estrutura social igualitária, mais aproximação da elite quanto às necessidades da população, e mais participação da população na vida pública (HAGGERTY, 1989, p. 236). Após a declaração do papa houve uma mobilização popular para expandir o ativismo político e social. A revolta popular começou dois anos depois, em algumas províncias. Gonaives foi a primeira cidade que teve mobilização popular nas ruas e saques em armazéns de comidas. A população estava completamente insatisfeita com a situação que se encontravam. Entre outubro de 1985 a janeiro de 1986, as manifestações se espalharam para cinco outras cidades, entre elas Cap-Haitien, e já no fim do mês de janeiro os haitianos estavam completamente revoltados. Mas a manifestação eclodiu principalmente na cidade de Les Cayes (HAGGERTY, 1989, p. 237). Em resposta às manifestações, Jean-Claude cortou 10% dos preços de alimentos básicos, fechou estações de rádios independentes, remodelação de gabinetes e repressão policial para conter as manifestações. Porém, todas essas tentativas não foram suficientes

¹⁵ Baby Doc era a forma que Jean-Claude Duvalier, também ex-presidente e filho de François Duvalier, era conhecido pelos haitianos (HAGGERTY, 1989, p. 235).

para amortecer a insatisfação popular contra a dinastia ditatorial dos Duvalier. Em 1986 os EUA pressionaram Jean-Claude a renunciar o governo, oferecendo asilo para ele, mas ele se recusa. A população manifestou insatisfação à negação de Jean-Claude de não renunciar, e seus oponentes Lieutenant General Henri Namphy e Colonel Williams Regala organizam uma ação militar para a saída dele. Sem saída, no dia 7 de fevereiro de 1986 Jean-Claude e Michèle Duvalier partiram do Haiti, deixando para trás a economia devastada, instituições políticas abandonadas e nenhuma regra de pacificação. Sendo assim em 1986 termina a era ditatorial Duvalierista no Haiti que durou 30 anos, deixando a população contente, porém com a economia e política falidas (HAGGERTY, 1989, p. 238).

Após o fim da era Duvalier em 1990 acontecem as primeiras eleições democráticas do país, das quais Jean-Bertrand Aristide foi eleito presidente (BRAJASA, 2010, p. 9). No entanto, apesar do marco das eleições democráticas bem-sucedidas, Aristide sofre um golpe militar encabeçado por General Raul Cedras. Porém, três anos depois, em 1993 Aristide retoma o poder com a ajuda dos EUA, e convoca ajuda internacional para conter manifestações populares no país (MATIJASCIC, 2010, p. 9). Em setembro de 1993 o Conselho de Segurança criou a primeira operação de paz, a *United Nations Mission in Haiti* (UNMH), marcando a primeira intervenção de operações de paz das Nações Unidas (ONU, 2016).

3.2. As operações de paz da ONU no Haiti: da UNMIH a MINUSTAH

Em 1993 o Conselho de Segurança autorizou o envio de 20.000 pessoas para o Haiti, sendo a primeira missão de paz da Nações Unidas no Haiti, a *United Nations Mission in Haiti* (UNMIH), através da resolução 867 (S/RES/867). Dada a necessidade do período, a missão foi enviada para facilitar o regresso legítimo de autoridades haitianas, manter o ambiente estável e seguro, e promover o Estado de direito (ONU, 2003). Para tais objetivos a missão tinha o dever de auxiliar a democracia do governo atual para sustentar um ambiente estável, treinar e profissionalizar as forças armadas, e também criar uma força policial que fosse capaz de trabalhar em prol de um ambiente propício para a realização de eleições justas e livres (S/RES/867, p. 2). Porém, neste primeiro momento a UNMIH não pôde realizar as suas atividades devido à resistência das autoridades militares haitianas, que não

aceitaram a intervenção da missão, e esta não realizou o mandato previsto (ONU, 2003).

Foi apenas em outubro de 1994, após o retorno do presidente Aristide, que a UNMIH conseguiu, com ajuda de uma força multidimensional dos Estados Unidos, retornar para o Haiti (ONU, 2003). Em números, a UNMIH contou com a autorização inicial de 567 policiais civis, e unidade de força militar de 700 pessoas, além de 60 instrutores militares. A autorização máxima contou com 6.000 militares e 900 policiais civis, além de 600 funcionários civis internacionais, 200 locais e 30 voluntários da ONU. Neste segundo momento o mandato foi revisto, dentro da resolução 940, que previa o auxílio ao estabelecimento do novo governo para o cumprimento de suas responsabilidades, que são manter um ambiente seguro e estável, durante esse período de fase multidimensional norte-americana, proteger o pessoal internacional e as instalações, profissionalizar as forças armadas haitianas e criar uma força policial separada (S/RES/940, p. 3). O presidente Jean-Bertrand Aristide foi colocado no governo com a ajuda da força norte-americana e da ONU, sendo assim a resolução 940 afirma que o envio da UNMIH é um compromisso da comunidade internacional em estabelecer esse governo (S/RES/940, p. 2). Dado à este compromisso a resolução previa critérios para o bom funcionamento do estabelecimento do governo de Aristide que, segundo a ONU, é democrático (S/RES/940).

Em 31 de março de 1995 a UNMIH assume suas funções plenamente (S/RES/975). Em números, a missão contou 6.065 militares e 847 policiais civis, que eram internacionais e também locais. Neste momento a missão é responsável por operacionalizar eleições democráticas no país, formar uma polícia local e estabelecer o sistema judiciário (S/RES/975, p. 3). Em 17 de dezembro de 1995 acontecem as eleições democráticas presidenciais, elegendo o presidente Prèval, e em fevereiro de 1996 o presidente assume o poder (ONU, 2003). Já na fase final da missão em 1996 foram autorizados 1.200 militares e 300 policiais civis, 160 funcionários civis internacionais, 180 locais e 18 voluntários da ONU. Esta fase permanece com o contingente menor com a finalidade de apenas apoiar e reforçar o treinamento da Polícia Nacional Haitiana (PNH), já iniciado ao longo da missão (S/RES/1048). Além de gerar um ambiente de segurança para o novo presidente eleito. Em 30 de junho de 1996 o mandato da UNMIH chega ao fim, concluindo os esforços de estabelecer um governo democrático e Estado de direito (ONU, 2003). Os gastos da UNMIH com a missão foram de aproximadamente US\$ 320 milhões (S/RES/1048).

Após o fim do mandato da UNMIH o Secretário-Geral avalia a situação que o Haiti se encontrava, e recomenda para o Conselho de Segurança o envio de mais uma missão de paz (S/1996/416). A situação relatada pelo Secretário-Geral é que, apesar do progresso realizados pela UNMIH, a PNH não tinha condições de assegurar a estabilidade e segurança do país por conta própria. Neste caso, a retirada total das forças armadas e da polícia das Nações Unidas poderia comprometer o progresso alcançado pelos haitianos até aquele momento. Este pedido não partia apenas dele, mas ele informou que também houve uma solicitação do governo haitiano que as forças armadas da organização permanecessem no país por, pelo menos, mais seis meses (S/RES/1063).

Em 1996, com a recomendação do Secretário-Geral para o Conselho de Segurança (S/1996/416), que a *United Nations Support Missions in Haiti* (UNSMH) é estabelecida pela resolução 1063 (S/RES/1063). O mandato da UNSMH se limitava às tarefas de assistência às autoridade haitiana no processo de profissionalização da PNH, conduzindo na ajuda de manter um ambiente estável e seguro para os esforços de estabelecer e formar uma força nacional eficiente e coordenar atividades para promover o desenvolvimento institucional, a reconciliação nacional e a recuperação da economia do país (S/RES/1063). Sobre a recuperação econômica, o Conselho de Segurança reconhece que as principais tarefas do governo haitiano é a reabilitação e reconstrução econômica do país, porém pede apoio dos Estado-membros com doações voluntárias para fundo fundiário para ser investido na PNH, com a finalidade de garantir que estejam plenamente treinados (S/RES/1063). Em números a UNSMIH de julho a dezembro de 1996 contou com 600 militares, 300 policiais civis, que eram apoiados por civis internacionais e locais. Além desses números, um contingente de 800 militares apoiou a missão vinda do Canadá e do Paquistão que foram financiados por contribuições vindas do Canadá e dos EUA (S/RES/1063).

A UNMIH previa permanecer apenas o período de seis meses, porém a resolução 1085 solicita a extensão do mandato até 5 de dezembro de 1996 (S/RES/1063). Após o tempo solicitado de extensão o Conselho de Segurança afirma, na resolução 1086, que ainda não é o momento da missão se retirar, por ainda haver necessidade de continuar o treinamento da PNH e o estabelecimento do sistema judiciário (S/RES/1086). Esta resolução continua a enfatizar a importância do desenvolvimento econômico, social e institucional do país, e que as Nações Unidas e a comunidade internacional tem o compromisso de apoiar e ajudar esse processo,

porém este papel é de responsabilidade do governo haitiano (S/RES/1086). Em dezembro de 1996 a julho de 1997 foram enviados 500 militares e 300 agentes civis, além do adicional de mais 800 militares também do Canadá e Paquistão, assim como nos meses anteriores. Foram enviados, também, 119 civis internacionais, 158 funcionários locais e 14 voluntários da ONU. A UNMIH encerra em 30 de julho de 1997, já prevendo, na resolução 1123, a criação de mais uma missão de paz para o país (S/RES/1123). O custo da UNSMIH entre julho de 1996 e julho de 1997 foi de US\$ 62.1 milhões e o restante dos dias até o fim da missão (S/RES/1123).

A terceira missão de paz no Haiti foi a *United Nations Transition Mission in Haiti* (UNTMIH). Foi a missão mais curta que durou de julho a novembro de 1997, que foi estabelecida a partir da resolução 1123 (S/RES/1123). De acordo com o relatório (S/1997/564) do então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, o Haiti avançou significativamente, porém o país continuava a enfrentar problemas políticos e econômicos desanimadores. Apesar dos esforços das operações anteriores, Kofi Annan e autoridades haitianas acreditavam que ainda havia a necessidade de fortalecer as instituições democráticas, gerar crescimento econômico e criar postos de trabalho, tudo isso com o apoio da comunidade internacional (S/1997/564). Além disso, a formação da força policial nacional ainda não havia mostrado resultados significativos, e o avanço do resultado esperado era lento. A partir disso, a UNTMIH foi enviada com o mandato de mais uma vez apoiar as autoridades haitianas na profissionalização da PNH (S/1997/564). A profissionalização da polícia local incluía atividades de como controlar multidões, treinamento de força de rápida reação e segurança do Palácio do governo, e também de áreas consideradas especiais. A força autorizada para a missão foi de 250 policiais civis e 50 militares. O custo estimado da missão foi de US\$ 20.6 milhões (S/1997/564).

A quarta missão foi a *United Nations Civilian Police Mission in Haiti* (MIPONUH), iniciando as atividades em dezembro de 1997. O Conselho de Segurança afirma na resolução 1141 que o papel desempenhado pelas Nações Unidas na assistência técnica para fortalecer as forças policiais é indispensável para o país (R/RES/1141). Há também a observação na resolução 1141 de que existe uma relação entre paz e desenvolvimento, e para que ambos possam ser alcançados no Haiti o compromisso da comunidade internacional e das instituições financeiras internacionais é reforçado, pois só assim a paz e a segurança seriam garantidas no longo prazo (R/RES/1141). Ainda no início da missão o Conselho de Segurança

reforça o pedido que todos os membros contribuíssem para o fundo fiduciário para a PNH, e desta vez em especial para o recrutamento e implantação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (R/RES/1141). A resolução 1141 previa que a missão ficaria no Haiti até 30 de novembro de 1998 com o mandato de ajudar o governo do Haiti na profissionalização da PNH, e principalmente na formação e supervisão de unidades policiais especializadas. Para que as funções dos policiais haitianos tivessem bom desempenho, a missão tinha por tarefa monitorar e orientar as atividades do dia-a-dia (R/RES/1141). Sendo assim, a MIPONUH reforça novamente a tarefa de treinar e capacitar as forças nacionais haitianas, dando sequência no que as outras operações fizeram.

A resolução 1212 de 25 de novembro de 1998 anuncia a extensão da missão para 30 de novembro de 1999, feita a partir do pedido do governo haitiano, para continuar no treinamento e reforço da PNH (R/RES/1212). Neste momento a MIPONUH contou também com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de organizações internacionais e regionais e dos Estados-membros, para a garantia de esforços bilaterais e multilaterais (R/RES/1212). O Conselho de Segurança, assim como em outras resoluções já citadas, afirma que a tarefa de reabilitação e reconstrução econômica do país é do governo haitiano, mas que a comunidade internacional mantinha o compromisso com o país. Porém, no parágrafo 6, o Conselho de Segurança exorta as autoridades haitianas e os líderes políticos que estes deviam cumprir com as suas responsabilidades e negociassem com urgência um fim da crise. Além de que estes prosseguissem com a reforma e o fortalecimento do sistema judiciário e das instituições penais (R/RES/1212). A resolução afirma estas condições de compromisso com o país, de fortalecer a segurança e desenvolver economicamente, porém no parágrafo 11 o Conselho Segurança manifesta a não intenção de prorrogar a MIPONUH para além de 30 de novembro de 1999, e solicita que o Secretário-Geral apresente recomendações e outros meios de transição quanto a assistência internacional no país (R/RES/1212). Apesar dessa intenção de não prorrogar, o Conselho de Segurança volta atrás, à pedido do então presidente Jean-Bertrand Aristide, e afirma que ainda não é o momento de abandonar os esforços de assistência à PNH e decide prorrogar a MIPONUH até 15 de março de 2000, para dar apoio também à Missão de Apoio Civil (MICAH) (R/RES/1277, p. 1). O mandato da MICAH era consolidar os resultados obtidos pela MIPONUH. Porém, esta missão civil se caracteriza mais por promover os

direitos humanos e também promover o diálogo internacional do governo haitiano no cenário internacional, e não era uma missão de paz da ONU (R/RES/1277). Esta missão contou com 300 policiais locais, 72 civis internacionais e 133 locais, e 17 voluntários das Nações Unidas. A missão custou aproximadamente US\$20 milhões (ONU, 2003).

Após as quatro operações de paz que passaram pelo o Haiti, com mandatos, no geral, de estabelecer e fortalecer a polícia local e justiça nacional, as Nações Unidas encerram temporariamente as atividades no país através de operações de paz em 2000. Entretanto, ainda em 2000, uma crise política se iniciava no Haiti, que marca o início do próximo retorno de uma missão de paz no país. Em 21 de maio de 2000 as eleições legislativas aconteceram no Haiti, e o partido de Aristide, *Fanmi Lavalas* (FL), venceu a maioria dos cargos municipais e para senadores (GLOBAL SECURITY, 2000). Esta eleição foi acusada de resultados alterados pelo Conselho Eleitoral Provisório (CEP), pelo fato do FL ter vencido a grande maioria dos cargos, mas mesmo assim, em 28 de agosto de 2000, o novo parlamento haitiano foi formado (GLOBAL SECURITY, 2004).

Diante desse acontecimento, os principais doares bilaterais do Haiti não aceitaram os resultados e se negaram a apoiar as eleições presidenciais de novembro (GLOBAL SECURITY, 2004). Em ato de protesto, a maioria dos partidos de oposição se reuniu em uma aliança, chamada Convergência Democrática, e boicotaram as eleições presidenciais de 26 de novembro de 2000. Diante desse boicote os eleitores haitianos não votaram, tendo apenas 5% dos votos, reelegendo Aristide, com poucos votos, mais uma vez ao governo, e em 1 de fevereiro Aristide toma posse mais uma vez do país (GLOBAL SECURITY, 2004). O segundo mandato de Aristide começa com baixo apoio internacional, o que gera consequentemente impacto na economia do país, além do início de conflitos violentos entre grupos de oposição da Convergência Democrática e os pró-Aristide (GLOBAL SECURITY, 2004).

Em 17 de dezembro, o conflito se agravou após a invasão armada no Palácio Presidencial de Porto Príncipe, numa tentativa de golpe de Estado (GLOBAL SECURITY, 2004). O partido FL com estratégia de proteção formou grupos armados, chamado de Organização Popular para o Desenvolvimento da Raboteau, conhecido popularmente de *Armée Caniballe*¹⁶. Em sequência ao ataque no Palácio Presidencial,

¹⁶ Exército Canibal

membros do *Armée Caniballe* queimaram casas de líderes da oposição em Gonaives, alegando que o ataque ao Palácio era golpe de Estado (GLOBAL SECURITY, 2004). Em resposta à esses conflitos armados, organizações internacionais de direitos humanos e Estados que apoiavam o Haiti financeiramente pressionaram e acusaram o governo de violação, bloqueando doações ao país (GLOBAL SECURITY, 2004).

Os conflitos com a oposição se seguiram, em setembro houve uma tentativa de resolução do impasse político, onde a OEA sob a resolução 822 (CP/RES.822/1331/02), sugeriu novas eleições, mas estas acabaram não acontecendo, e o impasse político apenas foi se agravando. Em 2002 os haitianos começaram a se sentir insatisfeitos com o governo de Aristide, mesmo na zona rural, onde ele tinha maior aceitação, já que o influente líder político Jean-Baptiste começou a propagar nessas regiões que o governo de Aristide era corrupto e que não ajudava seu povo (GLOBAL SECURITY, 2004). Além disso, grupos de estudantes começaram também a demonstrar insatisfação com o governo. Em 15 de novembro de 2002 estudantes ocuparam a reitoria da Universidade do Estado do Haiti em protesto contra a intervenção do governo no ensino superior. Houve manifestações estudantis, e estes marcharam até o Palácio Nacional em ato de protesto (GLOBAL SECURITY, 2004).

Em 2004, a situação de rejeição contra o governo de Aristide e a violência se agravou em Porto Príncipe e demais regiões. Os grupos armados, especialmente os *Armée Caniballe*, aumentaram os ataques e protestos, principalmente na cidade de Gonaives e chegando em Porto Príncipe. No dia 29 de fevereiro de 2004, há uma grande manifestação dos grupos armados nas ruas de Porto Príncipe, com assassinatos e saques, forçando Aristide a renunciar a presidência, e exila-se na África do Sul (FAUBERT, 2006, p. 12). Ainda em 29 de fevereiro, o Conselho de Segurança declara que o conflito no Haiti é uma ameaça à segurança e paz internacional e autoriza o envio da Força Provisória Multinacional (MIF) sob a resolução 1529 (S/RES/1529) e declara a disponibilidade do Conselho em estabelecer uma força de estabilização no país (FAUBERT, 2006, p. 12). Em 16 de abril de 2004 a partir da recomendação do Secretário-geral (S/2004/300), o Conselho de Segurança adotou a resolução 1542 que institui a criação da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH), assumindo o mandato em 1 de junho de 2004 (FAUBERT, 2006, p. 12). A MINUSTAH foi prevista com o mandato de operação de

paz multidimensional, da qual tem como característica atuar em diferentes esferas, conforme visto na seção anterior.

A resolução 1542 prever inicialmente um mandato de seis meses com o apoio de militares e civis, sendo o componente civil composto por no máximo 1622 policiais civis, que também inclui conselheiros e unidades formadas, e o componente militar composto por 6700 tropas de todas as categorias (S/RES/1542). A resolução 1542 afirma que em 2004 o Haiti possuía muitos desafios políticos, econômicos e sociais, conforme aponta na resolução: “Notando a existência de desafios para a estabilidade política, social e econômica no Haiti e determinando que a situação no Haiti continua a constituir ameaça à paz e segurança na região”(S/RES/1542, p. 2). Neste sentido o conflito haitiano seguia sendo uma ameaça a paz e a segurança internacional, portanto a decisão de estabelecer a MINUSTAH no país era importante e emergente. O mandato inicial da MINUSTAH em relação a formação de um ambiente seguro e estável era especificamente em: i) apoiar o Governo de Transição, garantindo um ambiente seguro e estável no processo constitucional e político; ii) apoiar o novo governo na supervisão, fortalecimento e reforma da PNH, além da monitorização dos membros desta; iii) apoiar o governo e a PNH no processo de desarmamento global e sustentável para todos os grupos armados, incluindo também mulheres e crianças envolvidas; iv) ajudar na restauração e manutenção do Estado de direito, da segurança e da ordem pública, através do apoio da PNH e da Guarda Costeira do Haiti, além do fortalecimento institucional que inclui o restabelecimento de um sistema correcional; v) proteger os membros das Nações Unidas, com proteção às instalações e equipamentos, garantindo a liberdade de movimento dos membros; e vi) proteger os civis de ameaças eminentes de violência física, dentro das possibilidades, mas sem tirar a responsabilidade do governo desta tarefa (S/RES/1542).

No processo político a resolução 1542 prever que o mandato da MINUSTAH é: i) apoiar o processo constitucional e político do Haiti, através de bons ofícios, princípios de acolhimento e governabilidade democrática, além de desenvolvimento institucional; ii) auxiliar o governo à um processo de diálogo e reconciliação nacional; iii) apoiar o governo nos esforços de organizar, monitorar e realizar eleições livres e justas, através de assistência técnica, logística, administrativa e de segurança; e iv) apoiar o governo a estender autoridade estatal em todo o país, com apoio a governação local (S/RES/1542). Na área dos direitos humanos o mandato previa: i) apoiar o governo e instituições haitianas de direitos humanos a promover e proteger

os direitos humanos, principalmente das mulheres e das crianças, com a finalidade de garantir a responsabilidade individual de abusos e violações e reparação da vítima; e ii) monitorar e informar a situação dos direitos humanos, com a colaboração do Alto Comissariado das Nações Unidas para os direitos humanos, além dos refugiados e deslocados (S/RES/1542).

Após os seis meses do mandato da MINUSTAH, o Conselho de Segurança decide estender o mandato da missão até 1 de junho de 2005, com a possibilidade também de estender por mais períodos, para que a missão dessa continuidade nas atividades que estavam sendo desenvolvidas (S/RES/1576). Após esse período o Conselho de Segurança decide estender a missão novamente em dois momentos, tendo em vista a necessidade da missão permanecer por causa das eleições de 7 de fevereiro, em 24 de junho de 2005 até 15 de fevereiro de 2006, e depois para 15 de agosto de 2006 (S/RES/1542).

O cenário político, econômico e social do Haiti no ano de 2006 estava tenso mais uma vez. As eleições presidenciais de 15 de fevereiro levantaram mais uma vez um clima de tensão entre a oposição, e o resultado da eleição foi acusado de fraude novamente (RELIEF, 2006). Além disso, no dia 24 de outubro de 2006 estudantes se manifestaram contra a MINUSTAH em Porto Príncipe, danificando veículos da missão (RELIEF, 2006). Diante desse cenário o Conselho de Segurança estende mais uma vez o mandato da MINUSTAH, pretendendo dar continuidade nas atividades desenvolvidas ao longo do tempo, além de prever a necessidade de novos programas de desarmamento e sociais para o período pós-eleitoral. Diante disso, o Conselho de Segurança entende a missão até outubro de 2007 (S/RES/1702).

Na resolução 1743 de 2007 o Conselho de Segurança segue na afirmativa de que o cenário haitiano ainda era uma ameaça à paz e segurança internacional, sendo ainda necessária a estadia da missão no país (S/RES/1743). O mandato segue, assim como já previa para as outras operações supracitadas, em fortalecer e apoiar a PNH contra gangues armadas, reformar os sistemas judiciários e penitenciários, e continuação nos projetos de desarmamento, de implementação de empregos e proteção aos direitos humanos. Diante disso, a missão se estende novamente até 15 de outubro de 2008 (S/RES/1743). As resoluções 1840 de 2008 (S/RES/1840), 1892 de 2009 (S/RES/1892) estendem a missão, sendo a de 2008 com data até 15 de outubro de 2009 e a 1892 até 15 de outubro de 2010, com o intuito de dar continuidade nas atividades já previstas supracitadas (R/RES/1892).

Porém, o cenário haitiano muda em janeiro de 2010. Além da situação política e econômica, o terremoto de 12 de janeiro de intensidade sete na escala Richter devastou o país, deixando mais de 250 mil mortos e milhões de desabrigados. Diante dessa catástrofe o Conselho de Segurança reafirma o compromisso já estabelecidos nas nove resoluções anteriores, e expõe o apoio que será prestado no pós-catástrofe (S/RES/1908). Portanto a MINUSTAH estende o mandato e reforça a missão aumentando o contingente militar para 8.940 soldados e o componente policial para 3.711, deixando em aberto a possibilidade de aumento posteriormente (S/RES/1908). Na resolução 1927 de 2010 expõe que após o terremoto o apoio da MINUSTAH altera o mandato para outros meios de apoio, como apoio logístico, perícia técnica, prestação de ajuda humanitária e esforços de reconstrução, com finalidade de apoiar o povo haitiano na restauração do país no período pós terremoto (S/RES/1927).

A resolução 1944 observa que o terremoto não destruiu os resultados de estabilização alcançada ao longo dos anos pela missão, mas aumentou os obstáculos e desafios da missão, sendo assim a continuação da missão no Haiti é necessária (S/RES/1944). Além disso, estava prevista as eleições presidenciais e legislativas para o dia 28 de novembro de 2010, que seriam ideias para a consolidação da democracia e conclusão da reforma constitucional (S/RES/1944). Portanto, o tempo da missão se estende, com uma pequena redução das tropas para 7.340 militares e 3.241 policiais (S/RES/2012). Em 2012 o Conselho de Segurança celebra os resultados das eleições que, a partir desse marco, houve a instalação do Conselho Eleitoral Permanente (S/RES/2070). Porém, apesar de alguns sucessos oriundo das eleições, a resolução aponta que a violência no país só aumentara, e que há preocupação com o crescimento de homicídios e contínua ameaça de quadrilhas criminosas, principalmente nas áreas urbanas. Para dar apoio e continuar o trabalho já desenvolvido ao longo dos anos com a PNH, a MINUSTAH desenvolve em 2012 um projeto chamado de Plano de Desenvolvimento da Polícia Nacional do Haiti, de duração de cinco anos, de 2012 a 2016 (S/RES/2070).

O Haiti passou enfrentar novos desafios no período pós terremoto de 2010, além daqueles que já eram vivenciados pelo povo mesmo antes dessa catástrofe. Como mencionado na resolução 1944 a missão passou a enfrentar novos desafios após 2010, pois além do terremoto e os danos que esse fenômeno pode causar, houve um surto de cólera e a violência seguia crescendo nos centros urbanos (S/RES/2070). A MINUSTAH mais uma vez se estende para 15 de outubro de 2013 (S/RES/2070).

Nas resoluções 2119 de 2013 (S/RES/2119), 2180 de 2014 (S/RES/2180) e 2243 de 2015 (S/RES/2243) reafirmam o compromisso e o mandato da MINUSTAH no Haiti, tendo em vista as atividades citadas acima, estendendo o mandato respectivamente para cada ano seguinte, estendendo por fim na resolução 2313 para 13 de outubro de 2016 (R/RES/2313).

O Conselho de Segurança descreve o cenário político, econômico e social que se encontra o Haiti na resolução 2313 de 13 de outubro de 2016. Com o furacão Matthew as eleições presidenciais foram suspensas, o que deixou o Conselho em alerta em relação a segurança no país. Neste sentido, foi vista a necessidade de estender o mandato da missão (R/RES/2313). De acordo com a resolução ainda em 2016 a PNH continua desempenhando um papel crítico em relação a segurança e estabilidade interna, para tal “Reiterando o papel crítico da Polícia Nacional do Haiti (PNH) para a segurança e estabilidade do Haiti e satisfazendo o fortalecimento contínuo, reforma e profissionalização da PNH” (R/RES/2313, p. 2). Sendo assim, o Conselho de Segurança continua afirmando que a PNH ainda não é operacionalmente independente e continua a contar com apoio internacional, como no caso a MINUSTAH. Além disso, o sistema judiciário e o estabelecimento do Estado de direito também não estavam consolidados. A resolução 2313 também observa para a situação humanitária que o Haiti se encontra, que continua sendo crítica e enfrentado desafios significativos. Os indicadores apontados para situação crítica humanitária são os 3.6 milhões de pessoas que sofrem insegurança alimentar, dos quais 1,5 milhão são insegurança alimentar aguda, além do aumento de mortes causadas pela cólera. A partir dessas situações reconhecidas, o Conselho de Segurança estende o mandato até 15 de abril de 2017. A força foi composta por 2.370 soldados e 2.601 policiais, e com o investimento de \$345,926,700 milhões de dólares (A/C.5/70/24).

3.3. Conclusão

Este capítulo evidenciou que desde o processo de independência o Haiti enfrenta dificuldades na formação e consolidação das instituições públicas do país. Durante o processo da formação do Estado, até aos governos já consolidados, inúmeros conflitos se formaram impedindo o desenvolvimento do país, e também ameaçando a segurança da população. A partir desse cenário a atuação das operações de paz no país se tornou uma constante desde a chegada da UNMIH. Como visto ao longo do capítulo, inúmeros golpes de estado e governos opressores levaram à decadência das instituições e da segurança do país. As operações buscaram fortalecer e treinar as forças armadas, auxiliar as eleições conturbadas e promover o estado de direito. Ao longo das quatro operações até a atual MINUSTAH, a ONU atuou principalmente no estabelecimento da paz negativa, tendo em vista as necessidades. Porém, o Haiti enfrenta outras dificuldades que não são apenas questões de violência direta, mas também de cunho econômico e social. A partir dessa realidade o próximo capítulo analisa qual a situação socioeconômica do Haiti, e de que maneira a população haitiana necessita de intervenção também nessa área.

4. INSEGURANÇAS HAITIANAS: UM DESCOMPASSO ENTRE O MODELO DE PAZ DA ONU NO HAITI E O TIPO DE PAZ QUE A POPULAÇÃO HAITIANA NECESSITA

A crise haitiana é de longo tempo, e conforme abordado no capítulo dois, se agravou principalmente após o período ditatorial da família Duvalier (NEIBURG, 2010, p. 34). Esta crise levou a diversos episódios de violência e conflitos armados no país, levando à necessidade das intervenções da ONU, como abordado anteriormente no capítulo dois. Além disso o Haiti enfrentou, e enfrenta, imensa instabilidade política, golpes militares, sanções internacionais, além de colapso na economia, meio ambiente e estruturas do país (Idem., p. 34). Diante disso, o Haiti aponta ser um Estado que tem dificuldades de desenvolver e suprir as necessidades básicas do país e da população. Tais necessidades são, por exemplo, desenvolvimento econômico, segurança, garantia dos direitos humanos, saneamento básico, educação, saúde (FELDMANN; MONTES, 2008, p. 246).

Segundo a abordagem sobre os conceitos de violência e paz no capítulo dois, as intervenções das Nações Unidas no Haiti, através das operações de paz, se deram prioritariamente na superação da violência direta. Devido ao cenário conflituoso de golpe de Estado no período da chegada da primeira missão, a UNMIH buscou inicialmente amenizar as ações violentas das forças militares haitianas. O mandato geral da missão, segundo a resolução 867, era modernizar as forças armadas e estabelecer uma nova ordem policial (S/RES/867). Neste perfil de intervenção, as outras quatro operações que se seguiram no país, sendo elas UNSMIH, UNTMIH, MIPONUH e MINUSTAH, também atuaram, e atua no caso da MINUSTAH, na violência direta. A característica de atuação na violência direta das operações se dá principalmente pelos mandatos e tarefas que estas foram designadas à desenvolver no país, conforme visto no capítulo anterior. Pode-se citar, por exemplo, a atuação da UNSMIH foi principalmente no treinamento e formação da PNH (S/RES/1063). Apesar da necessidade de intervenção na violência direta, o Haiti enfrenta também dificuldades estruturais, tendo em vista que a violência estrutural também é uma forma de violência presente no país. Portanto, a instabilidade da segurança no Haiti não está ligada apenas aos conflitos armados, mas também à instabilidade socioeconômica (FELDMANN; MONTES, 2008, p. 246). O estabelecimento da paz negativa não é o único modelo de paz que o país necessita, apesar da crescente violência direta, mas também a paz positiva.

O conceito de violência estrutural de Galtung define que a violência está presente nas estruturas de uma sociedade. Áreas como educação, saúde e pobreza

quando estão sendo atingidas de forma negativa, ou se o indivíduo não tem acesso a estes benefícios, significa que a violência é presente nesta sociedade (GALTUNG, 1969, p. 171). Galtung ainda aborda o fato de que se de alguma forma essas restrições de acesso podem ser evitadas nessas estruturas, é também considerado violência. A violência estrutural não é visível, e é estática, o que torna a identificação de suas consequências mais difícil. Porém, há um fator que Galtung aponta para demonstrar características da violência estrutural numa sociedade, que é a falta de avanço social. Para medir esse tipo de violência Galtung explica que a ferramenta necessária são os indicadores de desigualdade social, pois os indicadores podem apontar a dimensão da violência presente (GALTUNG, 1969, p. 176). Assim, neste capítulo é analisado de que maneira os indicadores sociais de pobreza, saúde e educação podem explicar a dimensão da violência estrutural no Haiti, tendo em vista que são dimensões que compõem a estrutura de uma sociedade. Em sequência analisa também qual o modelo de paz, segundo o conceito de paz positiva de Galtung, a população haitiana também necessita.

Conforme abordado no capítulo um, os conceitos de paz positiva e negativa levam em consideração aspectos diferenciados. A paz negativa relaciona-se a ausência de violência direta, onde a mera ausência de uma realidade violenta pode ser vista como pacífica. Já a paz positiva leva em consideração aspectos de cunho social, como desenvolvimento socioeconômico, em áreas como educação, saúde e pobreza. A partir da avaliação dos indicadores socioeconômicos do Haiti é possível analisar que apesar de mais de 20 anos de intervenção da ONU, através das operações de paz no Haiti, não houve grandes efeitos minimizadores da violência estrutural do país. Além de que a própria violência direta continua sendo um fator preocupante no país, com crescentes índices de assassinatos, por exemplo. Sendo assim, entende-se que há um descompasso entre o entendimento de paz operacionalizado pelas Nações Unidas através das operações de paz, com o tipo de paz que a população de fato necessita.

A partir dessa perspectiva este capítulo analisa as diferentes inseguranças que os haitianos enfrentam, e de que maneira o modelo de paz implementado pela ONU, através das operações de paz, diverge do tipo de paz que a população haitiana necessita. Para tal avaliação o período dos indicadores escolhido foi de 1980, década anterior a primeira missão de paz, e 2015, com a finalidade de analisar como se deu

Operações	Suporte militar	Polícia civil	Pessoal civil internacional	Pessoal local	Voluntários da ONU	Investimento financeiro total (milhões de dólares)
UNMIH	13265	2047	1090	380	48	\$320
UNSMIH	3997	891	119	156	14	\$62.1
UNTMIH	50	250	-	-	-	\$20.6
MIPONUH	-	300	72	133	17	\$20.4
MINUSTAH	2.358	2.350	304	941	82	\$345,926,700

o avanço neste recorte temporal. A estrutura do capítulo está dividida em duas principais seções, e em três subseções. A primeira seção aborda brevemente a atuação das Nações Unidas na superação da violência direta no Haiti, analisando os indicadores de violência direta em diferentes períodos, apontando o crescimento ou diminuição nessa área. A segunda seção analisa a situação socioeconômica do país, apontando que existem problemas estruturais na sociedade haitiana, sendo selecionadas três indicadores para a análise, que são pobreza, saúde e educação. As três subseções analisam separadamente os três indicadores pobreza, saúde e educação, abordando de que maneira ao longo de mais de 30 anos esses indicadores avançaram positivamente ou negativamente no Haiti.

4.1. A ONU e a superação da violência direta no Haiti

Conforme abordado no capítulo anterior, a ONU, através das operações de paz, atua no Haiti principalmente para a superação da violência direta no país. Os conflitos armados que eclodiram no país desde da chegada da UNMIH levou a necessidade que a ONU atuasse diretamente neste tipo de violência. Para essa atuação o contingente das cinco operações foi majoritariamente formado por militares e policiais, o que identifica o maior investimento e instrumento de atuação nesse tipo de violência. A tabela abaixo aponta o número do suporte pessoal e investimento financeiro das quatro operações de paz até a atual MINUSTAH.

TABELA 2 – SUPORTE PESSOAL E FINANCEIRO DAS OPERAÇÕES DE PAZ NO HAITI

Fonte: dados extraídos de informações oficiais no site das operações de paz das Nações Unidas, 2016

A estrutura das operações de paz estabelecidas no Haiti é baseada principalmente no apoio para o estabelecimento da paz negativa, tendo em vista o tipo de suporte oferecido, como aponta a Tabela 2. Como pode ser visto na Tabela 2, o

suporte profissional das operações de paz é principalmente militar e de policial civil. A primeira missão UNMIH contou inicialmente com 6.065 militares, e depois com as extensões do mandato no total foram 13265 militares. Esta operação tinha a finalidade de treinamento da PNH, e auxílio nas eleições, onde o investimento financeiro foi de \$320 milhões de dólares. Com base na descrição das operações no capítulo dois, este apoio inicial não foi suficiente para o treinamento da PNH e consequentemente da segurança no país, levando a continuação do envio de operações com o mesmo perfil de tarefas, que no geral é fortalecer as instituições locais, principalmente a PNH. Pode-se citar, por exemplo, a quarta missão MIPONUH, que não contou com tropas militares, mas apenas com suporte policial para o treinamento e estabelecimento da PNH, que demonstra a atuação prioritariamente no combate a violência direta. O investimento total dessa missão, como visto na Tabela 2 foi de \$20.4 milhões de dólares. Outro aspecto que pode ser observado em relação a atuação das operações principalmente na violência direta é no treinamento da MINUSTAH dado a PNH. Segundo o relatório *Haiti Moving Forward Step By Step* de 2012, desde 2004 a PNH aumentou a quantidade de policiais, sendo antes 6676 oficiais em 2004 e em 2012 aumentou para 10132 (R/HMFSBS, 2012, p. 6). Observa-se que desde a primeira missão em 1993, a UNMIH, até a atual MINUSTAH, sendo mais de dez anos depois, a atuação das operações se seguiu em especial na superação no estabelecimento da paz negativa. Outra característica é a autorização do Conselho de Segurança para extensão da MINUSTAH em 1 de julho de 2016 a 30 junho de 2017, com o investimento de \$345,926,700 de dólares, conforme a Tabela 2 aponta (A/C.5/70/24). Os custos das tropas militares e policial são de \$174,103,000 de dólares apenas nesse mandato. Além dos gastos anteriores da missão desde o início em 2004, que não há disponível nos documentos o custo total, porém apenas os 14 primeiros meses da missão custaram \$428 milhões de dólares, O total dos custos das operações de paz no Haiti até a última autorização da MINUSTAH, porém sem os valores de cada mandato desta, foi de mais de \$1 bilhão de dólares. O alto investimento da ONU para a superação da violência direta no Haiti aponta o alto custo econômico que é combater a insegurança direta local. A pesar desse modelo de pacificação ter tido um alto investimento durante muito, os indicadores de violência direta não refletem grandes mudanças.

Com base nos dados do PNUD, a violência direta no Haiti a partir da taxa de homicídio, aumentou. Para cada 100.000 pessoas a taxa foi de 6.8 em 2010, 9.1 em

2001 e 10.2 em 2012, apontando um crescimento elevado (PNUD, 2016). Outros dados de uma pesquisa¹⁷ feita pelo Instituto Igarapé¹⁸, realizado em 2011 e 2012, aponta que a taxa de homicídio em Porto Príncipe aumentou de 60,9 para 76,2 para cada 100.000 pessoas entre fevereiro a julho de 2012 (IGARAPÉ, 2012, p. 1). De acordo com o Instituto Igarapé, o Haiti apresentou em 2012 um elevado crescimento de violência criminal desde 2007, principalmente nos centros urbanos com maior densidade demográfica (IGARAPÉ, 2012, p. 1). Nos principais centros urbanos como Porto Príncipe, Les Cayes, Cap Haitien, Gonaives, St. Marc, Jacmel e Leogane são lugares em que a violência direta é mais baixa, por serem lugares mais desenvolvidos. As outras zonas, que são consideradas mais populares e com baixo status socioeconômico, existem 40 vezes mais chances de sofrerem sequestros, crimes de propriedade, crimes sexuais e assassinatos, conforme a tabela abaixo (IGARAPÉ, 2012, p. 2).

TABELA 3 – NÚMERO DE VÍTIMAS DE CRIMES EM ZONAS POPULARES DE BAIXO STATUS SOCIOECONÔMICO NO HAITI EM 2011 E 2012

Crimes	Número	Porcentagem (n=15693)	Riscos relativos para residentes de Porto Príncipe	Riscos relativos para residentes de zonas populares
Assassinato	5	.032%	-	40.3
Assaltos físicos	40.3	.19%	1.6	27.7
Assaltos sexuais	10	.06%	3.2	15.1
Crime de propriedade	99	.63%	4.9	19.3

Fonte: KOLBE, R. A. MUGGAH, R. PUCCIO, N. M. *The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti: results from monthly households surveys*. Porto Príncipe: Instituto Igarapé, 2012.

¹⁷ KOLBE, R. A. MUGGAH, R. PUCCIO, N. M. **The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti: results from monthly households surveys**. Porto Príncipe: Instituto Igarapé, 2012.

KOLBE, R. A. MUGGAH, R. *Haiti's Urban Crime Wave?: results from monthly households surveys*. Porto Príncipe: Instituto Igarapé, 2012.

¹⁸ Instituto Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos que busca ser um canal de diálogo entre tomadores de decisões e movimentos sociais, dentro dos temas de agenda de segurança e desenvolvimento. O instituto tem sede no Rio de Janeiro, e representação em Bogotá e Cidade do México.

Outro problema relacionado a violência direta é a confiabilidade nas instituições públicas haitianas. A mesma pesquisa do Instituto Igarapé aponta que houve um declínio significativo na confiança dos haitianos em relação a polícia local. Entre agosto de 2011 e julho de 2012 aproximadamente 25% de vítimas de agressão física e 19% de vítimas de crime de propriedade pagaram ou foram solicitados subornos à polícia para facilitar seus casos (IGARAPÉ, 2012, p. 2). Em relação às vítimas de violência sexual, aproximadamente 12% relataram pagamento ou solicitação de suborno pela polícia (IGARAPÉ, 2012, p. 6). Esse problema de confiabilidade com a polícia local os entrevistados, da pesquisa do Instituto, relataram não procurar a polícia para denunciar, pois acreditavam que eles não querem ou não irão fazer nada a respeito sobre a denúncia. Em 2007 outras pesquisas foram realizadas pelo Igarapé no Haiti, e até 2012 entre crimes como assassinatos, crimes sexuais, assalto à mão armada e crime de propriedade, apenas os crimes sexuais apontaram algum tipo de declínio, que foi uma queda de 0.6%, conforme a Tabela 3 aponta (IGARAPÉ, 2012, p. 3). A Tabela 3 extraída da pesquisa do Instituto Igarapé aponta que dos 15693 entrevistados, ou seus familiares, 5 foram assassinados, 40 assaltados, 10 algum crime sexual e 99 algum crime de propriedade. A taxa de crescimento foi 0,32%, 0,19%, 0,06% e 0,63% respectivamente comparados a pesquisa anterior. A pesquisa de campo realizada pela autora constata também casos de insatisfação e falta de confiança com as instituições públicas, e até mesmo falta de confiança e credibilidade na MINUSTAH. Os entrevistados¹⁹ foram questionados sobre a confiabilidade em relação a MINUSTAH, e cerca de 80% relatou não confiar, ou que acreditavam que a missão não fazia um bom trabalho em relação a violência. Em Citè Soleil, alguns entrevistados apontaram que havia muitos casos de estupros dentro das comunidades, principalmente com adolescentes, porém as vítimas não denunciavam por não acreditar na ação das autoridades. No caso da zona realizada a pesquisa, em Ti Ayiti no ano de 2016, os moradores relataram que muitas vezes aos chefes de gangues, que se posicionam como líderes da comunidade. Além disso, os entrevistados também relataram crescente violência no país, principalmente em Citè Soleil, onde há uma base da MINUSTAH. Desta maneira, os entrevistados afirmam

¹⁹ Os entrevistados foram de diferentes esferas, como diretores de escolas em Porto Príncipe e região, coordenadores de instituições, universitários, cidadãos haitianos comuns, entre outros. As perguntas direcionadas para os entrevistados foram sobre de que maneira estes viam a atuação da MINUSTAH como confiável e de que forma a missão impactava na ação do estabelecimento da segurança na região dos entrevistados.

que mesmo com todos os anos da presença das operações de paz no país, e mais especificamente a MINUSTAH, a violência direta continua sendo um problema para a população, e a credibilidade na missão declinou nos últimos anos. A falta de confiança nas instituições públicas haitianas, como por exemplo na PNH, também foi mencionado nas entrevistas de campo. Cerca de 90% dos entrevistados quando questionados sobre a atuação da PNH, relatou não confiar na atuação e que era corrupta. Portanto em casos de necessidade para recorrer a PNH os entrevistados disseram que preferiam recorrer à outros meios, como líderes de gangues locais, à PNH.

Os dados mais recentes, sobre os índices de violência direta, podem ser vistos no relatório 225 de março de 2016 (S/2016/225) do Secretário Geral da ONU, que descreve a onda de violência que aconteceu em fevereiro de 2016 por conta do período eleitoral. Este episódio se deu por confrontos de oposição no dia da assinatura do acordo político em 5 de fevereiro de 2016, que apesar da cobertura da MINUSTAH e da PNH ainda tiveram vítimas fatais. As estatísticas de criminalidade segundo o relatório apontam que entre 1 de setembro de 2015 e 1 de março de 2016 foram 567 homicídios. Comparando com os 486 homicídios registrados em 1 de março a 31 de agosto de 2015 houve um crescimento considerado (S/2016/225, 2016, p. 4). Cerca de 83% desses 567 homicídios ocorreram na área metropolitana de Porto Príncipe, e estão relacionados com gangues. Foram registrados também 44 sequestros, nesse mesmo período, comparados com os 29 registrados de 1 de março e 31 de agosto de 2015. Foram também registrados casos de estupros, onde de 1 de setembro de 2015 a 1 de março de 2016 foram totalizados 218 casos, comparados com 223 do período anterior, indicando uma leve baixa, apesar da possibilidade de mais casos não registrados (S/2016/225, 2016, p. 4). Outro registro de aumento de violência direta apontado pelo relatório 225 foram as manifestações públicas. O número geral dessas manifestações foi 689, das quais 275 foram relatadas com elementos de violência. Esses elementos de violência podem ser desde barreiras rodoviárias a destruição de propriedade, lançamento de pedras ou assaltos contra policiais e tiroteios. Esse número aponta um aumento substancial em relação as 399 manifestações durante 1 de março a 31 de agosto de 2015, das quais 151 foram violentas (S/2016/225, 2016, p. 4).

O relatório 225 também aponta questões de direitos humanos, porém relacionados a ideia de violência direta. O primeiro caso é sobre a administração

penitenciária, que apenas 3 dos 17 centros de detenção oferecem pouco de mais de um metro quadrado por detido, o que é abaixo dos padrões internacionais. São 4.544 detidos na penitenciária nacional, sendo três pessoas por metro quadrado (S/2016/225, 2016, p. 8). O segundo caso são denúncias de violações de direitos humanos por abuso de autoridade da PNH. Em setembro e outubro de 2015 denunciaram que a PNH fez uso excessivo de violência, onde a MINUSTAH investiga um vídeo que vazou, no qual agentes da PNH são vistos maltratando dois homens, o que a ponta o mal treinamento destes (S/2016/225, 2016, p. 4).

Diante desse cenário é possível perceber que a ONU está posicionada para o estabelecimento da paz negativa no Haiti, buscando a superação da violência direta. Entretanto a superação da violência direta não houve grandes avanços, conforme os indicadores acima. Mesmo com todos os recursos financeiros e pessoal investido nesse propósito esses gastos não refletiram nos indicadores. A população ainda enfrenta constante instabilidade de segurança, como relatado ao longo da apresentação dos números dos relatórios, das pesquisas e das entrevistas, e ainda há o problema de confiabilidade na polícia local. Este fator também indica que o esforço de treinamento da PNH não demonstra resultado satisfatório para os haitianos. Além dessas questões de violência direta percebe-se que o foco acentuado na superação da violência direta não responde ao outro tipo de violência que o Haiti também enfrenta, que é a estrutural. A partir disso pode-se dizer que há um descompasso sobre o tipo de violência que a ONU tenta superar, com o tipo de violência que o Haiti também enfrenta. O foco na superação da violência direta evidencia o descompasso do entendimento de paz das Nações Unidas no Haiti, observando outros problemas que a população também enfrenta. Para apontar essa problemática o próximo tópico aborda as violências estruturais do Haiti, separados pelos indicadores de pobreza, saúde e educação.

4.2. Situação socioeconômica do Haiti: pobreza, saúde e educação

Para entender o contexto da realidade haitiana, é importante analisar os indicadores socioeconômicos do país. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Haiti é o país mais pobre das Américas e tem o Índice de Desenvolvimento Humano mais precário da região, e um dos mais baixos do mundo (PNUD, 2016). De acordo com o *Fragile States Index* de 2016, indicador que

aponta os índices de países frágeis, o Haiti está em décimo lugar como o país mais frágil do mundo, numa escala de grande alerta, nomeada pela organização *Fund for Peace* (FUND FOR PEACE, 2016). A partir da análise das áreas de pobreza, saúde e educação, é possível problematizar, dentro da perspectiva dos conceitos de violência estrutural e paz positiva, que estas áreas demonstram as inseguranças que os haitianos vivem. Sendo assim, de acordo com o conceito de paz de Galtung, a paz positiva é o tipo de paz que pode responder às inseguranças do Haiti. Tendo como base de análise dados estatísticos de organizações e governo, tais como Médico Sem Fronteiras, PNUD, Banco Mundial, CEPAL, OMS, FMI, Embaixada do Haiti outros, e também de relatos coletados pela pesquisadora em pesquisa de campo nos anos de 2014, 2015 e 2016. As seguintes seções estão divididas em três áreas de análise, pobreza, saúde e educação, apontando dados estatísticos sobre cada uma em diferentes períodos. De acordo com o conceito de Galtung, a violência estrutural são arranjos sociais que põem em risco indivíduos de uma sociedade quando são afetados. Estes arranjos são estruturais porque estão embutidos nas estruturas de uma sociedade, sendo eles políticos, econômicos e sociais. Essas estruturas quando afetadas, causam danos aos indivíduos, expondo-os à uma situação de violência. A partir dessa perspectiva os indicadores de pobreza, saúde e educação podem apontar de que maneira uma sociedade se encontra em situação de violência. Para a presente pesquisa foram analisados esses três indicadores do Haiti, nos recortes temporais de 1980 e 2015, para observar quais os níveis de violência estrutural que os haitianos enfrentam.

4.2.1. Pobreza

O Haiti é classificado como o país mais pobre do hemisfério Ocidental, do qual maior parte da população vive com menos de 2US\$ por dia (FMI, 2014). Quando há esse tipo de situação de pobreza num país o bem-estar oferecido por serviços públicos, como eletricidade, rodovias, água potável, entre outros são afetados (SLETTEN; EGSET, 2004, p.9). Sendo o caso do Haiti, onde esses serviços públicos

são escassos, como por exemplo a eletricidade pública. De acordo com o Relatório de Energia do USAID de 2016, mesmo antes do terremoto de 2010 a eletricidade era uma das mais desafiadoras da região do Caribe (USAID, 2016, p. 1). Apenas um quarto da população tem acesso à eletricidade, porém metade está ligada à redes ilegais. A rede nacional de energia, a Electricité d’Haiti (EDH) opera numa extensão que cobre apenas Porto Príncipe e região metropolitana, e algumas partes do país. Os sistemas de distribuição são precários e insuficientes. Mesmo a distribuição para Porto Príncipe é limitada, onde a eletricidade funciona aproximadamente 10 horas por dia, o que leva à muitas pessoas buscarem outras alternativas, como gerador a base de diesel. Estes geradores são caros, instáveis, além de poluírem o meio ambiente (USAID, 2016, p. 1). Sendo assim, muitos haitianos que não têm recursos suficientes não possuem eletricidade, principalmente no interior do país. Este fator de escassez de energia não afeta só o bem-estar da população, mas também a economia do país. A falta de estabilidade elétrica não atrai investidores ao país, paralisa o desenvolvimento produtivo e afeta os setores de educação (USAID, 2016, p. 1).

Durante a pesquisa de campo, foi observado que a escassez de energia é um problema que atinge a população de forma acentuada. A escassez afeta o dia a dia da população, como armazenamento e produção de alimentos, funcionamento de instituições essenciais para a população, como hospitais, escolas, universidades, entre outros. Em 2016 a pesquisadora fez uma visita no hospital geral de Porto Príncipe, e observou que a falta de energia dificultava um maior atendimento à população, além de refrigeração, tendo em vista as altas temperaturas do país. Os entrevistados em campo relataram também os índices de criminalidade noturna por falta de iluminação pública na cidade. As ruas de Porto Príncipe e regiões metropolitanas durante a noite são escuras, contando apenas com escassas iluminações particulares, o que leva a população a não sair de casa neste horário por insegurança. Os entrevistados apontaram também a falta de acesso à internet e tecnologia necessária para utilizá-la, que é uma ferramenta essencial para trabalho, educação e também meio de comunicação e entretenimento. A falta de acesso à este recurso básico que é energia, aponta a situação de violência estrutural que a população haitiana vivencia, já que é um direito que está sendo privado (GALTUNG, 1969, p. 171).

De acordo com o conceito de violência estrutural de Galtung a distribuição desigual de recursos é uma forma de violência, já que é um direito que está sendo

atingido (GALTUNG, 1969, p. 171). Galtung ao classificar esta tipologia de violência aponta que mesmo que o indivíduo não esteja sendo afetado fisicamente, não quer dizer que não esteja sofrendo, e esta característica pode ser vista na desigual distribuição de renda dos haitianos. De acordo com o Banco Mundial (2015) o Haiti não é apenas o país mais pobre da América Latina, mas também o mais desigual dessa região (BANCO MUNDIAL, 2015). Em 2004 três quartos da população, sendo 4 milhões e meio de pessoas, viviam em pobreza extrema, sendo o maior índice de pobreza da região do Caribe e da América Latina (SLETTEN; EGSET, 2004, p. 9). Os dados de 2004 apontam que 56% da população era classificada como extremamente pobre, que viviam com menos de 1US\$ por dia, e o restante, 44% são pobres que viviam com um pouco mais de 2US\$ por dia (SLETTEN; EGSET, 2004, p. 9). De acordo com a Agência Central de Inteligência Americana (CIA) a porcentagem de haitianos que vivia abaixo da linha da pobreza em 1998 era de 80%, e em 2003 a taxa permaneceu 80% (THE WORLD FACTBOOK, 2015).

Dez anos depois, em 2014, segundo o Observatório Nacional de Pobreza e Exclusão Social (ONPES), além dos problemas estruturais o país já enfrentava há muitos anos a situação de pobreza que se gravou principalmente por três grandes eventos, o furacão Thomas de novembro de 2008, o terremoto de 2010 e o surto de cólera em outubro de 2010 (ONPES, 2014). Como o Haiti enfrenta graves problemas com desastres naturais, esta realidade impacta na economia e na sociedade do país. Como no caso dos furacões de 2008, que o país estava se recuperando dos estragos em 2009, e já no início de 2010 o terremoto agrava a situação. O terremoto de 12 de janeiro de 2010 foi o maior desastre que já aconteceu, devastou a capital Porto Príncipe e algumas regiões metropolitanas, e também a economia, onde estima-se que os danos custaram \$7.8 bilhões de dólares (THE WORLD FACTBOOK, 2015). Durante 15 anos a taxa do PIB foi instável, e marcando quedas em alguns momentos. A tendência do Haiti desde 1987 é uma queda no PIB de em média 0,89% ao ano, e segue até a atualidade como mostra a Tabela 4 do Banco Mundial. Em 2000 o crescimento do PIB foi de 0.9%, sete anos depois em 2007 cresceu 3.3%. Em 2010 com o terremoto a porcentagem de crescimento foi negativo, marcando -5.5%, e em 2011 com as doações internacionais subiu para 5.5%. Porém em 2015 com a incerteza política, más condições naturais e depreciação da moeda nacional impactaram no investimento e crescimento econômico causando declínio no crescimento, tendo apenas 1.7% como aponta a Tabela 4.

TABELA 4 - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB NO HAITI

Taxa de crescimento anual (%)	2000	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Haiti	0.9	3.3	0.8	3.1	-5.5	5.5	2.9	4.2	2.8	1.7

Fonte: Banco Mundial, 2016

De acordo com Lamaute-Brisson (2013, p. 10), dois quintos dos haitianos dependem do setor agrícola, principalmente a de subsistência em pequena escala. Este setor é bastante atingido pelos desastres naturais e desmatamento generalizado, levando o país a importar produtos agrícolas, já que não consegue suprir a demanda doméstica. Em 2000 as importações correspondiam a 50%, e em 2011 subiu para 60% (LAMAUTE-BRISSON, 2013, p. 10). Os haitianos possuem também grande dependência financeira de familiares que moram no exterior, sendo grande parte dessa entrada responsável pelo giro econômico nacional. Além de alta porcentagem de ajuda estrangeira, sendo de países ou organizações (PNUD, 2015). Em 1991 a porcentagem de entrada estrangeira era de 0.3%, e em 2013 subiu para 2.2% (PNUD, 2015). Com base no conceito de violência estrutural de Galtung, a pobreza, vista como uma ação de violência, não é causada diretamente por um agente identificável (GALTUNG, 1969, p. 167). Neste caso do Haiti a pobreza que atinge a população está na estrutura da desigualdade econômica historicamente enraizada no país. Pode não haver um agente causador neste caso, porém a desigualdade perpetua na restrição de oportunidades para a população, tais como educação, saúde, emprego, saneamento básico. Sendo assim, a desigualdade econômica é uma estrutura que reduz o nível de realização pessoal das necessidades fundamentais dos indivíduos, portanto é violência.

O conceito de violência estrutural aponta que a violência, no caso da desigualdade econômica, reflete na má distribuição de recursos. Este fator pode ser visto no caso haitiano em relação a renda da população. Nos últimos 10 anos a porcentagem de renda diária da população nacional teve baixa variação conforme a Tabela 5 do FMI (FMI, 2014, p. 5). Em 2001 62,25% da população vivia com menos de \$1 dólar por dia, e dez anos depois houve uma baixa de apenas 10% nesse total. Isto significa que ao longo de 10 anos além da baixa variação, houve uma piora em 2011, que corresponde ao período de pós terremoto. A Tabela 5 aponta a extensão da pobreza do Haiti, já que metade da população vive com menos de um dólar por

dia, o que atinge em vários fatores os direitos fundamentais da população. O baixo desenvolvimento econômico haitiano causa efeitos diretos na população, levando à fatores de baixa renda e desemprego no país. Neste caso a má distribuição de recursos na estrutura do Haiti pode produzir resultados violentos, com base na tipologia de violência estrutural.

TABELA 5 – PORCENTAGEM DE HAITIANOS QUE VIVEM COM MENOS DE \$1 DÓLAR POR DIA

Anos	2001	2006	2008	2011
1US\$ por dia	62,25%	47,6%	44,8%	51,1%

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Sustentável do FMI, 2014, p.6

O desemprego é um fator que também aponta para a baixa renda da população. Em 2007 uma pesquisa mostrou baixas taxas de atividades econômicas no país. Essa taxa de desemprego correspondia principalmente as mulheres, onde 55,3% delas estavam desempregadas, enquanto a taxa dos homens era de 40,8% (LAMAUTE-BRISSON, 2013, p. 10). Mais de 30% dos jovens entre 20 e 24 anos estavam desempregados, correspondendo a 33% só em Porto Príncipe. Apesar do alto nível de desemprego, os trabalhos mais comuns eram os informais, que demanda altas horas de trabalho e baixo retorno financeiro. No âmbito nacional o trabalho informal correspondia a 57,1%, enquanto que em Porto Príncipe e região metropolitana correspondia a 90%. Neste setor informal o maior número era de mulheres, correspondendo a 60,2%, enquanto os homens apenas 38,9% (LAMAUTE-BRISSON, 2013, p. 10). Em 2011 o ONPES realizou pesquisas no Haiti para avaliar as condições de vida das famílias no pós-terremoto. Nas regiões do Norte e do Sul do país, as taxas de emprego são de 38,6% e 44,3%, respectivamente, e no nordeste e centro-oeste são 18% e 17,1%, respectivamente, de empregados (FMI, 2014, p. 10). A partir desses números o ONPES indicou que 51,1% dos entrevistados, conforme a Tabela 5, vivem com menos de um dólar por dia, que são 0,81US\$ (FMI, 2014, p. 12). Os entrevistados foram perguntados se essa renda diária é suficiente para cobrir as necessidades básicas deles e de seus familiares, e 97% respondeu que não (FMI, 2014, p. 12).

O *Failed States Index* aponta critérios para avaliar de que maneira os países estão classificados nas categorias de alerta muito alta, alerta alta, alerta, alta advertência, advertência, baixa advertência, menos estável, estável, mais estável,

sustentável e muito sustentável (FUND FOR PEACE, 2016). E para medir esses critérios, os indicadores são crescente pressão democrática, refugiados e deslocados internos, violência entre grupos internos, emigração, desenvolvimento econômico desigual, pobreza e declínio econômico, legitimidade estatal, deterioração progressiva dos serviços públicos, violação dos direitos humanos e das leis, aparato de segurança, ascensão de elites faccionárias e intervenção de atores externos (FUND FOR PEACE, 2016). Foram apontados na Tabela 6 esses indicadores dos anos de 2005 e 2015 do Haiti, com a finalidade de apontar de que maneira estes se modificaram ao longo de 10 anos.

TABELA 6 – INDICADORES DE CLASSIFICAÇÃO DE ALERTA

Anos	2005	2015
Crescente pressão democrática	8.8	9.5
Refugiados e deslocados internos	8.0	8.2
Violência entre grupos internos	7.7	6.7
Emigração	3.4	9.3
Desenvolvimento econômico desigual	9.0	9.3
Pobreza e declínio econômico	8.1	9.1
Legitimidade estatal	9.4	9.4
Deterioração progressiva dos serviços públicos	9.8	9.1
Violação dos direitos humanos e das leis	8.7	7.4
Aparato de segurança	7.8	7.5
Ascensão de elites faccionárias	8.5	9.1
Intervenção de atores externos	10.00	9.9

Fonte: Fragile States Index (Fund For Peace, 2016)

A Tabela 6 aponta os indicadores para a classificação de alerta do Haiti, onde este se encontra na avaliação de alerta alta e está no ranking dos dez países mais frágeis do mundo (FUND FOR PEACE, 2016). A Organização *Fund For Peace* utiliza esses critérios metodológicos para identificar os problemas internos de um país que leva a ser classificado como em estado de alerta. No caso haitiano os indicadores apontam que no período de dez anos, entre 2005 e 2015 não houve

grandes avanços nos indicadores socioeconômicos. Como o indicador de pobreza e declínio econômico, por exemplo, onde em 2005 indicava 8.1 e em 2015 aumentou para 9.1. Este indicador está baseado na capacidade do Estado de prover bens para os cidadãos, caso estes não possam por eles mesmo. O indicador de pobreza e declínio econômico baseia-se na avaliação de déficit econômico, dívida governamental, desemprego, PIB e inflação (FUND FOR PEACE, 2016).

Outro indicador apontado na Tabela 6 que pode ser analisado para o fator de pobreza é o desenvolvimento econômico desigual. Este indicador analisa a partir da avaliação se o governo tende a ser desigual com o seu compromisso com o contrato social, baseando-se em critérios como distribuição de serviços em zonas rurais ou urbanas, distribuição de renda e população de favelas. Este indicador no Haiti em 2005 marcava 9.0, e dez anos depois também aumentou, marcando 9.3. Outro indicador que marca um grande declínio é o da emigração durante os anos de 2005 e 2015. De acordo com a avaliação em 2005 indicava 3.4, e em 2015, cresceu consideravelmente para 9.3. O Instituto de Política de Imigração afirma que a emigração haitiana para os EUA cresceu consideravelmente a partir da década de 1990. Após a longa ditadura dos Duvalier o número de haitianos migrados para os EUA era de 200.000, e em 2012 aumentou para 606.000. Estes fatores indicam que, mesmo que ao longo de dez anos, os problemas socioeconômicos no país não tiveram grandes mudanças, e alguns até mesmo declinaram. A situação haitiana analisada dentro desses critérios aponta elevados fatores de violência estrutural, baseado no conceito de Galtung.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um cálculo que mede quantitativamente os indicadores sociais dos países. A metodologia do cálculo do IDH agrega três variáveis, que são renda, saúde e educação. Sendo assim, a combinação dessas três variáveis mede o grau do progresso de desenvolvimento humano de cada país, medido em um número de zero a um (PNUD, 2016). Para analisar o caso do Haiti a Tabela 7 aponta o IDH do país entre nos anos de 1980 a 2014.

TABELA 7 –ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO HAITIANO (IDH)

Ano	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014
-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Índice de Desenvolvimento Humano	0.357	0.397	0.417	0.422	0.442	0.455	0.471	0.475	0.479	0.481	0.483
----------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Human Development Reports (PNUD, 2015)

Os critérios do IDH estabelecem que se o índice for menor ou igual a 0,5 o país será considerado como baixo desenvolvimento humano. Sendo entre 0,5 e 0,8 será médio desenvolvimento humano, e maior que 0,8 será alto desenvolvimento humano. No caso do Haiti, conforme a Tabela 7 descreve, o IDH em 1980 media 0,357, classificando-se no critério de baixo desenvolvimento humano. Ainda com baixo desenvolvimento humano em 2000, vinte anos depois mediu 0,442, do qual deu uma pequena elevada, porém continuou no mesmo critério. Em 2014, quatorze anos depois, o índice marcou 0.483, dando continuidade no critério de baixo desenvolvimento. A partir do IDH é possível observar que o Haiti ao longo de mais de 30 anos não avançou significativamente, o que mostra a vulnerabilidade do país e o alto índice de violência estrutural. O Haiti está na categoria do ranking²⁰ do PNUD como Baixo Desenvolvimento Humano, e na colocação 163 de 188 países como o de menor desenvolvimento humano em 2014.

A análise de pobreza pode ser classificada na definição de Galtung como violência estrutural. Dentro desta definição do autor a pobreza pode ser vista como um fator que limita as potencialidades dos indivíduos, tendo em vista a ação que a pobreza causa diretamente sobre estes. A limitação das potencialidades causada pela pobreza é quando estes não podem satisfazer suas necessidades básicas, isto é, as necessidades humanas fundamentais ficam abaixo do potencial. Sendo assim, compromete os acessos à saúde adequada, educação de qualidade, alimentação, água, ente outros. A pobreza neste caso é uma violação estrutural, e consequentemente um ato de violência. Esta condição pode ser vista também, conforme antes citado, como uma restrição que não é causada diretamente por um agente, mas é uma realidade que poderia ser evitada. Para tal definição a pobreza é invisível, porém pode ser percebida através do impedimento do avanço social (GALTUNG, 1969, p. 174). Para dar continuidade a esta análise os próximos tópicos analisam de que maneira os indicadores de saúde e educação também limitam a

²⁰ Categorias do raking são: Desenvolvimento Humano Muito Elevado, Alto Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Humano Médio e Baixo Desenvolvimento Humano (PNUD, 2015)

capacidade dos haitianos nas suas realizações pessoais, e conseqüentemente expondo-os a situação de violência estrutural.

4.2.2. Saúde

Com base no conceito de paz de Galtung, visto no capítulo um, a paz positiva não se limita apenas a ausência de violência direta, pois existem outros critérios que podem indicar uma realidade de paz. Os critérios da paz positiva podem ser, por exemplo, desenvolvimento social, político e econômico de uma sociedade. Este fator de desenvolvimento está ligado à definição de paz positiva, que amplia a mera ausência de violência direta, e abrange a justiça social. A paz positiva, em uma visão mais alargada, busca superar questões de desigualdade social que atingem uma sociedade, como por exemplo falta de acesso a saúde de qualidade. Para esse entendimento Galtung também usa o exemplo da saúde para definir a paz positiva. Segundo o autor, na medicina a saúde não pode ser definida de forma minimalista apenas como a ausência de doença. Isto é, saúde de qualidade num sentido mais amplo gera também resultados que impulsionem outros comportamentos, como por exemplo, ações preventivas (GALTUNG, 1985, p. 9).

A saúde é uma área no Haiti que indica problemas de violência estrutural existente no país. De acordo com os indicadores do PNUD, dados de organizações, como Médicos Sem Fronteiras, e relatos da própria população mencionados em pesquisa de campo para a pesquisadora, a saúde é uma problemática antiga e que os progressos nessa área são pequenos. De acordo com o conceito de Galtung de paz positiva (1969), o avanço na saúde pode significar um avanço no estabelecimento da paz positiva, portanto se não há progresso não há sinais da superação da violência estrutural. No caso do Haiti, os indicadores de saúde do PNUD pontam que, ao longo de mais de 30 anos, os avanços nesta área no país são baixos, o que indica que não há avanço no estabelecimento da paz positiva. Para entender esse cenário segue abaixo a Tabela 8 que expõe os indicadores de saúde nos anos de 1980 a 2014.

TABELA 8 – INDICADORES DE SAÚDE DO HAITI NOS ANOS DE 1980 A 2014

Ano/Indicador	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014
Índice de saúde	0,475	0.503	0.532	0.558	0.580	0.603	0.635	0.642	0.648	0.652	0.658

Mortalidade infantil	-	-	100.2	87.2	74.8	65.5	72.7	57.3	56.0	54.7	-
Expectativa de vida no nascimento	50.9	52.7	54.6	56.3	57.7	59.2	61.3	61.7	62.1	62.4	62.8
Taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos	-	-	144.6	123.9	104.4	89.7	174.4	77.0	75.0	72.8	-

Fonte: Human Development Reports (PNUD, 2015)

Conforme a Tabela 8, o índice de saúde é baixo desde 1980 e mesmo após mais de 30 anos esta área ainda é instável e não supre as necessidades dos haitianos, apesar dos pequenos avanços. O índice de saúde em 1980 marca 0.475, sendo classificado como baixo desenvolvimento, e em 2014 mesmo com alguns avanços, marca 0.658, continuando no critério de baixo desenvolvimento. Com base nesses dados da Tabela 8 o Haiti está no ranking em 168 como o país com menor índice de saúde do mundo. Sendo assim, essa questão não faz parte apenas do passado, mas ainda segue na atualidade. O sistema de saúde haitiano é precário e dependente de organizações (MSF, 2015, p. 6). De acordo com a organização Médicos Sem Fronteiras, o sistema de saúde do Haiti é inacessível para boa parte da população, já que, mesmo no sistema público, é cobrada taxa de serviço, sendo que 70% da população vive com menos de 2US\$ por dia, conforme a Tabela 8 (MSF, 2015, p. 6). O relatório da CEPAL²¹, *Social Protection Systems in Latin America and the Caribbean: Haiti*²² de 2013, aponta que o Haiti possui 600 instituições de cuidados primários, 45 hospitais de referência, 10 hospitais departamentais e seis hospitais universitários em Porto Príncipe, sendo a maioria administrada por organizações (LAMAUTE-BRISSON, 2013, p. 37). Estima-se que 75% dos serviços de saúde oferecidos no país são de iniciativas de organizações não governamentais e grupos religiosos (Ibidem., p. 37). Quase metade dessas unidades de saúde estão localizadas nas áreas metropolitanas de Porto Príncipe, e em alguns bairros da capital, ficando a zona rural sem grande cobertura. Além disso, em vários momentos os hospitais têm suas operações interrompidas por greves, deixando a população ainda mais sem

²¹ Acrônimo para Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

²² O relatório foi desenvolvido por Nathalie Lamaute-Brisson, consultora da Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Relatório Sistemas de Proteção Social na América Latina e Caribe: Haiti.

acesso (MSF, 2015, p. 6). Na pesquisa de campo a pesquisadora visitou o Hospital Geral de Porto Príncipe em julho de 2016, o hospital mais importante da capital, e relatou que o hospital estava de greve há 5 meses. Os entrevistados do hospital descreveram a situação caótica que a greve estava causando, como falta de atendimento emergencial, pessoas morrendo por falta de atendimento médico, falta de medicação à pacientes recorrentes, entre outros. De acordo com um entrevistado do alto escalão da gestão do hospital, que foi entrevistado, o motivo da greve foi por falta de pagamento aos profissionais. Além desses pontos, os entrevistados relataram que o hospital quando está em funcionamento as estruturas e equipamentos são precários, há taxa de cobrança para consultas e internações, escassez de remédios, além de pouca oferta de atendimento médico.

Uma realidade que o Haiti enfrenta, e é um grave problema tanto para a área da saúde, como para as estruturas do país, são os desastres naturais. O país enfrentou em 2008 tempestades e furacões, que deixou mais de 1000 mortos, e mais de 800 mil desabrigados (MSF, 2015, p. 6). Porém, foi em 2010 que o terremoto de 12 de janeiro de intensidade 7.0 na escala Richter, que devastou o país. O terremoto agravou a esfera da saúde no país, tendo em vista a demanda das vítimas pelas estruturas hospitalares, como também da economia, que de acordo com o Banco Mundial os danos e prejuízos são avaliados em 8 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2010). Além de muitas vítimas que precisaram de assistência no período, o terremoto destruiu clínicas e hospitais da capital (MSF, 2015, p. 7). O governo haitiano aponta que o terremoto deixou aproximadamente 250 mil vítimas fatais, milhares de feridos e mais de 1,5 milhão de desabrigados (MSF, 2015, p. 7).

Além disso, o Haiti também enfrenta graves problemas com epidemias, como por exemplo, a epidemia de cólera em outubro de 2010, que deixou mais de 3 mil vítimas fatais em um ano (MSF, 2015, p. 8). Apesar da cólera ser uma doença de fácil tratamento, feita a base de hidratação, é difícil de ser tratada no Haiti pelo fato da água ser contaminada, sendo assim, conter a proliferação é complexo (MSF, 2016, p. 8). O Haiti é o país com mais vítimas fatais em um surto de cólera. Vale ressaltar que esta epidemia de cólera pode ser um exemplo de como a população haitiana enfrenta problemas estruturais, de acordo com a definição de violência estrutural de Galtung. Tendo em vista que este problema poderia ser evitado se as estruturas mais básicas do país fossem fortalecidas, como água tratada e rede de saneamento básico, sendo assim é um fator de violência estrutural que a população enfrenta. Não há um agente

causador direto neste caso, porém a falta de saneamento básico e água potável não existe por razões naturais, mas por desigual distribuição de recursos. Em 2012, foram notificados pelo Ministério da Saúde 532.192 casos de cólera, e 7.060 mortes, crescendo o número de vítimas desde o surto em 2010, onde foram 1,3% para 5,1% em 2012 (HIAR, 2012, p. 402).

De acordo com a organização *United States Agency International Development* (USAID) o Haiti possui um dos piores indicadores de saúde do mundo, relatado em 2016 (USAID, 2016). Cerca de 40% da população não tem acesso à serviços básicos de saúde e nutrição, apenas 45% das crianças são vacinadas, e 22% das crianças com menos de 5 anos são raquíticas (USAID, 2016). Apenas 10% dos custos da saúde são pagos pelo governo, sendo o restante dos custos dependente de agências internacionais. Mais que isso, não há profissionais da saúde suficientes para a demanda da população, estima-se que há apenas 4 profissionais a cada 10.000 pessoas. Além disso, as estruturas do país são tão precárias, e piorou após o terremoto, que instalações para armazenamento, água potável, saneamento e energia são limitados para melhorar o sistema e o bem-estar da população (USAID, 2016). Vale ressaltar que quando há o impedimento das pessoas alcançarem uma boa saúde por falta de estruturas e sistemas apropriados há violência, já que causa sofrimento.

A Organização Panamericana de Saúde (OPAS) aponta no *Relatório de Saúde das Américas edição 2012* (HIAR) que os dados de uma pesquisa de nutrição realizada no Haiti em 2008 e 2009 mostram que a taxa de desnutrição crônica no país é de 32%. Além de que 4,5% da população está abaixo do peso ideal, 32% das crianças de 6-59 meses possuem deficiência de vitamina A anemia afeta 61% das crianças dessa mesma faixa etária e 75% de 6-24 meses (HIAR, 2012, p. 397). O Haiti possui altas taxas de mortalidade infantil, onde em 2006 para cada 1000 crianças 78 morreram nas classes mais pobres, e 1,73 nas classes mais altas (Ibidem., p. 397). A desigualdade econômica, no caso da mortalidade infantil, mostra-se claramente resultados violentos nas estruturas sociais do país. Conforme a abordagem de Galtung, se apenas uma parte de indivíduos possuem acesso à algum recurso, e outra parte não tem acesso, essa realidade poderia ser evitada, pois não há escassez e fim má distribuição (GALTUNG, 1969, p. 171). E para crianças até 5 anos de idade, as mortes mais comuns são infecções, desnutrição, HIV/AIDS, tuberculose e malária. Porém, infecções respiratórias e diarreia são as principais responsáveis pelas mortes nessa faixa etária (Ibidem., p. 397).

Este fator de mortalidade infantil foi relatado na pesquisa de campo realizada pela pesquisadora no Haiti em 2016. Três mulheres haitianas em Citè Soleil foram entrevistadas e relataram que seus filhos, ainda no primeiro ano de vida, faleceram por doenças fáceis de serem tratadas²³, porém não conseguiram assistência nos hospitais. Este fator destaca para dois pontos do conceito de violência estrutural, primeiro a morte das crianças por doenças de fácil tratamento, em vista dos recursos existentes na atualidade. Segundo, a falta de assistência necessária para o impedimento das mortes, já que as mães foram mandadas de volta para casa, sendo um fator de limitação das necessidades básicas. Ainda sobre os dados coletados em campo, a pesquisadora relatou que esta é uma realidade em Citè Soleil, sendo uma das favelas mais precárias do Haiti, e que além de mortalidade infantil, problemas com saneamento básico e falta de água potável são altos. Na favela visitada pela pesquisadora em Citè Soleil, chamada Ti Ayiti, foi observado que não há nenhum sistema de distribuição de água nas casas, onde os moradores precisam recorrer à uma bomba de água na rua. Não há nenhum sistema de escoamento de esgoto, e irrigação de água, o que causa sérias inundações durante as temporadas de chuvas no país. As inundações além de prejudicar as estruturas e bem-estar dos moradores, também causa inúmeras doenças relacionadas à contaminação da água. No mesmo período da pesquisa de campo, outras famílias relataram o problema de falta de acesso à saúde, levando a morte de familiares. Apontando também para fatores de violência estrutural, levando novamente em conta a falta de acesso à serviços básicos.

Outro fator agravante é a morte materna. Estima-se que de 80% das mulheres grávidas no país, apenas uma faz a visita pré-natal (HIAR 2012, p. 399). Até 2008, apenas 25% das grávidas realizavam partos qualificados em unidades de saúde, sendo assim a taxa de mortalidade materna aumentou no país. Entre os anos de 1995 e 1999 a cada 100.000 partos 457 mulheres morreram, e em 2005 e 2006 a cada 100.000 partos 630 morreram (Ibidem., p. 399). De acordo com o relatório as causas das mortes são hemorragia, eclampsia e aborto. E esta realidade está ligada à precariedade do sistema de saúde, falta de investimento e acesso, já que a maioria é cobrada taxas de serviços (Ibidem, p. 399). Esta realidade também pode ser vista como violência, já que há um conjunto de fatores que causa danos à essas mulheres, como falta de acesso à assistência apropriada e cobrança de taxas para os serviços.

²³ As três entrevistadas relataram que seus filhos apresentaram febre e diarreia.

Isto significa que o sistema de saúde compromete o bem estar dos indivíduos, e causa danos a estes. A tipologia de violência estrutural explica que se há fatores de desigualdade social ou econômica, como falta de recursos ou limitação de acesso pelo gênero, que impedem os indivíduos a ter acesso à saúde, a violência é presente nesta sociedade.

Água potável também é um problema de saúde pública no país. Antes do terremoto de 2010, apenas 63% da população tinha acesso regular à água potável, porém apenas 10% da população tinha acesso à água canalizada (Ibidem., p. 397). A falta de acesso a água potável prejudica também as instalações de saúde do país, do qual cerca de 30% dos centros de saúde não tem acesso à água potável, apesar de 80% desses centros possuírem cisternas, mas não satisfazem às exigências básicas de saneamento (Ibidem., p. 397). Em relação ao saneamento, o relatório aponta que apenas 17% dos haitianos tem acesso à serviços de saneamento adequados. As instalações para eliminação de resíduos de lixo são inapropriadas, sendo facilmente encontrado nas ruas das cidades lixos domésticos, entulhos e até mesmo lixo hospitalar (Ibidem, p. 397). Os entrevistados em campo²⁴ relataram que o acesso à água potável é um grave problema no dia a dia da população. Não há canalização de água nas casas, e alternativas paralelas são feitas, como perfuração de poço artesiano, porém essa alternativa tem custo alto e a população de baixa renda não pode custear, e recorre à poços públicos nos centros urbanos, ou fontes naturais nas zonas rurais.

Algumas doenças no Haiti são responsáveis por milhares de mortes todos os anos no país, ou causando má qualidade de vida na população, que são de fácil diagnóstico, tratamento ou combate. Como por exemplo a raiva humana, onde o Haiti é o país com mais causas nas Américas (Ibidem., p. 401). Houve iniciativas para a vacinação em cachorros e gatos, porém foram más sucedidas pela falta de investimento para os programas. A filariose linfática é endêmica no país, em 2002 foram relatados 2.130.000 de pessoas infectadas, que correspondia a 30% da população do país (HIAR, 2012, p. 401). Apesar do número de pessoas soropositivos fazendo tratamento adequado no país, a AIDS/HIV tem crescido. Em 2011 o número de tratamento aumentou, dos quais 3.927 pessoas estavam recebendo o tratamento antirretroviral, comparados a apenas 2000 pessoas em 2003, porém em 2012 o

²⁴ Todos os entrevistados residentes em Porto Príncipe, Cité Soleil e Montrouis.

número de pessoas que precisavam de tratamento era de 59.750 (Ibidem., p. 401). A definição de violência estrutural de Galtung pode novamente ser relacionada com o caso do Haiti em relação ao aumento de infectados pela AIDS. Este conceito aborda que se há impedimentos dos indivíduos de receberem tratamentos adequados, há a presença de violência. E neste caso da AIDS, não apenas o tratamento da doença, mas também ações preventivas, como políticas públicas de campanhas de prevenção ou distribuição de preservativos. Como visto acima a saúde vista a partir da ótica da paz positiva não é apenas a ausência de doenças, mas também ações preventivas. Isto é, a paz positiva em plena realização não há o impedimento da população de receber cuidados de saúde adequados.

O Haiti carece de uma política nacional de regulamentação de medicamentos. Não existe formalmente ou institucionalmente uma legislação ou autoridade sobre produtos farmacêuticos, procedimentos, prescrições, como indicações, contraindicações, entre outros (Idem., p. 404). Essa realidade reflete na má utilização de medicamentos, como por exemplo venda livre de antibióticos sem indicação médica. Apenas três laboratórios farmacêuticos no país produzem medicamentos, suprindo 30% da demanda nacional (Ibidem., p. 404). Em 2012 existiam apenas 120 estabelecimentos registrados de fornecimento de medicamentos, sendo a maioria em Porto Príncipe, e 31 nas demais regiões. Poucas instituições de saúde fornecem remédios gratuitos, sendo a maioria necessário o paciente comprar. O governo do país não tem uma política de preço dos medicamentos nacionais e nem regulação dos genéricos (Idem., p. 404).

A área da saúde é um fator concreto que aponta uma maior disparidade na manifestação da desigualdade social e econômica de uma sociedade, já que é um fator determinante para a sobrevivência dos indivíduos. Se uma parte da população tem acesso à saúde no Haiti por possuir mais recursos, e conseqüentemente uma maior qualidade de vida, e o restante da população não tem acesso por falta de recursos, há a manifestação de violência. Isto é, se em uma sociedade o acesso à saúde é estruturalmente desigual, isso limita a ação dos indivíduos a ter uma vida saudável, resultando em altos índices de desnutrição, mortalidade infantil, baixa expectativa de vida, entre outros.

4.2.3. Educação

Outro problema estrutural que gera resultados violentos para a população do Haiti é a questão da educação. Em 1982 o governo haitiano criou um plano de reforma para o sistema de ensino, esta reforma se chamava Reforma Bernard, sendo uma homenagem ao então Ministro da Educação, Bernard Gousse (UNESCO, 2000, p. 5). Porém, o cenário político do Haiti não estava favorável para tal reforma. Em 1986, logo após a introdução da Reforma Bernard, acontece a queda do governo Duvalier, levando o país à uma crise econômica e política, o que acarretou na paralização da reforma (UNESCO, 2000, p. 5). Apenas em 1995 é criado o Relatório de Estado de Educação, que resultou no Plano de Educação e Formação Nacional (PNEF) (UNESCO, 2000, p. 5). O PNEF foi formulado para cumprir quatro principais focos, primeiro reforçar a qualidade do ensino, reforçar a eficiência do sistema, aumentar o acesso à educação e melhorar os esforços do governo quanto ao sistema (UNESCO, 2000, p. 6). A partir da Tabela 9 de indicadores de educação do PNUD é possível também analisar que ao longo de mais 30 anos a educação não avançou de forma significativa.

TABELA 9 – ÍNDICE DE EDUCAÇÃO NO HAITI

Ano	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014
Índice de educação	0.188	0.258	0.288	0.316	0.345	0.373	0.399	0.401	0.403	0.403	0.403
Expectativa de anos de escolaridade (anos)	5.1	6.7	7.1	7.5	7.9	8.3	8.7	8.7	8.7	8.7	8.7
Média de anos de escolaridade (anos)	1.4	2.2	2.7	3.2	3.8	4.3	4.7	4.8	4.9	4.9	4.9

Fonte: Human Development Reports (PNUD, 2015)

Apesar dos esforços do PNEF de 1995, os anos que se seguiram na área de educação não tiveram grandes resultados de mudança. O setor de educação tem baixo nível de investimentos financeiros, além da baixa qualidade do material didático que, de acordo com o relatório da organização *United States Institute of Peace* (USIP), esse material é obsoleto e ultrapassado (USIP, 2010, p. 2). Os investimentos financeiros em educação no Haiti em 2014 foram de \$127,533,832 milhões de dólares, comparados aos da República Dominicana no mesmo ano sendo \$1,534,735,870 bilhão de dólares (INDEX MUNDI, 2014). Além disso, os professores são

desqualificados, onde 50% dos professores do setor público carece de qualificações básicas, e 80% não receberam qualquer formação prévia (USAID, 2016, p.1).

Além disso, os professores também são mal remunerados, dos quais passam meses sem receber salário, além do baixo salário mensal de \$60 dólares. Sendo assim, a baixa remuneração dos profissionais de educação, e a falta de estrutura qualificada, acaba gerando rotatividade nas escolas, ou até mesmo migração para outros países. Estima-se que em 2011 de 80% a 86% dos profissionais de educação deixaram o país (CARLSON et al., 2011, p. 14). Esta situação de baixa remuneração e desqualificação dos profissionais da educação no Haiti é um problema estrutural que também acaba gerando resultados violentos. Tendo em vista que também é uma necessidade básica que está sendo privada para a população. Na pesquisa de campo a pesquisadora entrevistou em Porto Príncipe, Cité Soleil, Petionville, Montrouis e Kenskoff profissionais da educação, e visitou universidades e escolas. Os entrevistados, sendo eles professores, alunos e diretores, relataram a falta de estrutura e baixa remuneração dos profissionais, e falta de recursos dos alunos para ter acesso à educação. Segundo os entrevistados estas limitações são causadas por falta de investimento financeiro do governo, e que não acreditam que há falta de recursos, mas sim falta de interesse em investir nesse setor. As escolas e universidades visitadas pela pesquisadora possuíam estruturas totalmente danificadas e velhas, principalmente em Cité Soleil, que é o conjunto de favelas mais pobres do país, e Montrouis e Kenskoff, que são no interior do país. Nestas instituições visitadas 97% das escolas eram de iniciativas privadas, como ONGs, e não possuía estruturas básicas, como água, banheiro, lanches, paredes, piso, entre outros.

O problema econômico relacionado à educação é que, com a falta de investimento por parte do governo para investir, este setor acabou sendo privatizado. De acordo com o Banco Mundial nos anos de 2002 e 2003 apenas 8% das escolas eram públicas, enquanto o restante era privado, tendo pelo menos cobrança na taxa de matrícula, sendo uma dificuldade financeira para a situação de extrema pobreza dos haitianos (BANCO MUNDIAL, 2016). Esse problema financeiro afeta diretamente as taxas de haitianos alfabetizados, principalmente as mulheres. As famílias haitianas costumam ter muitos filhos, e por razões financeiras os pais acabam decidindo quais filhos receberão educação, o que acaba excluindo principalmente as meninas. O baixo acesso de mulheres à educação no Haiti é também um fator de violência, já que estão sendo afetadas por fatores estruturais. Este fator estrutural é a desigualdade de

gênero, onde as mulheres acabam sendo excluídas e vítimas dessa violência estrutural. A desigualdade dificulta que essas mulheres tenham acesso à educação de qualidade, limitando suas potencialidades. Neste caso os pais alternam os filhos nas escolas, porém esse ciclo de interrupção leva ao analfabetismo e repetição, principalmente das meninas. No censo de 2002/2003 do Banco Mundial aponta que 55% das crianças de 6 a 12 anos foram matriculadas na escola, porém menos de um terço dos inscritos cursaram até a quinta série (BANCO MUNDIAL, 2016). Outro fator é que as salas de aula são superlotadas, tendo aproximadamente 70 alunos para um único professor, gerando um ambiente em que estes não recebem assistência individualmente ou não podem fazer perguntas. As salas também são mal equipadas, há falta de livros didáticos, mesas, cadeiras, materiais de ensino básico, como por exemplo giz, além de tecnologia como internet (CARLSON et al., 2011, p. 14).

Uma avaliação no Haiti de leitura da primeira série desenvolvida pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) revelou que 75% das crianças no final da primeira série, e quase 50% dos que estavam terminando a segunda, não conseguiram ler uma única palavra (USAID, 2016, p. 1). Este não é um problema apenas das crianças, em 2004 dos 123.000 estudantes haitianos que foram admitidos para o ensino médio, apenas 82.000 foram capazes de cursar, e após terminarem encontraram dificuldade para ingressar nas universidades (USIP, 2010, p.2). A situação na zona rural, que corresponde a 70% da população, é ainda mais preocupante. Em 2007 vinte e três comunas não tinham escolas, e das escolas que tinham nas demais comunas 145 não eram públicas (USIP, 2010, p. 3).

O terremoto de 2010 agravou a situação da educação no país. O Haiti já enfrentava problemas de infraestrutura escolar que não era suficiente, e distribuído pelo país de forma desigual. Entretanto, o terremoto agravou essa situação, já que 4.268 escolas foram destruídas ou danificadas, o que correspondia a 77% das escolas públicas e 79% escolas privadas (LAMAUTE-BRISSON, 2013, p. 34). Estima-se que 1,3 milhões de crianças e jovens menores de 18 anos foram afetados de alguma maneira pelo terremoto, sendo 700.000 com idade escolar entre 6 e 12 anos. As escolas também ficaram fechadas por quase um ano após a tragédia, prejudicando o ciclo escolar. Os custos de destruição no setor de educação é de 478,9US\$ milhões (CARLSON et al., 2011, p. 18).

O Haiti possui graves problemas também nas instituições de ensino superior. De acordo com o *Interuniversity Institute for Research and Development*²⁵ (INURED) existem cinco lacunas institucionais que prejudicam as universidades públicas e privadas do Haiti. Essas lacunas são ausência de governança e regulação mais ampla, a concentração de universidades em Porto Príncipe, falta de financiamento e prioridade em pesquisas, corpo docente pouco preparado, bibliotecas precárias e conteúdos desatualizados (INURED, 2010, p. 2). O ensino superior é composto por 90% de instituições privadas, e de acordo com o INURED a maioria é desregulada e de má qualidade no ensino (Ibidem., p. 2).

A lacuna de ausência de governança e regulação mais ampla é o maior prejudicial, pois afeta o setor de pesquisa e instrução acadêmica nos últimos 30 anos. As faculdades e universidades não são supervisionadas, e principalmente o setor privado que cresceu rapidamente, porém sem qualidade de ensino (Ibidem., p. 2). Essas instituições se autodenominam universidades, e acabam operando fora dos padrões básicos de educação superior, oferecendo serviços de má qualidade e muitas vezes de nível baixo. Há também precariedade de tecnologia, como por exemplo acesso à internet, sendo um problema para as universidades, tendo em vista a importância desse recurso, já que as bibliotecas também são escassas de material (Ibidem., p. 6). Entre 1981 e 2005 o número de estudantes cresceu de 4.099 para 15.000, porém havia uma grande falta de instrutores.

O corpo docente das universidades é formado principalmente por contratos temporários de baixa remuneração, trabalham somente em tempo parcial e apenas 10% possui mestrado. Além disso, os docentes são pouco qualificados, e a quantidade mais baixa que a demanda necessária. Com o resultado disso, os alunos são pouco acompanhados e levam em média 10 anos para se formar (Ibidem., p. 7). Este fator também pode ser visto como uma forma de violência estrutural, já que os universitários acabam sendo prejudicados pela falta de estrutura e de recursos material e humano, apesar de ser uma situação que pode ser evitada. O Haiti, conforme já abordado anteriormente, tem um alto nível de dependência de outros países, organizações internacionais e não governamentais. Sobre essa dependência, o ensino superior não se torna uma prioridade de investimento externo, e acaba sendo prejudicado, pois também depende deste investimento. De acordo com Dumay (2012,

²⁵ Instituto de pesquisa e educação superior localizado em Porto Príncipe

p. 33) as instituições educativas haitianas não conseguem promover e atrair investimentos para o ensino superior, e isto pode ser pela falta de visão acadêmica. Este setor acaba não recebendo investimentos e não passando confiança para os investidores, pelo fato de que o próprio governo não promove e atrai forças para fortalecê-lo (DUMAY, 2012, p. 33).

O terremoto de 2010 também afetou as instituições de ensino superior, onde 87% destas foram prejudicadas ou completamente demolidas (INURED, 2010, p. 2). 80% das universidades do Haiti em 2010 eram localizadas em Porto Príncipe e região metropolitana, região atingida pelo terremoto, o que torna uma lacuna no ensino superior. Das 32 principais universidades pesquisadas pelo INURED, 28 foram completamente destruídas. Além disso, uns grandessíssimos números de profissionais emergentes morreram na tragédia. A estimativa é que 200 professores morreram e 6.000 alunos, além de funcionários públicos em instituições educacionais (INURED, 2010, p. 2). Outro problema relacionado ao terremoto é que muitos professores, profissionais e alunos deixaram o país, o que contribuiu para a lacuna intelectual do país (INURED, 2010, p. 2). De acordo com a INURED é importante que os haitianos se preparem dentro do próprio país, pois as pesquisas e práticas das universidades precisam ser desenvolvidas internamente, além de aumentar o número de profissionais no país (INURED, 2010, p. 2). Nas entrevistas de campo, os haitianos universitários reclamaram da escassez de material, infraestrutura precária das universidades, falta de investimento governamental, e principalmente falta de emprego após a formação acadêmica.

4.2.4. Conclusão

A violência estrutural é exercida de forma sistêmica, isto é, é exercida de forma indireta e invisível por aqueles que compõem uma sociedade. Desta maneira, conforme abordado ao longo dessa pesquisa, não existem agente causadores diretos para que possam ser responsabilizados. Porém, apesar dessa característica, não significa que ações de combate a superação dessa violência não podem ser tomadas. Conforme abordado ao longo desse capítulo as estruturas sociais, econômicas e políticas do Haiti impendem o acesso da população à seus direitos mais básicos, como saúde, educação, água, saneamento básico, emprego. Além de que essas estruturas também causam danos e desigualdades para a população. O Haiti enfrenta

dificuldades historicamente enraizadas, como instabilidade política, conflitos civis e desigualdade social. E estas dificuldades acabam levando grande parte da população à privação das realizações das suas potencialidades, e conseqüentemente ao impedimento do avanço social. Na atualidade, como visto acima, o Haiti enfrenta elevado índice de pobreza que afeta diretamente no bem-estar da população. A partir dessa perspectiva é possível observar que os haitianos possuem necessidade de superação da violência estrutural, e não apenas na violência direta conforme a ONU tem operado prioritariamente através das operações de paz em mais de 20 anos. Neste sentido existe um descompasso entre o tipo de paz que a ONU busca estabelecer no país, com o tipo de paz que a população de fato necessita. Pois, de acordo com o conceito de Galtung, paz positiva não é apenas a ausência de violência direta, mas também são elementos de igualdade e avanço social. Toda vítima de violência estrutural necessita de ações que sejam capazes de gerar desenvolvimento social, através de ferramentas de paz positiva.

5. CONCLUSÃO

A presente dissertação analisa como se dá a operacionalização da paz e da segurança das Nações Unidas, através das operações de paz da organização, no Haiti, analisando de que maneira o modelo de paz operacionalizado há mais de vinte anos no país corresponde ao tipo de paz que a população haitiana necessita. Para tal, a hipótese da pesquisa levantada para esta análise é que existe um descompasso entre o modelo de paz operacionalizado pela ONU através das missões de paz no Haiti, com o tipo de paz que os haitianos necessitam.

Para tal, a dissertação foi dividida em três capítulos, dos quais estruturaram separadamente o tema e confirmou a hipótese da pesquisa. Sendo assim, o primeiro capítulo abordou os debates conceituais de segurança, segurança humana, violência e paz, além dos instrumentos de operacionalização da paz e da segurança da ONU no cenário internacional. Este capítulo demonstrou que ao longo dos anos tais conceitos se alargaram, buscando incluir novas abordagens para os debates sobre segurança. Como nesse caso, incluir os indivíduos e questões socioeconômicas como importantes objetos de segurança. Neste sentido, este debate conceitual colaborou com a comprovação da hipótese da pesquisa. Pois, este debate conceitual sobre a humanização da segurança e o alargamento do conceito de paz, colabora para a hipótese de que os haitianos necessitam de um alargamento do modelo de paz

estabelecido no terreno. Como no caso do conceito de paz positiva, onde os instrumentos dessa tipologia de paz buscam superar as dificuldades socioeconômicas. Tendo em vista que, os problemas estruturais do país afetam principalmente os indivíduos.

O segundo capítulo, que foi dividido em duas seções, delineou em específico o contexto histórico do Haiti e as cinco operações de paz estabelecidas no país. Na primeira seção, relata a história da nação haitiana, desde a história do período da escravidão, do processo de independência, até a atualidade. A partir desse contexto histórico, foi possível observar que a história haitiana é marcada por complexas estruturas políticas, das quais culminaram na falta de desenvolvimento das instituições públicas e do Estado de Direito, e conseqüentemente, afetaram a segurança e a estabilidade social e econômica do país. Com a falta de estabilidade e segurança o Haiti se tornou, aos olhos das Nações Unidas, uma ameaça a segurança internacional, e principalmente da região. Neste sentido, este capítulo evidenciou historicamente o contexto pelo qual o país sofre da violência estrutural. Pois, a partir do conhecimento do processo de independência, da formação institucional e social, é possível compreender a vulnerabilidade das estruturas na atualidade. Além disso, a formação das elites políticas, e a construção da economia, levaram a formação da desigualdade social e econômica, e conseqüentemente a altos índices de violência.

Com base nisso, as Nações Unidas intervieram no país enviando operações de paz, conforme abordado na segunda seção deste capítulo. Contudo, foi possível observar que, apesar da alarmante violência estrutural e inúmeras questões que atingem a segurança humana do país, as cinco operações de paz operacionalizaram principalmente a paz negativa. Isto é, houve mais a busca pela superação da violência direta no país, do que a superação da violência estrutural. Nesta perspectiva pode-se incluir que apesar da característica militar que compõe as operações de paz, as atividades multidimensionais não impactaram diretamente nas estruturas sociais do país. Neste sentido, apesar de todo o investimento pessoal e financeiro investidos nas operações de paz no país, a população haitiana continua a enfrentar problemas estruturais.

Foi possível observar também, a partir dos relatórios e resoluções, que os problemas de violência estrutural no Haiti são reconhecidos pelas Nações Unidas, porém não há ações concretas a partir das operações de paz, para a superação dessa violência. Outro fator observado durante a pesquisa é que as cinco operações de paz

estabelecidas no Haiti buscaram principalmente treinar a Polícia Nacional Haitiana (PNH), porém mais de vinte anos depois a PNH ainda demonstra necessidade em ter assistência direta da organização. Esta realidade abre o questionamento se o modelo de treinamento feito pela ONU para a PNH condiz com um modelo aplicável para a realidade do país.

O terceiro capítulo, por sua vez, analisou as dimensões socioeconômicas do Haiti. Este capítulo foi estruturado em duas seções, e três subseções. Na primeira seção foi possível evidenciar que, apesar da busca pelo estabelecimento da paz negativa no Haiti, a violência direta continua a ser um agravante no país. Isto é, apesar que o modelo de paz, sendo a negativa, que está sendo implementado há mais de vinte anos no país seja uma necessidade também para a segurança do país, este modelo não tem tido avanços significativos. Pelo contrário, os próprios indicadores das Nações Unidas apontam que os índices de violência direta têm crescido no país ao longo dos anos. Neste mesmo sentido, na pesquisa de campo, a pesquisadora recebeu relatos da população que as operações de paz, em específico a MINUSTAH, não contribui significativamente para o estabelecimento da segurança no país. Segundo os entrevistados, estes acreditam que a missão já deveria ter se retirado do país, tendo em vista que esta completou doze anos de trabalho em terreno. O que significa que há rejeição dos haitianos em relação a MINUSTAH. É possível questionar, neste caso, que há a necessidade de rever o modelo de paz da ONU no Haiti.

Na segunda seção foi analisado os indicadores socioeconômicos do Haiti. Nesta seção, pode-se concluir que, existe um descompasso entre o modelo de paz operacionalizado pela ONU, através das operações de paz, com o modelo de paz que a população de fato necessita. Esta conclusão se deu pelo fato de que, através dos indicadores do IDH, relatos da população e observação em campo, os haitianos enfrentam graves violências estruturais, e não apenas violência direta. Na abordagem sobre a pobreza foi possível observar que ainda na atualidade mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza, o que significa que o maior risco que estes correm não é apenas na integridade física, mas também a fome. Segundo os haitianos, enquanto a ONU investe milhões de dólares para o treinamento da PNH, programas de desarmamento, organização e monitoramento de eleições, entre outros, milhares estão passando fome e sem acesso à recursos básicos. Esta perspectiva foi observada também na segunda subseção sobre a área da saúde. Onde, a partir dos

indicadores do IDH, relatos da população e observação em campo, grande parte dos haitianos não tem acesso à saúde de qualidade. Portanto, muitos dos haitianos, quando necessário, não estão sendo tratados adequadamente, levando a mortes que poderiam ser evitadas. Além disso, esse fator acarreta na baixa expectativa de vida, altas taxas de morte infantil e materna, epidemias, e proliferação de doenças endêmicas. Neste mesmo sentido, a terceira subseção da área da educação contribuiu para a conclusão da hipótese de que a paz positiva, aquela que supera a violência estrutural, é o tipo de paz que a população haitiana de fato necessita. Como no caso da área da educação, que foi possível observar que o sistema educativo do país é precário e desigual, tendo em vista que muitos não têm acesso por não ter recursos suficientes. Desta maneira, quando um recurso não é distribuído de forma igualitária em uma sociedade, isto é, se exclui uma parte da população, a violência estrutural é presente.

É possível concluir que, o modelo de paz operacionalizado pela ONU no Haiti não leva em consideração outros fatores causadores de instabilidade na segurança do país, tais como estes caracterizados pelo conceito de violência estrutural. Pois, não são apenas os conflitos internos que ameaçam a integridade da população, mas também as vulnerabilidades estruturais. Sendo assim, apesar dos esforços das Nações Unidas para a construção da paz no Haiti, não houve mudanças significativas, tanto no âmbito político, como no econômico e social. Pode-se concluir, neste sentido, que há a necessidade de um alargamento nas atividades das Nações Unidas no Haiti para o estabelecimento da paz e da segurança. Como por exemplo, atividades de apoio que possam levar também a superação da violência estrutural do país, pois a paz positiva é o tipo de paz que a população de fato necessita.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLSON, W. et al. **The Haitian diaspora and education reform in Haiti: challenges and recommendations.** Nova York: Columbia University, 2011. 14-18 p.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em Ciência Humanas e Sociais: evolução e desafios.** Revista Portuguesa de Educação, vol. 16, n. 2, 2003. 221-236 p. Disponível em: http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/Pesquisa_Qualitativa_em_Ciencias_Sociais_e_Humanas_-_Evolucoes_e_Desafios_1_.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

CROFT S. **What future for security studies?** In: WILLIAMS, D. P. Security Studies: an introduction. Nova York: Routledge, 2008.

DUMAY, H. **Haitian higher education, funding, and economic development: the missing links.** Disponível em: <http://www.haiti-perspectives.com/pdf/1.1-haitian.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2016.

EGSET, W.; SLETTEN, P. **Povety in Haiti.** Oslo: Fafo Institute of Applied Studies, n. 31, 2004. Disponível em: http://fafo.no/~fafo/media/com_netsukii/755.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

FELDMANN, A.; MONTES, E. J. **Haití: tribulaciones de un Estado colapsado.** Santiago: Revista de Ciência Política da Pontificia Universidad Católica de Chile, vol.

28, 2008. Disponível em: <
http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2008000100012>.
Acesso em: 05 de junho de 2016

FIERKE, K. M. **Critical Approaches to International Security**. Cambridge: Polity, ed 2, 2015, 30-157 p.

FRAGILE STATES. Fragile States index of Haiti. Disponível em:
<<http://fsi.fundforpeace.org>> . Acesso em: 19 de novembro de 2016.

FREITAS, S. R. W.; JABOUR, C. J. C. **Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões**. São Paulo: UNESP, Estudo e Debate, vol 8, n. 2, 2011, 7-22 p. Disponível em: <
univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/download/560/550>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

GALTUNG, J. **Cultural Violence**: Journal of Peace Research, vol. 27, n. 3: Manoa, 1990, 291-305 p.

GALTUNG, J. **Peace by peaceful means**: Peace and conflict, development and civilization. Oslo: Sage, 1969, 70-114 p.

GALTUNG, J. **Theories of Peace**: a synthetic approach to Peace thinking. Oslo: International Peace Research, 1967.

GLOBAL SECURITY. **Jean-Bertrand Aristide (2000-2004)**. Disponível em:
<<http://www.globalsecurity.org/military/world/haiti/politics-aristide-2000.htm>>. Acesso em: 5 de agosto de 2016.

HAGGERTY, A. R. Dominican Republic and Haiti: country studies. Washington: Library of Congress, segunda edição, 1989. Disponível em: <
<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a242550.pdf>> . Acesso em: 25 de agosto de 2016.

HAGGERTY, A. R. **Dominican Republic and Haiti: country studies**. Washington: University of Florida, 2 ed., 1989. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00001346/00001/2j>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

HAMPSON, O. F. **Human security**. In: WILLIAMS, D. P. *Security Studies: an introduction*. Nova York: Routledge, 2008.

HASEN, L.; BUZAN, B. **The evolution of international security studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 23-87 p.

INURED. **The challenge for Haitian higher education: a post-earthquake assessment oh higher education institutions in the Port-au-Prince metropolitan area**. Disponível em: <<http://webarchive.ssrc.org/challenge-haiti-report.pdf>>. Acesso em: 27 de novembro de 2016.

JAMES, R. L. C. **Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e as revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, ed. 1, 2010.

KENKEL, M. K. **Five generations of peace operations: from the 'thin blue line' to 'painting a country blue'**. *Revista Brasileira Política Internacional*, vol. 56, 2013. 122-143 p.

KOLBE, R. A. MUGGAH, R. PUCCIO, N. M. **The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti: results from monthly households surveys**. Porto Príncipe: Instituto Igarapé, 2012.

KOLBE, R. A. MUGGAH, R. **Haiti's Urban Crime Wave?: results from monthly households surveys**. Porto Príncipe: Instituto Igarapé, 2012.

LEITE, B. A. L. **George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror**. Belo Horizonte: *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, Fronteira*, vol. 8, 2009, 27-59, p. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/3861>>. Acesso em: 01 de setembro de 2016.

MATIJASCIC, B. V. **Haiti**: Uma história de instabilidade política. São Paulo: Cenário Internacional, 2010. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vanessa%20Braga%20Matijascic.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

MIGRATION POLICY. **Haitian immigrants in the United States**. 2014. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/article/haitian-immigrants-united-states#Income_and_Poverty>. Acesso em: 25 de dezembro de 2016

NASCIMENTO, S. W. **Além do medo**: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791-1840). Cadernos de Ciências Humanas, vol 10, n. 18, 2007. 469-488 p. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed18/4_washington.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

NAÇÕES UNIDAS “**Human Security in theory and practice**: an overview of the human security concept and the United Nations trust fund Human security” Disponível em: <http://www.un.org/humansecurity/sites/www.un.org.humansecurity/files/human_security_in_theory_and_practice_english.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2016.

NAÇÕES UNIDAS “**Evaluation of UNDP assistance to conflict-affected countries**: Case study Haiti (Carrol Faubert)” 2006. Disponível em: <<https://www.oecd.org/countries/haiti/44826404.pdf>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2016.

OLIVER, F. G. **The other side of peacekeeping**: peace enforcement and who should do it? International Peace Operations, vol. 8, 2002. 99-117 p.

PARIS, R. **Human Security**: Paradigm shift or hot air. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, vol. 26, No. 2, 2001), 87–102 p. Disponível em:

<aix1.uottawa.ca/~rparis/Paris.2001.IS.Human%20Security.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2016

RUZZENE, A. **Using case studies in the social sciences: methods, inferences, purposes**. Rotterdam: Erasmus Universiteit Rotterdam, 2015. Disponível em: <<http://ejpe.org/pdf/8-1-ts-1.pdf>>. Acesso em: 20 de dezembro.

ULLMAN, H. R. **Redefining security**. International Security, vol. 8, n. 1, 1983. Disponível em: <<http://n.ereserve.fiu.edu/bb04108-1.pdf>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

WALTZ, M. S. **The Renaissance of Security Studies**. Chicago: International Studies Quarterly, vol. 35, n. 2, 1991, 211-239 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE FONTES PRIMÁRIAS

(A/47/277) “An Agenda for Peace – A/47/277” 17 de junho de 1992 (http://www.un.org/en/sc/repertoire/8992/Chapter%208/GENERAL%20ISSUES/Item%2029_Agenda%20for%20peace_.pdf) [25 de agosto de 2016]

(A/C.5/70/24) “Relatório 70/24 - A/C.5/70/24” 22 de junho de 2016, (http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/C.5/70/24) [05 de dezembro de 2016]

(R/RES/1048) “Resolution 1048 - R/RES/1048” 29 de fevereiro de 1996 (<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/049/47/PDF/N9604947.pdf?OpenElement>) [13 de outubro de 2016]

(R/RES/1063) “Resolution 1063- R/RES/1063” 28 de junho de 1996 (<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/162/13/PDF/N9616213.pdf?OpenElement>) [14 de outubro de 2016]

(R/RES/1085) “Resolution 1085- R/RES/1085” 29 de novembro de 1996
(<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/343/57/PDF/N9634357.pdf?OpenElement>) [15 de outubro de 2016]

(R/RES/1086) “Resolution 1086- R/RES/1086” 03 de dezembro de 1996
(<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/351/21/PDF/N9635121.pdf?OpenElement>) [15 de outubro de 2016]

(R/RES/1123) “Resolution 1123 - R/RES/1123” 30 de julho de 1997
(<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/206/88/PDF/N9720688.pdf?OpenElement>) [15 de outubro de 2016]

(R/RES/1141) “Resolution 1141 - R/RES/1141” 28 de novembro de 1997
([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1141\(1997\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1141(1997))) [16 de outubro de 2016]

(R/RES/1212) “Resolution 1212 - R/RES/1212” 30 de novembro de 1998
(http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/mipon_d.htm) [16 de outubro de 2016]

(R/RES/1277) “Resolution 1277 - R/RES/1277” 30 de novembro de 1999
([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1277\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1277(1999))) [16 de outubro de 2016]

(R/RES/1542) “Resolution 1542 - R/RES/1542” 30 de abril de 2004
([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004))) [16 de outubro de 2016]

(R/RES/1658) “Resolution 1658 - R/RES/1658” 14 de fevereiro de 2006
([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1658\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1658(2006))) [16 de outubro de 2016]

(R/RES/1702) “Resolution 1702 - R/RES/1702” 15 de agosto de 2006 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1702\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1702(2006))) [17 de outubro de 2016]

(R/RES/1743) “Resolution 1743 - R/RES/1743” 15 de fevereiro de 2007 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1743\(2007\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1743(2007))) [17 de outubro de 2016]

(R/RES/1780) “Resolution 1780 - R/RES/1780” 15 de outubro de 2007 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1780\(2007\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1780(2007))) [17 de outubro de 2016]

(R/RES/1840) “Resolution 1840 - R/RES/1840” 14 de outubro de 2008 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1840\(2008\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1840(2008))) [18 de outubro de 2016]

(R/RES/1892) “Resolution 1892 - R/RES/1892” 13 de outubro de 2009 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1892\(2009\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1892(2009))) [18 de outubro de 2016]

(R/RES/1944) “Resolution 1944 - R/RES/1944” 14 de outubro de 2010 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1944\(2010\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1944(2010))) [18 de outubro de 2016]

(R/RES/2012) “Resolution 2012 - R/RES/2012” 14 de outubro de 2011 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2012\(2011\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2012(2011))) [18 de outubro de 2016]

(R/RES/2070) “Resolution 2070 - R/RES/2070” 12 de outubro de 2012 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2070\(2012\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2070(2012))) [19 de outubro de 2016]

(R/RES/2119) “Resolution 2119 - R/RES/2119” 10 de outubro de 2013 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2119\(2013\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2119(2013))) [19 de outubro de 2016]

(R/RES/2180) “Resolution 2180 - R/RES/2180” 14 de outubro de 2014 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2180\(2014\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2180(2014))) [19 de outubro de 2016]

(R/RES/2243) “Resolution 2243 - R/RES/2243” 14 de outubro de 2015 (<http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/minustahres2243.pdf>) [19 de outubro de 2016]

(R/RES/2313) “Resolution 2313 - R/RES/2313” 13 de outubro de 2016 ([http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2313\(2016\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2313(2016))) [19 de outubro de 2016]

(R/RES/940) “Resolution 940 - R/RES/940” 31 de julho de 1994 (<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/312/22/PDF/N9431222.pdf?OpenElement>) [11 de outubro de 2016]

(R/RES/975) “Resolution 975 - R/RES/975” 30 de janeiro de 1995 (<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/028/26/PDF/N9502826.pdf?OpenElement>) [12 de outubro de 2016]

(S/2004/300) “Relatório 300 - S/2004/300” 30 de abril de 2004 ([http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1542(2004))) [17 de junho de 2016]

(S/2016/225) “Relatório 255 - S/2016/255” 8 de março de 2016, (<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/N1605794.pdf>) [2 de dezembro de 2016]

(S/1996/416) “Relatório 416 - S/1996/416” 5 de junho de 1996, (<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/138/74/IMG/N9613874.pdf?OpenElement>) [29 de agosto de 2016]

(CP/RES.822/1331/02) “Support for strengthening democracy in Haiti - CP/RES.822/1331/02” 4 de setembro de 2002,

(https://www.oas.org/36ag/english/doc_referencia/cpres822_02.pdf) [21 de novembro de 2016]

CEPAL “Haiti: Short and long-term development issues” 18 de outubro de 2005 (<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/23303/l683-ing.pdf>) [20 de agosto de 2016]

CEPAL “Social protection systems in Latin America and the Caribbean: Haiti – Nathalie Lamaute-Brisson” Abril de 2013, (http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4075/1/S2013068_en.pdf) [21 de setembro de 2016]

FMI “Haiti: Poverty reduction strategy paper” junho de 2014, (<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1451haiti.pdf>) [10 de dezembro de 2016]

MINISTÈRE DE LA SANTÈ PUBLIQUE ET DE LA POPULATION (MSPP) “Enquêtê mortalité, morbidité et utilisation des services EMMUS-V: Haiti 2012” (<http://mspp.gouv.ht/site/downloads/EMMUS%20V%20document%20final.pdf>) [6 de outubro de 2016]

MSF “Médicos Sem Fronteiras – Informação, Ano 18, N. 36” Fevereiro de 2015, (http://www.msf.org.br/sites/default/files/informativo_36_vfinal_baixa.pdf) [20 de novembro de 2016]

NAÇÕES UNIDAS “Haiti moving foward: step by step” 2012, (<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/documents/UN-factsheets-2012-en.pdf>) [26 de novembro de 2016]

NAÇÕES UNIDAS “Human Development Report 1994” 16 de março de 1994, (http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf) [15 de setembro de 2016]

NAÇÕES UNIDAS “United Nations Peacekeeping Operations – Capstone Douctrine” 2008, (http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf) [15 de janeiro de 2017]

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION “Health in the Americas: Haiti” 2012, (<http://www.paho.org/salud-en-las-americas->

2012/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=134&Itemid=) [12 de novembro de 2016]

UNESCO “Education For All In The Caribbean: assessment 2000 monograph series 18: Education for all in Haiti over the last 20 years assessment and perspectives” 2000, (<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001363/136393e.pdf>) [16 de novembro de 2016]

UNESCO “The problem of over-age students in the Haitian education system of Haiti: an overview” 2000, (<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001364/136433e.pdf>) [26 de novembro de 2016]

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE “Special Report – Education and Conflict in Haiti: rebuilding the education sector after the 2010 earthquake” Agosto de 2010, (<https://www.usip.org/sites/default/files/sr245.pdf>) [13 de novembro de 2016]

USAID “Energy Fact Sheet” Janeiro de 2016, (<https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1862/ENERGY%20Fact%20Sheet%20FINAL%20Jan%202016.pdf>) [20 de novembro]

USAID “Health Fact Sheet” Janeiro de 2016, (<https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1862/Health%20Fact%20Sheet%20FINAL%20Jan%202016.pdf>) [20 de novembro]

USAID HAITI “Education: fact sheet” Janeiro de 2016, (<https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1862/Education%20Fact%20Sheet%20FINAL%20%20January%202016%20-2%20page.pdf>) [18 de novembro de 2016]

7. TABELA DE ENTREVISTADOS

Nome	Cargo	Instituição	Data	Local
Samuel Vieira da Sousa	Coronel Chefe Comunicação Social	MINUSTAH	25/01/14	Porto Príncipe
Sabrina Fenelon	Secretária	Centro Cultural	27/01/14	Petionville
Manuela Oliveira	Missionária local	-	27/01/14	Porto Príncipe
Thiago Oliveira	Missionário local	-	27/01/14	Porto Príncipe
Sunny	Empresário	Cia. Wolrd Factbook	06/07/15	Porto Príncipe
Tony Balles	Empresário	Cia. Wolrd Factbook	06/07/15	Porto Príncipe
Paul Kendly	Universitário	Universidade Inuka	06/07/15	Porto Príncipe
Eduard Dormevil	Universitário	Universidade Inuka	06/07/15	Porto Príncipe
Joseph Hanky	Professor universitário	Universidade Inuka	06/07/15	Porto Príncipe
Stéphania Pierre	Universitária	Universidade Inuka	06/07/15	Porto Príncipe
Werner Garbers	Diretor professor e	Centro Cultural Brasil/Haiti	07/07/15	Porto Príncipe
Marie Rosamine Mite	Diretora fundadora e	Orfanato Lamaintedre	14/07/15	Porto Príncipe
Rolande Celestin Fernandez	Diretora fundadora e	Orfanato Rolande Diegue du	17/07/15	Petionville
Walex Jean	Estudante	-	17/07/15	Petionville
Rodolfo Tristão Rina	Tenente Coronel	MINUSTAH	21/07/15	Porto Príncipe
George Hobert Oliveira	Oficial Chefe Comunicação Social	MINUSTAH	21/07/15	Porto Príncipe

Alexandre Nogueira de Sousa	Chefe de Assuntos Cívicos e Ajuda Humanitária	MINUSTAH	21/07/15	Porto Príncipe
Jean Marck	Diretor	École Lycee National Petionville	22/07/15	Petionville
Frederic Nozil	Pastor	Igreja Evangélica de Petionville	21/07/15	Petionville
Vitor Hugo Irigaray	Ministro Conselheiro e Consul no Haiti	Consulado Brasil no Haiti	27/07/15	Petionville
Angly Ferand	Universitário	Centro Cultural	27/07/15	Petionville
Richard Haspil	Administrador e candidato a deputado estadual	-	28/07/15	Petionville
Hélene Cilan Alexis	Técnica da Comissão feminina, advogada e candidata a deputada estadual	-	28/07/15	Petionville
Jean-Pierre Alcinder	Interplenário e candidato a prefeito de Petionville	-	28/07/15	Petionville
Steeve Jean	Diretor Nacional	Jovens Com Uma Missão	30/07/16	Delmas 75
Sheliney	Dona de casa	-	30/07/16	Cité Soleil (Ti Ayiti)
Yfania	Dona de casa	-	30/07/16	Cité Soleil (Ti Ayiti)
Maryange	Dona de casa	-	30/07/16	Cité Soleil (Ti Ayiti)
Fenelon	Diretor e professor	École an Ti Ayiti	30/07/16	Cité Soleil (Ti Ayiti)
Elly	Professor	École an Ti Ayiti	30/07/16	Cité Soleil (Ti Ayiti)
-	Secretária	Hospital Geral	01/08/16	Porto Príncipe
Louis Franck	Médico e diretor geral	Hospital geral	01/08/16	Porto Príncipe
Malize	Enfermeira chefe da ala pediátrica	Hospital geral	01/08/16	Porto Príncipe
Jdud Celiscar	Universitário e diretor nacional	Bel Ville	02/08/16	Montrouis
Angly Ferand	Universitário	Centro Cultural	27/07/15	Petionville

